



Helder Miguel Rosas
da Costa Marques

Relatório de Projecto
Sérgio Valente. Um Fotógrafo da Oposição



Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
2010

**Helder Miguel Rosas
da Costa Marques**

**Relatório de Projecto
Sérgio Valente. Um Fotógrafo da Oposição**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Editoriais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Cristina Matos Carrington da Costa, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Este trabalho é para a Alina e para o Afonso, que já vem a caminho.

O Júri

Presidente

Professor Doutor António Nuno Rosmaninho Rolo
Professor Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Joana Maria Ferreira Pacheco Quental
Professora Auxiliar do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Maria Cristina Matos Carrington da Costa
Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

São muitos aqueles a quem devo agradecer pelos contributos que deram para a concretização deste projecto. Não cabem aqui todos, apesar dos seus contributos inestimáveis. Destaco aqui somente alguns.

Ao Sérgio Valente, pelo esforço, entusiasmo e interesse que, desde o início, alimentou em relação a este projecto e pela confiança que depositou em mim para dar a conhecer o seu espólio fotográfico e história de vida.

À Professora Doutora Cristina Carrington da Costa pelo acompanhamento do projecto, pela motivação, pelas sugestões de melhoramento de várias partes do mesmo e por todos os esforços que fez para que eu conseguisse levá-lo até ao fim.

À Olinda Martins, pela permanente disponibilidade e simpatia em dar sugestões e rever o que fui escrevendo relativamente às rubricas do design editorial.

E um grande obrigado à Alina, por tudo...

Palavras-chave

Produção editorial, indústrias culturais, história contemporânea, história oral, fotografia, design editorial

Resumo

No presente projecto de mestrado, o autor propõe um plano de edição de um livro impresso para a publicação comercial de um espólio fotográfico inédito, pertença de Sérgio dos Santos Valente (n. 1943), fotógrafo portuense, ao qual se reconhece um importante valor histórico e patrimonial. Para a sua concretização foi desenvolvida investigação para a produção dos conteúdos escritos que constituem o original do projecto (de cujo processo este relatório dá conta), ao mesmo tempo que se desenvolveu uma proposta fundamentada de concepção gráfica em que aquela publicação se poderá materializar.

Keywords

Editorial production, cultural industries, contemporary history, oral history, photography, editorial design.

Abstract

In this Project, the author proposes a plan to issue a printed book for commercial publication of an unpublished photographic collection, property of Sérgio dos Santos Valente (b.1943), a photographer from Oporto, to which is recognized a significant historical and patrimonial value. For its implementation it was developed research for the production of written the contents that compose the original project (which processes are described in this report), while it was developed a proposal for the graphic design in which that publication could be materialized.

Índice

1 Apresentação do Projecto	9
2 Desenvolvimento do Projecto/Produção dos Conteúdos	13
3 Conteúdos	18
3.1 Textos e Legendagem	18
3.2 Fotografias	22
3.3 Outros Elementos	22
4 Design Editorial	23
4.1 Estrutura	24
4.2 Grelha.....	25
4.3 Tipografia.....	27
4.4 Papel	29
5 Fontes Oraís	32
6 Bibliografia Consultada	32
6.1 História/História Oral	32
6.2 Design Editorial.....	35
Apêndices	38

1 | Apresentação do Projecto

O relatório que aqui apresentamos tem dois objectivos essenciais. Primeiro, visa dar conta dos processos e opções inerentes à produção dos conteúdos (textos e fotografias) em que se materializa o original que constitui o projecto editorial que aqui apresentaremos (nas rubricas sobre o desenvolvimento do projecto e sobre os conteúdos). Em segundo, procura fornecer uma espécie de guião com sugestões fundamentadas para uma futura produção editorial do mesmo projecto (nas rubricas sobre o design editorial).

Sendo parte integrante do projecto de Mestrado em Estudos Editoriais da Universidade de Aveiro intitulado *Sérgio Valente. Um fotógrafo da Oposição* visa, portanto, a preparação, para futura edição em forma impressa, de um livro-álbum com parte de um espólio fotográfico, na sua quase totalidade inédito, ao qual se reconhece um importante valor patrimonial e histórico para a compreensão da história política e social da cidade do Porto e sua região, durante o regime ditatorial estado-novista, sobretudo na sua fase marcelista.

Este espólio é, na sua maior parte, da autoria e propriedade de Sérgio dos Santos Valente, um fotógrafo portuense que foi membro activo na oposição ao regime ditatorial, tendo estado envolvido em diversos movimentos sociais e colectivos que, então, desenvolveram várias formas de luta política.

O espólio fotográfico que agora se pretende divulgar constitui, precisamente, o resultado do registo que este fotógrafo de profissão ia fazendo das actividades em que ia participando ou em que se via envolvido.

A maior parte das fotografias incluídas neste projecto cobre um período que vai da segunda metade da década de 1960, altura a que remontam os primeiros negativos preservados por Sérgio Valente, até Maio de 1974, data que se escolheu por razões óbvias, dados os acontecimentos de ruptura política que então se verificaram. A transgressão destes limites temporais só aconteceu com a inclusão de duas fotografias alusivas à campanha eleitoral do general Humberto Delgado, em 1958, que servem para ilustrar o acontecimento que o próprio fotógrafo indica como marco no despertar da sua consciência política.

Acreditamos que um projecto desta natureza tem relevância editorial e historiográfica por vários motivos. Primeiro, porque se propõe publicar conteúdos que se prendem com dois tipos de fontes históricas que, a nosso ver, são habitualmente pouco exploradas e divulgadas: as

fontes de história oral e as fontes fotográficas — as primeiras, pelas implicações epistemológicas que ainda suscitam; as segundas, porque a divulgação que se tem feito de registos fotográficos com o objectivo de difusão de conhecimento histórico se tem limitado a um universo social muito restrito, ou seja, sobretudo a elites políticas, culturais e económicas, aquelas que mais condições reuniram e reúnem para a produção, preservação e divulgação de registos fotográficos.

Em segundo lugar, este projecto editorial pretende realçar/dar destaque à forma como as classes populares perceberam e viveram o processo histórico, e isso é veiculado não só pelo relato da história de vida de Sérgio Valente, ele próprio oriundo das classes populares, como a partir do acervo de fotografias trabalhado. Na verdade, é de reconhecer que o estudo das classes populares, em virtude de estas, frequentemente, não detem condições de preservação da sua perspectiva de vida e da forma como percebem e racionalizam os acontecimentos por si vivenciados, é muitas vezes preterido em favor do estudo de outros objectos para cujo estudo se dispõem de fontes de conhecimento mais generosas, como as organizações ou as classes sociais com melhores recursos materiais. Daí que, nomeadamente, em referência ao operariado, classe social que se insere no conceito de classes populares, este tenha sido já classificado como um dos «grandes recalçados da historiografia portuguesa»¹.

A divulgação historiográfica em Portugal é hoje dominada, do ponto de vista do texto impresso, pelo género biográfico (e, dentro deste, por biografias ou fotobiografias de personalidades ligadas às elites do poder político, económico, social e/ou cultural), por memórias, por textos com um cariz marcadamente temático, obras alusivas à comemoração de efemérides, de factos históricos que marcam a actualidade ou de história contemporânea, ou por publicações dedicadas à divulgação do património arquitectónico e artístico, ou ainda à divulgação da produção historiográfica estrangeira ou de temáticas de história geral, através de traduções. Isto é bem patente nos catálogos editoriais de algumas das principais editoras que, em Portugal, investem no segmento de mercado das ciências sociais e humanas, como a Oficina do Livro, Almedina/Edições 70, Casa das Letras, Temas & Debates/Círculo de Leitores, Civilização Editora, Presença, Editorial Estampa ou as Publicações Europa-América.

¹ Mónica, Maria Filomena, *A Formação da Classe Operária Portuguesa. Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 10.

A oferta editorial de títulos ligados ao conhecimento histórico (classificada de, de acordo com o *Inquérito ao Sector do Livro*, na rubrica «Biografia, Geografia, História») cresceu bastante em Portugal e todos os anos é responsável pela publicação de cerca de sete centenas de novos títulos².

No entanto, é nossa convicção, pela experiência profissional que temos no sector editorial, que são muito poucos os títulos publicados com as características do projecto que aqui propomos. Acreditamos, por isso, que este projecto editorial terá algum mérito ao permitir lançar luz sobre alguns aspectos e fontes da história dos designados «esquecidos da história», aqui entendidos enquanto aqueles que não puderam deixar o seu testemunho da história e do seu passado.

Em terceiro lugar, ao disponibilizar uma fonte «visual», o presente projecto editorial poderá contribuir para uma maior sensibilização de um público leitor mais alargado, e colaborar, também, de algum modo, para a história mais recente do país. Isto porque a fotografia, enquanto fonte de conhecimento histórico, é acessível a um público alargado que não necessita de ter adquiridos demasiados conhecimentos historiográficos para poder descodificar os seus significados. Como salienta Germano Silva no título do prefácio deste projecto, «uma imagem é igual a mil palavras».

Um aspecto importante, e que deriva das considerações que acabamos de tecer, é a questão do público-alvo deste projecto. São identificadas duas tipologias de público-alvo para este projecto. A um primeiro nível, mais importante, está um público-leitor mais especializado (investigadores, estudantes, professores universitários, etc.) e os interessados pelas questões da história local do Porto e sua região, que poderão encontrar neste projecto, pelas características dos seus conteúdos, uma fonte alternativa de aprofundamento de conhecimentos sobre um período recente da história contemporânea da cidade do Porto e do país. De entre este público-alvo, particular importância têm os leitores que foram testemunhas e/ou participantes dos acontecimentos retratados e que revelam, por conseguinte, um interesse redobrado, motivado por razões emocionais relativamente aos factos e acontecimentos narrados e fotografados, que constituem a matéria-prima deste projecto.

Um outro público interessado serão certamente os amantes de fotografia, profissionais e amadores, uma vez que aqui podem perceber, através dos documentados apresentados, algumas

² Neves, José Soares (responsável de projecto), *Inquérito ao Sector do Livro*, s.l., Observatório das Actividades Culturais, 2008, passim.

das diferenças e características do trabalho fotográfico de há três décadas (formas de trabalho, qualidade artística, aspectos técnicos da fotografia, condições de trabalho, etc.).

A um segundo nível, este projecto destina-se também a um público composto pelos leitores em geral, um público não especializado e mais alargado, que seguem uma estratégia de compra de livros motivada por razões lúdicas e por impulso, isto é, que podem adquirir este livro sem terem com isso objectivos pré-definidos de aquisição dos conhecimentos nele consubstanciados.

Este projecto editorial tem, portanto, objectivos culturais, para além dos objectivos comerciais que possam eventualmente advir da sua efectiva edição e publicação. Assim, os objectivos são essencialmente os seguintes:

1. Contribuir para o enriquecimento e preservação da memória colectiva e social do Porto;
2. Fornecer uma visão complementar, pelas fontes que divulga, da história recente da cidade do Porto;
3. Divulgar novas fontes de conhecimento histórico;
4. Tornar acessível o testemunho histórico daqueles que não possuem os meios ou a capacidade para registar a sua visão do processo histórico, dando assim a conhecer uma visão da história «vinda de baixo».

2 | Desenvolvimento do Projecto/Produção de Conteúdos

A ideia deste projecto surgiu do aproveitamento de um outro plano, entretanto malogrado, de montagem de uma exposição no Centro Português de Fotografia, na cidade do Porto, com parte do espólio de fotografias de Sérgio dos Santos Valente, fotógrafo portuense, que conta com mais de cinco mil fotografias. Este projecto de exposição possibilitou a digitalização e organização parcial do espólio, o que, dada a facilidade de manuseamento e de manipulação das fotografias em formato digital, levou a um interesse e vontade de edição e publicação de algumas das fotografias daquele acervo fotográfico.

A primeira fase do trabalho consistiu na selecção das fotografias que integrariam o presente projecto de edição. Este foi um processo levado a cabo, conjuntamente com o fotógrafo, o que se revelou bastante moroso, não só devido à afectuosidade do fotógrafo em relação a algumas das fotografias (que não poderiam ser seleccionadas dada a redundância de muitas delas), como também às exigências técnicas para a visualização das cerca de cinco mil fotografias referidas. Era nossa preocupação ter uma visão de conjunto de todo o espólio de forma a podermos fazer uma selecção mais equilibrada.

Como não poderiam ser editadas as cerca de cinco mil fotografias existentes, houve que estipular um limite máximo para a sua compilação em livro. Com efeito, a edição de livros com fotografias é bastante dispendiosa, devido sobretudo à elevada qualidade do papel e dos acabamentos que exige. Assim, e como era uma edição que apresentava um elevado risco económico-financeiro e comercial optou-se por estabelecer como número máximo as trezentas fotografias; todavia, rapidamente se chegou à conclusão que aquele número teria que subir, sob pena de se perder a oportunidade de se tornarem públicas algumas imagens bastante relevantes, na óptica do fotógrafo Sérgio Valente, acabando por se fixar o limite nas quinhentas.

A par deste critério quantitativo, foram definidos alguns critérios qualitativos para a selecção das fotografias a escolher. Foram então seleccionadas as fotografias que, no seu conjunto, cobrissem um maior número de pessoas, e, particularmente, aquelas que retratassem personalidades facilmente reconhecíveis pelo público-alvo, figuras com uma mediatização, passada e/ou actual; foram também seleccionadas aquelas que documentassem uma maior tipologia de acontecimentos (jantares, convívios, manifestações, romagens, comícios eleitorais,

reuniões sindicais, eventos culturais, etc.), um maior número de locais, as que dessem grandes planos da participação da população e as que permitissem «reconstruir» algumas sequências dos acontecimentos fotografados.

Numa segunda fase, passou-se à produção dos conteúdos textuais a incluir no projecto. Decidiu-se que estes conteúdos consistiriam num texto de enquadramento histórico geral, referente ao período histórico abarcado pela selecção de fotografias, e num texto com a história de vida do fotógrafo. Ambos os textos seriam apresentados pela ordem referida e iriam servir de complemento à visualização das fotografias seleccionadas.

Apesar de se pretender, com este projecto, a edição de um livro de divulgação histórica de leitura fácil e acessível (e daí que se tenha prescindido do aparato crítico), as questões do rigor científico e informativo dos conteúdos não podiam ser descuradas. Por isso, para a redacção do texto de enquadramento histórico, onde se deveriam focar alguns dos aspectos mais relevantes das transformações por que passou a sociedade portuguesa entre as décadas de 1950 e 1970, optou-se por solicitar a colaboração de um professor universitário de História Contemporânea, o Professor Doutor Manuel Loff, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para conferir alguma autoridade «académica» ao livro e para apresentar o estado da arte no que concerne aos conhecimentos historiográficos relativos ao período histórico em questão.

A redacção do texto com a história de vida de Sérgio Valente, da nossa autoria, foi um processo mais complexo, na medida em que partiu de fontes primárias. A fonte desta matéria-prima foi o arquivo de história oral da Universidade Popular do Porto (Centro de Documentação e Informação), onde estão reunidos vários testemunhos orais prestados por pessoas que trabalharam no Porto e sua região, que foram recolhidos no âmbito do projecto das «Memórias do Trabalho – Testemunhos do Porto Laboral do Século XX», desenvolvido por esta instituição desde 2001, sendo um desses testemunhos, precisamente, o do próprio Sérgio Valente.

O processo de construção da sua história de vida passou por três etapas. Primeiro, audição da entrevista e leitura da sua transcrição, de forma a identificar os momentos estruturantes da vida do fotógrafo³. Esta entrevista, concedida em 2002, foi uma entrevista de

³ A entrevista não foi realizada por nós, mas sim por outros investigadores, em 2002. Desde então que tem estado arquivada no Centro de Documentação e Informação da Universidade do Porto, em formato audiovisual e transcrita. Foi a estes suportes arquivados que tivemos acesso para a realização da história de vida de Sérgio Valente.

guião aberto, em que se pretendeu focar, de uma forma mais abrangente possível, vários aspectos da sua vida infância, ensino, serviço militar, actividade profissional, militância política, etc.).

Numa segunda etapa, procedeu-se à redacção de uma primeira versão dessa história de vida, com base nos elementos recolhidos na entrevista concedida e em fontes secundárias. Finalmente, procedeu-se à correcção e/ou reformulação daquela primeira versão, o que passou ainda pela recuperação de muita da informação da história de vida junto do próprio fotógrafo, de forma a esclarecer e precisar alguns factos mais relevantes. Neste processo final de correcção e de validação dos conteúdos redigidos acerca da vida de Sérgio Valente, e uma vez que não há documentos históricos inócuos ou inocentes, as informações recolhidas foram confrontadas com alguma crítica documental, e foram cruzadas com outros testemunhos orais (disponíveis no Centro de Documentação e Informação da Universidade Popular do Porto) e com outras fontes secundárias. Durante este trabalho sentimos alguma dificuldade em lidar com os preconceitos e subjectivismo do fotógrafo Sérgio Valente, particularmente no que dizia respeito à tentativa de imposição de determinadas interpretações (e valorizações) que fazia da sua própria vida e à imposição de determinados conteúdos que queria ver incluídos no texto da sua história. Também o carácter anárquico das suas memorações veio dificultar a elaboração da sua biografia. Estas são, de resto, as dificuldades inerentes ao recurso da metodologia de história oral.

A decisão de recorrer a fontes orais foi bastante ponderada, porquanto esta é uma metodologia de conhecimento histórico de prática bastante delicada, devido aos problemas de fiabilidade e de veracidade que ainda pode suscitar, e que derivam, nomeadamente, da falibilidade da memória humana, do carácter «construído» da mesma, do seu excessivo subjectivismo, da contaminação da informação recolhida que os preconceitos do entrevistador e do entrevistado podem trazer, do carácter frequentemente anárquico, desordenado e superficial das memórias⁴. Contudo, decidimos adoptar esta metodologia por ser aquela que permitia acesso ao conhecimento de factos e actividades essenciais a uma melhor compreensão da história de vida de Sérgio Valente que, dada a natureza de muitos deles, não deixaram rasto documental escrito e dificilmente poderiam ser recuperados de outra forma; referimos nomeadamente as actividades

⁴ Raphael, Freddy, «Le Travail de la Mémoire e les Limites de l'Histoire Orale», *Annales ESC*, 35.º ano, n.º 1, Janvier-Février, 1980, p. 128; Durão, Susana; Cardoso, Teresa, «Os Métodos Biográficos: Uma Aproximação aos Fundamentos da História de Vida», *Arquivos da Memória*, n.º 1, 1996, p. 106; Aron-Schnapper, Dominique; Hanet, Danièle, «D'Hérodote au Magnétophone: Sources Orales et Archives Orales», *Annales ESC*, 35.º ano, n.º 1, Janvier-Février, 1980, pp. 183-199.

clandestinas e de contestação política em que se envolveu, os elementos da sua vida privada e familiar e algumas práticas quotidianas ligadas à sua vida profissional.

Uma terceira fase da produção do original deste projecto consistiu na legendagem das fotografias seleccionadas. Não foi um aspecto de somenos importância. Muitas das fotografias ilustram acontecimentos que não são inteligíveis por si só ou através do texto da história de vida de Sérgio Valente. Mas, por outro lado, as fotografias são indissociáveis da vida do seu autor, na medida em que retratam muitos dos nomes e espaços referidos na sua história de vida. As legendas das fotografias servem, por isso, para atribuir um «rostro» a muitos dos nomes que passaram pela vida de Sérgio Valente e para dar «visibilidade» aos espaços por onde passou, permitindo ao leitor concretizar a leitura que vai fazendo desta história de vida.

Esta legendagem foi um processo, também ele, bastante moroso, porque exigiu não só a identificação das centenas de pessoas, datas, locais e acontecimentos retratados no conjunto de fotografias, como também a sua ordenação cronológica. Para este trabalho ser feito com o máximo rigor, decidiu-se fazer circular as fotografias por um grande número de pessoas (cerca de vinte pessoas), contemporâneas de Sérgio Valente e dos factos retratados (muitas delas foram mesmo participantes dos acontecimentos aí documentados). Foi para facilitar o controlo da circulação de fotografias entre várias pessoas que, associado às razões de ordem material já referidas, também se estipulou o limite de 500 fotografias a editar.

Depois de produzidos os conteúdos escritos do projecto, decidiu-se incluir ainda um prefácio, escrito por alguém que pudesse atestar a qualidade dos conteúdos. Somos da opinião que este pode ser um elemento enriquecedor para o projecto e potenciador de valorização comercial do mesmo. Depois de equacionados vários nomes, optou-se por Germano Silva, que aceitou a redigir um pequeno prefácio para este projecto. Germano Silva é jornalista no *Jornal de Notícias* e um dos mais conhecidos investigadores de história local e regional da cidade do Porto, com bastante produção nesta área do conhecimento⁵.

⁵ Para além da sua coluna semanal «À Descoberta do Porto» no *Jornal de Notícias*, tem publicados vários títulos sobre história da cidade do Porto (*Porto. Nos Atalhos da História*, Lisboa, Casa das Letras, 2009; *Porto. Sítios com História*,

Finalmente, a última etapa de produção do original consistiu na transposição dos conteúdos textuais reunidos e das fotografias seleccionadas para um suporte digital. Optamos pelo programa informático de paginação *PageMaker*, pela relativa facilidade de manuseamento que oferece. Não se pretendeu com isto paginar o original deste projecto, mas tão-só fornecer-lhe um arranjo gráfico que permitisse reunir e visualizar todos os conteúdos num mesmo suporte e permitisse um primeiro esboço da forma como os conteúdos podiam ser distribuídos e relacionados entre si. Na rubrica de Design Editorial, mais adiante, iremos apresentar uma proposta de estudo gráfico para este projecto, substancialmente diferente da solução gráfica apresentada pelo projecto que apresentamos juntamente com este relatório.

Lisboa, Casa das Letras, 2008; Porto. *A Revolta dos Taberneiros e Outras Histórias*, Lisboa, Casa das Letras, 2004, entre outros).

3 | Conteúdos

O projecto aqui apresentado é constituído, assim, por duas partes essenciais: os textos (prefácio de Germano Silva, texto de introdução de Manuel Loff, o texto com a história de vida de Sérgio Valente e as legendas, de nossa autoria) e as fotografias, com as características que a seguir se indicam.

3.1 | Os Textos e a Legendagem

Os textos produzidos para este projecto editorial encontram-se em fase que aqui poderíamos designar de original e a sua edição comercial implicará sempre que sejam objecto de tratamento editorial (isto é de uma intervenção a vários níveis, normalização, revisão linguística/literária, tipográfica, científica e de adequação de conteúdos, que poderá determinar a omissão, inclusão ou reformulação dos mesmos), no decurso da qual se deverá procurar elaborar um guia de estilos a aplicar a todos os textos⁶.

Todavia, a produção destes textos já foi feita tendo em conta as características do público-alvo: procurou-se redigir textos de leitura fácil, sem aparato crítico e que fornecessem ao leitor um «guião» de apoio à visualização das fotografias.

Como já dissemos, os textos que acompanham o acervo fotográfico são dois: um de enquadramento histórico geral, da autoria de Manuel Loff, e outra que narra a história de vida de Sérgio Valente, de nossa autoria.

No primeiro texto procura-se fazer uma contextualização histórica da sociedade portuguesa entre os anos de 1960 e 1974, focando-se os aspectos mais marcantes dessa evolução (as migrações internas, o fenómeno da emigração, a guerra colonial, o êxodo rural e a urbanização, a industrialização e terciarização da economia, a evolução do mercado de trabalho, a construção dos primeiros alicerces do Estado-Providência, a massificação da escolarização, e «repolitização» da sociedade, etc.), procurando descrever aquilo que se pode considerar como a emergência da sociedade de massas em Portugal, que enquadra a vida e a época fotografada por

⁶ Legendre, Bertrand, «La Sphère Editoriale», Legendre, Bertrand (Dir.), *Les Métiers de L'Édition*, [s.l.], Éditions du Cercle de la Librairie, 2007, pp. 72-74; Coelho, Sérgio, *Uma Questão de Fé*, texto disponível em <http://blogtailors.blogspot.com/2010/02/opinio-uma-questao-de-fe-por-sergio.html> (Acedido em 24/02/2010).

Sérgio Valente. Este texto introdutório é documentado com inúmeros dados estatísticos que são incluídos com o objectivo de dar ao público leitor destes conteúdos (que se pretende o mais alargado possível) uma visão panorâmica rigorosa e fundamentada daquilo que foi a sociedade portuguesa das décadas de 1960-1970, da qual se pretende, precisamente, dar uma perspectiva «visual» com o espólio de fotografias que se pretende publicar.

O texto com a história de vida de Sérgio Valente, por seu turno, está estruturado de acordo com as fases mais relevantes da sua vida pessoal, que não coincidem, necessariamente, com momentos relevantes da história do país. Encontra-se dividido em quatro partes que procuram dar a conhecer quatro momentos estruturantes da vida do fotógrafo: 1) a sua iniciação política e a forma como, consciente e retrospectivamente, o fotógrafo afirma que foi ganhando percepção para a situação política e social do país; 2) o serviço militar e as estratégias que então desencadeou para evitar ser mobilizado para a Guerra Colonial nas colónias portuguesas; 3) as prisões políticas de que foi alvo e o enorme sofrimento, físico e psicológico, que daí lhe adveio; 4) o crescente envolvimento nas actividades da oposição e em vários movimentos de acção colectiva na cidade do Porto e sua região, corolário do que considerou ter sido um processo de amadurecimento político e cívico, que acabaria por definir a sua luta contra o regime ditatorial do Estado Novo como um objectivo incontornável na sua vida pessoal.

Nesta medida, este texto procura não só fornecer o testemunho pessoal da vida do indivíduo Sérgio Valente como, simultaneamente, pretende complementar e explicar o contexto e a motivação em que as fotografias foram produzidas.

Dentro da rubrica «textos», há ainda que referir as legendas. A regra principal assumida para a legendagem das fotografias foi a de procurar ser o mais exaustivo possível para cada uma das fotografias, sempre que tal se revelou possível. Se bem que isso tenha levado, em alguns casos, ao fornecimento de informação redundante ou excessiva e pouco útil para a compreensão das fotografias (como, por exemplo, a identificação de pessoas somente pelo nome próprio ou a repetição de alguns nomes), entendemos que só desta forma se poderá melhor valorizar o potencial que as fotografias podem ter. O objectivo foi o de recuperar a maior quantidade possível de informação, correndo-se, no entanto, o risco de alguma repetição. Em todo o caso, se o projecto for alvo de edição comercial haverá certamente uma nova revisão em sede de produção editorial.

A legendagem serviu também, por outro lado, pelo esforço de datação que exigiu, para a ordenação cronológica das fotografias seleccionadas.

Finalmente, o texto que constitui o prefácio foi redigido de acordo com o livre critério do seu autor e foi inserido tal como no-lo entregou. A única indicação previamente dada foi o seu conteúdo não poder ultrapassar mais de uma página e ter de se referir ao espólio de fotografias de Sérgio Valente e procurar, de alguma forma, destacar o seu valor.

Os textos apresentados neste projecto estão, como se disse, em estado bruto, isto é, encontram-se na sua fase de «original», tal como foram redigidos pelos seus autores. Isto significa que terão ainda que ser alvo de edição, sobretudo ao nível de normalização de texto e de revisão linguística. Este é um trabalho eminentemente técnico, para o qual existem várias ferramentas de trabalho como as gramáticas, prontuários ou dicionários. Contudo, estas ferramentas não definem regras para todas as situações com que se depara um técnico editorial. Num trabalho de edição há sempre necessidade de definição de um guia de estilos, que se destina a fornecer as regras de uniformização gráfica, garantindo que situações semelhantes são resolvidas de forma semelhante (nos casos em que existem várias soluções válidas), evitando-se, assim, a criação de «ruído» na leitura de qualquer livro.

Neste sentido, o que propomos nas seguintes linhas é um sucinto guia de estilos que deverá nortear uma futura edição e revisão dos conteúdos escritos produzidos para este projecto.

- Valores de 1 a 9 por extenso; de 10 em diante em algarismo;
- Os algarismos vão juntos até ao 9999; deve ser dado um espaço entre o algarismo das centenas e dos milhares a partir de 10 000;
- Nos decimais deve usar-se a vírgula;
- A indicação das percentagens deve vir por extenso (50 por cento e não 50%);
- A designação de décadas deve ser feita de forma numérica, e não por extenso (década de 70, e não década de setenta);
- Datas, idades, números de documentos legais, graus de temperatura, dinheiros nacionais e estrangeiros, quantidades ou números estatísticos escrevem-se em numeração;

- Para as citações ou destaque de palavras de significado não consensual devem usar-se sempre as aspas («»); para citações dentro de citações, usam-se plicas (“”); para citações dentro de citações, que estão dentro de citações, usa-se o apóstrofe (‘’);
- Para destacar frases intercaladas deve usar-se o travessão (–) e não o hífen (-);
- Nomes de títulos de obras, jornais, filmes, obras musicais (álbuns) e obras de arte devem vir em itálico;
- Capítulos de livros, artigos de jornais e faixas de um álbum musical devem vir entre aspas;
- Deve escrever-se quilómetro, e não km (assim como todas as unidades de medida e de capacidade devem ser escritas por extenso: metro, grama, litro, etc.);
- Estrangeirismos ou expressões em latim devem vir a itálico
- Topónimos e antropónimos estrangeiros devem vir, sempre que possível, aporuguesados;
- A indicação de séculos (XVI) e siglas deve vir em versaletes (nota: a palavra século deverá vir sempre escrita por extenso);
- Na escrita de siglas, não se deve usar pontos a separar as iniciais (ONU e não O.N.U.; INE e não I.N.E.);
- As siglas não têm plural (os DVD e não os DVDs)
- As referências bibliográficas deverão ser organizadas do seguinte modo: apelido(s) do(s) autor(es), seguido do(s) nome(s) próprio(s), do ano de edição entre parêntesis, título da obra em itálico (ou do artigo entre aspas, caso em que se segue o título da publicação em que está inserido em itálico), local de edição, editora e páginas (quando se aplica) (Exemplo 1: Godinho, Paula (2001), *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta Editora; Exemplo 2: Pereira, João Cordeiro (1998), «A Estrutura Social e o seu Devir», in Dias, João José Alves (Coordenação), *Portugal. Do Renascimento à Crise Dinástica*, volume V, Lisboa, Editorial Presença, pp. 277-336);

3.2|Fotografias

As fotografias são a parte essencial deste projecto. São o objecto que se pretende editar, que, como dissemos, representam uma selecção de 500 fotografias de um acervo de mais de cinco mil fotografias inéditas, propriedade de Sérgio Valente. Há, no entanto, duas excepções

relativamente à origem e paternidade das fotografias: as primeiras duas fotografias, da campanha eleitoral de 1958, que foram cedidas a título gracioso pela Fundação General Humberto Delgado; e cerca de dezena e meia de fotografias, com imagens da repressão por parte da polícia nas ruas de Aveiro, durante o III Congresso da Oposição Democrática, que são de autor anónimo e foram cedidas por Pereira de Sousa, seu actual proprietário.

Como constituem a parte essencial do projecto, as fotografias ocupam o lugar central na estrutura gráfica e estão ordenadas pela ordem cronológica apurada para cada uma delas. Serão enquadradas pelas legendas e será em função delas que se disporá, em trechos variáveis, a parte dos conteúdos textuais relativa à história de vida do fotógrafo.

As fotografias serão apresentadas em alta resolução (têm todas um mínimo de 300 dpi – *dots per inch*), e serão inseridas, com qualidade, no seu formato real. Neste projecto serão simulados, na rubrica de design editorial, diferentes formatos em que estas fotografias poderão ser inseridas, uns para situações de uma fotografia por página, outros para permitir mais do que uma fotografia por página, até a um máximo de quatro fotografias por página.

3.3 | Outros Elementos

De referir, finalmente, que os conteúdos reunidos para este projecto incluem ainda alguns documentos «avulso» (cédula militar, recortes de jornais, etc.), também pertencentes a Sérgio Valente, que foram digitalizados para serem aqui incluídos. São em número reduzido e procuram fornecer alguma informação adicional para complementar os textos e fotografias.

4 | Design Editorial

Na presente rubrica o que se pretende fazer é somente apresentar uma proposta de design editorial para o original do projecto aqui apresentado e fundamentar todo um conjunto de opções a este nível para a sua futura edição. Como já foi dito, propõe-se com este projecto a edição de uma publicação que associe as características de uma obra com funções de informação, susceptível de transmitir eficazmente o conhecimento historiográfico consubstanciado nos seus conteúdos escritos e iconográficos e, simultaneamente, as características de um livro de fotografias ou livro de arte, com uma estrutura e qualidade gráfica que dê igual importância e visibilidade às fotografias e ao texto informativo⁷. Neste sentido, propõe-se que se adopte um livro com um formato com largura suficiente para as fotografias terem uma dimensão que permita uma visualização o mais detalhada possível, garantindo, no entanto, que seja um formato facilmente manuseável para, igualmente, facilitar a leitura. Pretende-se, em suma, propor uma estrutura gráfica sóbria, simétrica (entre páginas) e, ao mesmo tempo, atractiva, apelativa e duradoura.

Por outro lado, sendo um livro de fotografias, significa isto que, nas propostas que adiante se farão, os critérios da qualidade e valorização estética, sobretudo no que diz respeito à escolha do papel, prevalecerão sobre os critérios materiais. Obviamente que esta escolha se prende com o facto de se tratar de um projecto. Na eventualidade de uma futura edição comercial, as características materiais do projecto terão que ser definidas de acordo, também, com critérios económico-financeiros que permitam a viabilização comercial de uma edição que tem custos de produção elevados (não nos aqui esquecendo que a edição, enquanto indústria cultural, é uma indústria de retorno ao investimento de longo prazo)⁸.

São quatro os vectores que teremos em consideração para a proposta de design editorial do presente projecto: a estrutura do livro, a grelha, a tipografia e o papel.

⁷ Hochuli, Jost; Kinross, Robin, *Designing Books. Practice and Theory*, Londres, Hyphen Press, 2007, pp. 62 e 66.

4.1 | Estrutura

Para este projecto editorial aponta-se a seguinte estrutura de organização interna (vulgo miolo): capa, folha de anterrosto, folha de rosto, ficha técnica no verso desta, nota prévia, prefácio, um capítulo só de texto, um capítulo composto de texto e imagens, aconselhamento bibliográfico, índice e cólofon.

A ficha técnica, elaborada de acordo com a NP 738 de 1987, deverá incluir o título, editor, local e ano de edição. O ISBN vai simulado, uma vez que este projecto não é, em si, objecto de comercialização, pelo que não há qualquer obrigação de emissão daquele número.

A nível exterior, para a concepção da capa sugere-se uma fotografia do fotógrafo, contemporânea da época do espólio de fotografias, que deverá cobrir toda a superfície da capa, em cor sépia. O título («Sérgio Valente») deverá ser inscrito na parte superior da capa, com tipografia Bodoni MT negrito, corpo de 30 pontos, alinhado à direita, a cor branca; e o subtítulo («Um Fotógrafo da Oposição») terá as mesmas características, com a excepção que irá em Bodoni MT regular. Na capa deverá ser também incluído o logótipo da hipotética editora ao centro da capa, a 12 mm de distância do limite inferior da capa.

A contracapa será composta por uma superfície lisa de cor semelhante à cor dominante da fotografia da capa (cor semelhante ao sépia), incluirá um *blurb* com um breve resumo do livro, informação sobre o fotógrafo e/ou um excerto de um comentário ao livro e/ou ao autor, o código de barras e endereço electrónico (se se aplicar). O texto da contracapa deverá ser escrito com tipografia Bodoni MT regular, corpo de 14 pontos e ser alinhado à esquerda. O código de barras não deverá ultrapassar os 30 mm x 20 mm e deverá ser orientado verticalmente, sendo acompanhado, pelo lado da lombada, do endereço electrónico em tipografia Bodoni MT regular, com corpo de 14 pontos. Tanto um como outro deverão distar 20 mm em relação à lombada.

Para o título da capa e o texto da contracapa, assim como para a disposição da restante informação, deverá considerar-se uma margem exterior, na capa e na contracapa, de 30 mm, pela

⁸ Cf. Hjorth-Andersen, «Publishing», Towse, Ruth (ed.), *A Handbook of Cultural Economics*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2003, pp. 402-403; e Robin, Christian, «La Gestion», Legendre, Bertrand, *Les Métiers de l'Édition*, Paris, Éditions du Cercle de la Librairie, 2007, p. 299.

qual se deverá fazer os referidos alinhamentos, uma margem superior e inferior de 20 mm e uma margem de 20 mm em relação à lombada (do lado da capa e da contracapa).

A lombada deverá ser rectilínea e, de acordo com a NP 3193 de 1987, deverá incluir o título horizontalmente. Como se trata de uma obra colectiva, não se aplica a inclusão do nome de um autor na lombada. Poder-se-ia considerar o fotógrafo Sérgio Valente como a designação de autoria, dado as fotografias serem o elemento de maior relevância, mas uma vez que o nome já vai integrado no título, inserir o seu nome juntamente com o título afigurar-se-nos como redundante. Para este projecto estudamos uma badana com uma largura de 50 mm, prevendo que o volume de uma futura publicação deste projecto poderá justificar essa medida.

O título na lombada deverá ser escrito em tipografia Bodoni MT negrito, com corpo de 24 pontos, alinhado ao centro e orientado para a direita. O subtítulo terá as mesmas características, com a excepção do estilo que será regular. A lombada deverá ter o logótipo da hipotética editora, mas, à semelhança da capa, este deverá estar orientado horizontalmente e a 12 mm de distância do limite inferior da capa (Apêndice I).

4.2 | Grelha

Todo e qualquer projecto gráfico impresso pressupõe uma grelha, uma estrutura, mais ou menos complexa, que divide o espaço da página em blocos de espaço (os campos, definidos através de colunas e goteiras horizontais e verticais) que servem para orientar a colocação do texto, das imagens, das várias hierarquias de títulos, cabeçalhos e fólios, define a largura das margens e determina a área de impressão⁹. De vários ensaios efectuados, resultou a opção das seguintes características gráficas para o presente projecto, no que à definição da grelha diz respeito (Apêndices I e II):

- Formato: 270 mm x 210 mm
- Margens (Sup. X Inf. x Int. x Ext.): 20 mm x 20 mm x 25 mm x 35 mm
- Colunas: 5
- Goteiras verticais: 4 mm; Goteiras horizontais: 4 mm

⁹ Haslam, Andrew, *Book Design*, Londres, Laurence King Publishing, 2006, p. 42.

- Campos: 25 campos (área por campo: aprox. 38 mm x 30 mm)
- Fonte/Corpo/Entrelinha para Texto: Bodoni MT/12/14 pontos
- Alinhamento/Estilo de Texto: Justificado/Regular
- Fonte/Corpo/Entrelinha para Títulos 1: Arial/14/16,8 pontos
- Alinhamento/Estilo de Título 1: Em Bandeira à Direita/Negrito (a indicação de autores em estilo regular)
- Fonte/Corpo para Títulos 2: Arial/12
- Alinhamento/Estilo de Título 2: Em Bandeira à Esquerda/Itálico
- Fonte/Corpo/Entrelinha para Legendas: Arial/8/11 pontos
- Alinhamento/estilo de Legenda: Em Bandeira à Esquerda (páginas ímpares); em Bandeira à Direita (páginas pares)/negrito e regular
- Fonte/Corpo/Estilo para Fólio: Arial/8/regular e negrito

A opção por um formato bastante próximo do A4 justifica-se pela necessidade de espaço suficiente para a distribuição do texto e do considerável número de fotografias. Com estas dimensões, acreditamos que a mancha gráfica ficará com espaço suficiente para uma distribuição de conteúdos que não seja demasiado preenchida, além de que a opção por um formato mais reduzido implicaria um maior número de páginas, o que poderia aumentar demasiado a espessura e «peso» de uma futura publicação deste projecto. Por outro lado, ao optar-se aqui por um formato ligeiramente diferente do A4 (com menos 27 mm de comprimento), pretende-se evitar um formato que possa parecer padronizado e «familiar» ao leitor.

A proposta de grelha com cinco colunas, que, com quatro goteiras horizontais, dá um total de 25 campos, prende-se com a necessidade de versatilidade da estrutura gráfica para o jogo entre os vários elementos da página (texto, fotografias, legendas). Também por isso se propõe um formato rectangular com uma orientação de página horizontal (de entre os três formatos mais comuns: rectângulo com orientação horizontal, rectângulo com orientação vertical e formato quadrado)¹⁰. Dessa forma, possibilita-se que a largura das colunas seja ligeiramente maior do que se a opção recaísse numa orientação de página vertical, o que é importante para criar condições de largura suficiente para a disposição do texto.

As cinco colunas da grelha dão também bastante flexibilidade para a manipulação das fotografias a dispor em cada página, podendo o número destas por cada página variar entre uma e o máximo de quatro fotografias, que poderão ser inseridas no espaço de quatro áreas (valores aproximados): de 210 mm x 170 mm, de 124,4 mm x 170 mm, 124,4 mm x 98 mm e 81,6 mm x 64 mm. Ao serem dispostas adentro de cada uma daquelas áreas, não é estritamente necessário que as fotografias ocupem a totalidade da área, se bem que a regra deverá ser as fotografias «encaixarem» nas áreas em que se opte colocá-las (ver Apêndice II).

Para a disposição destas fotografias, e dada a necessidade de legendagem, apontam-se algumas regras (para além da que acabamos de enunciar). Assim, sempre que se opte por uma fotografia de página inteira (que ocupe as cinco colunas), a página do lado deverá ter sempre a coluna interior livre para permitir inserir aí a legenda da fotografia relativa à página inteira. O que significa que a página que acompanha uma página com uma fotografia de página inteira não poderá ter uma fotografia que ocupe toda a área da mancha gráfica (que está delimitada pelas áreas supra definidas).

Outra regra é o limite máximo de quatro fotografias por página, que se justifica para evitar o excesso de informação iconográfica, para permitir que as fotografias tenham dimensões suficientes para a percepção do maior número de detalhes e para evitar que seja retirado espaço necessário para as legendas. Uma «página média» deste projecto terá duas ou três fotografias.

Por fim, tanto quanto possível, deverá procurar-se evitar um seguimento demasiado longo de fotografias sem a presença de texto (para além das legendas, bem entendido). E, obviamente, os conteúdos textuais da história de vida do fotógrafo devem acompanhar as imagens com as quais estejam relacionados.

4.3 | Tipografia

A escolha das fontes que se propõe visa, naturalmente, a legibilidade, um dos objectivos principais do uso toda a tipografia¹¹. É esta preocupação de legibilidade e pragmatismo que nos

¹⁰ Haslam, *op. cit.*, p. 30.

¹¹ Kane, John, *A Type Primer*, Londres, Laurence King Publishing, 2002, p. 81; Zappaterra, Yolanda, *Editorial Design*, Londres, Laurence King Publishing, 2007, p. 132.

leva a propor a escolha de uma tipografia serifada para o corpo de texto principal e uma fonte não-serifada para os títulos e legendas.

A escolha de uma fonte serifada para o corpo de texto será a mais indicada, porquanto são as serifadas que melhor se prestam para uma leitura de textos mais ou menos longos; as serifas, em particular – os pequenos segmentos de recta que rematam as hastes –, permitem criar uma noção de horizontalidade do texto que facilita a leitura¹². A fonte que aqui se propõe é a Bodoni Monotype, uma variação da tipografia Bodoni criada pelo tipógrafo italiano Giambattista Bodoni (1740-1813), que se caracteriza pelo contraste acentuado entre as hastes e filetes, pelos remates finos e pelo seu carácter vertical. É uma tipografia simples e elegante, que esteve na origem das tipografias modernas e desde a sua invenção que tem sido usada em vários periódicos e livros italianos.

A verticalidade da Bodoni Monotype, associada a um corpo e a um *leading* (entrelinhamento) de texto generosos (que se recomendam particularmente para este tipo), garante uma mancha gráfica bastante equilibrada e, como tal, com bastante legibilidade¹³. Deste modo, ao permitir, por um lado, reduzir a densidade da mancha gráfica, permite-se que o leitor não se canse demasiado com a leitura do texto (essencial para a compreensão e acompanhamento da visualização das fotografias); por outro lado, com um corpo de letra generoso e uma extensão de linha de 124,4 mm por página (cerca de 65 caracteres, sem espaços), permite-se que o leitor distribua a sua atenção de forma equilibrada entre o texto e as fotografias. É o que se pretende com isto é, precisamente, criar um diálogo entre texto e fotografias.

Para os títulos e legendas, para criar um contraste com a tipografia serifada da mancha gráfica, impõe-se que se opte por uma fonte não serifada¹⁴. A fonte não serifada que se propõe é a Arial, uma fonte industrial, criada em 1982 por Robin Nicholas e Patricia Saunders. Procurando imitar a Helvética, a tipografia Arial caracteriza-se pela sua versatilidade, arcos e curvas suaves e terminais cortados em diagonal, o que lhe confere um aspecto menos mecânico. O uso desta tipografia não serifada não constitui propriamente uma inovação, sendo hoje o seu uso bastante corrente, sobretudo desde que passou a estar disponível em vários programas informáticos; mas o

¹² Zappaterra, *op. cit.*, pp. 132-133; Dabner, David, *Guia de Artes Gráficas: Design e Layout*, Amadora, Editorial Gustavo Gili, 2003, p. 38.

¹³ Biker, João, *Manual Tipográfico de Giambattista Bodoni*, Coimbra, Almedina, 2001, pp. 38-39; Heitlinger, Paulo, *Tipografia. Origens, Formas e Uso das Letras*, Lisboa, Dinalivros, 2006, p. 101.

¹⁴ Dabner, *op. cit.*, p. 34.

que perdemos aqui em inovação ganhamos em pragmatismo, na medida em que é uma tipografia com que, provavelmente, a grande maioria dos potenciais leitores deste projecto já está familiarizada, é acessível e económica. Não sendo inovadora, é, na nossa perspectiva, uma fonte perfeitamente indicada para criar contraste com a mancha de texto principal e criar momentos de pausa na atenção do leitor.

4.4 | Papel

Com um número tão elevado de fotografias, este projecto editorial é eminentemente artístico, tendo em conta a tipologia de livros proposta por Hochuli e Kinross¹⁵. Por isso, e como já referimos, é este o critério que deverá prevalecer na escolha do papel, mais do que critérios económicos. São sete as características que devem ser tidas em consideração para a escolha deste elemento essencial em toda e qualquer publicação impressa (na realidade, é o suporte sem o qual a publicação impressa nem sequer existe): o formato, o peso, o grão ou fibra, a opacidade, a espessura (índice de mão), acabamentos e a cor¹⁶.

Relativamente ao formato a usar para este projecto, o essencial já foi dito atrás. Sugere-se um formato de 270 mm x 210 mm por entendermos ser um formato com largura necessária e suficiente para a disposição de conteúdos textuais e iconográficos. A opção por um formato mais reduzido poderia criar páginas demasiado preenchidas de conteúdos e determinaria um maior número de páginas. Tanto um como outro são aspectos que concorrem para um potencial peso «excessivo» deste projecto editorial. Acreditamos que com o formato próximo do A4 que aqui propomos este aspecto do peso poderá ser mais facilmente obviado. Por outro lado, é um formato economicamente mais rentável (isto é, implica pouco desperdício de papel). Se bem que a determinação rigorosa desta rentabilidade só possa ser feita em função da máquina em que se faça a impressão do livro – cada máquina de impressão tem o seu formato de papel mais rentável, que pode diferir de outras máquinas – o formato A4 é, actualmente, considerado um dos formatos mais rentáveis para a generalidade das máquinas de impressão em *offset*.

O peso e a espessura do papel são dois aspectos indissociáveis, se bem que distintos. Mas o que importa referir relativamente a estes dois aspectos é a questão da escolha do papel

¹⁵ Hochuli; Kinross, *op. cit.*, p. 62.

¹⁶ Haslam, *op. cit.*, pp. 191-199.

dever procurar um equilíbrio entre a qualidade e a preocupação de evitar o peso «excessivo» que acabamos de referir. Uma edição de qualidade, como se pretende para este projecto, implica a escolha de um papel grosso e pesado. No entanto, com 500 fotografias a inserir, estima-se que este projecto venha a necessitar de um número elevado de páginas. Com efeito, se tomarmos em consideração a página média com 2 ou 3 fotografias, o número de páginas necessárias para todo o projecto rondará as 170 e as 250 que, com os textos, poderá chegar facilmente às 300. As dezenas de obras com elevado número de elementos iconográficos que analisamos para este projecto raramente ultrapassavam a centena e meia de páginas. Por isso, a escolha do papel que se sugere para este projecto deverá procurar um equilíbrio entre a escolha de um papel suficientemente grosso para manter o aspecto de qualidade do projecto e, ao mesmo tempo, não ser demasiado grosso que aumente o peso do mesmo.

A importância da espessura do papel prende-se, mais especificamente, com a calibragem do papel e com as implicações que isso tem na determinação da largura da espinha (ou lombada)¹⁷. Como é previsível que a espinha seja suficientemente grossa, as preocupações com a espessura do papel são as mesmas apontadas para o peso.

A preocupação com o grão ou a fibra visa apenas garantir que o papel usado tenha veios (ou fibras) na direcção apropriada. Estes veios facilitam o processo de viragem das páginas de um livro impresso se estiverem orientados na vertical¹⁸. E neste projecto dever-se-á procurar garantir a orientação dos veios mais apropriada, tendo em conta a particularidade deste projecto ter uma orientação horizontal, ou seja, apesar de ser um formato próximo de um formato padrão, o manuseamento deste projecto será diferente daquele. Por isso, deverá procurar-se, tanto quanto possível, seleccionar um tipo de papel com veios orientados na vertical.

Por outro lado, o papel deverá ser opaco. Com efeito, tendo fotografias e texto em ambos os lados das páginas, o papel escolhido deverá garantir que a luz não passe para o verso da página. Não se ganha qualquer mais-valia gráfica com a transparência, além de que, a existir, a legibilidade será afectada.

Na rubrica dos acabamentos importa aqui reter que o papel seleccionado deverá ser revestido – para melhor reflectir a luz, absorver menos tinta durante a impressão e permitir imagens com maior precisão de detalhes – e deverá ter algum brilho (que também cria um bom

¹⁷ Haslam, *op. cit.*, p. 196.

¹⁸ *Ibidem*, p. 197.

efeito na reprodução de fotografias), mas não demasiado que reflecta a luz e prejudique a legibilidade¹⁹.

Finalmente, a cor do papel que se sugere é um branco não puro (creme ou acinzentado) para facilitar o processo de leitura do texto (e que não prejudica a visibilidade das fotografias).

Do exposto, resulta a opção de um tipo de papel couché semi-mate ou couché mate com 90 gr./m² e com espessura (ou índice de mão) reduzida.

De referir ainda, em relação à capa, que se sugere a utilização de capa dura, com cartão prensado e forrado a papel, que deverá ser colado às guardas e à lombada e aos cadernos costurados.

¹⁹ Zappaterra, *op. cit.*, pp. 126-127.

5 | Fontes Orais

Andrade, Amália Fernanda Barbosa Monteiro (E3, 2001), entrevista gravada, 5 cassetes
Barra, Manuel Teixeira da (E28, 2001), entrevista gravada, 2 cassetes
Ferreira, Ângelo de Pinho (E55, 2001), entrevista gravada, 2 cassetes
Gonçalves, Avelino Pacheco (E61, 2004), entrevista gravada, 7 cassetes
Gonçalves, João Pacheco (E63, 2004), entrevista gravada, 6 cassetes
Mota, António (E59, 2003), entrevista gravada, 6 cassetes
Pinto, Libertário (E10, 2001), entrevista gravada, 3 cassetes
Ranita, Vítor (E26, 2001), entrevista gravada, 4 cassetes
Ribeiro, Maria José da Silva (E54, 2001), entrevista gravada, 3 cassetes
Silva, Adão Marques da (E47, 2002), entrevista gravada, 2 cassetes
Valente, Sérgio dos Santos (E32, 2001), entrevista gravada, 2 cassetes

6 | Bibliografia Consultada

6.1 | História/História Oral

Aron-Schnapper, Dominique; Hanet, Danièle, «D'Hérodote au Magnétophone: Sources Orales et Archives Orales», *Annales ESC*, 35.º ano, n.º 1, Janvier-Février, 1980, pp. 183-199.

Caunce, Stephen, *Oral History and the Local Historian*, Londres/Nova Iorque, Longman, 1994.

Cutler, William, «Accuracy in Oral History Interviewing», in Dunaway, David K.; Baum, Willa K. (ed.), *Oral History. An Interdisciplinary Anthology*, Nova Iorque/Oxford, Altamira Press, 1996, pp. 99-106.

Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coordenadores), *Dicionário de História de Portugal*, 3 volumes (suplementos), Porto, Figueirinhas, 1999 e 2000.

Durão, Susana; Cardoso, Teresa, «Os Métodos Biográficos: uma Aproximação aos Fundamentos da História de Vida», *Arquivos da Memória*, n.º 1, 1996, pp. 95-123.

Ferrarotti, Franco, *Histoire et Histoires de Vie. La Méthode Biographique dans les Sciences Sociales*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1990.

Folguera, Pilar – *Cómo se Hace Historia Oral*, Madrid, Eudema, 1994.

Godinho, Paula, *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

Joutard, Philippe, «Historiens, à vos Micros! Le Document Oral, une Nouvelle Source pour l'Histoire"; *L'Histoire*, n.º 12, Mai 1979, pp. 106-112.

Hoffman, Alice, «Reliability and Validity in Oral History», in Dunaway, David K.; Baum, Willa K. (ed.), *Oral History. An Interdisciplinary Anthology*, Nova Iorque/Oxford, Altamira Press, 1996, pp. 87-93.

Madeira, João (Coordenador); Pimentel, Irene Flunser; Farinha, Luís, *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

Mónica, Maria Filomena, *A Formação da Classe Operária Portuguesa. Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

Moss, William, «Oral History: An Appreciation», in Dunaway, David K.; Baum, Willa K. (ed.), *Oral History. An Interdisciplinary Anthology*, Nova Iorque/Oxford, Altamira Press, 1996, pp. 107-120.

Neves, José Soares (responsável de projecto), Inquérito ao Sector do Livro, s.l., Observatório das Actividades Culturais, 2008, passim (estudo disponível em http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugu%C3%AAAs/links/Documents/Apresent_ISL_Jan08.pdf).

Pinto, António Costa (Coordenação), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2004.

Poirier, Jean; Clapier-Valladon, Simone; Raybaut, Paul, *Histórias de Vida. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

Raphael, Freddy, «Le Travail de la Mémoire et les Limites de l'Histoire Orale», *Annales ESC*, 35.º ano, n.º 1, Janvier-Février, 1980, pp. 127-145.

Rosas, Fernando (coordenação), *O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

Rosas, Fernando (coordenação), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII da Nova História de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

Rosas, Fernando, «O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição do Estado Novo», in Brito, J. M. Brandão (coordenação), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 15-59.

Rosas, Fernando, *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976). Ensaio Histórico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

Rosas, Fernando; Oliveira, Pedro Aires (coordenação), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

Starr, Louis, «Oral History», in Dunaway, David K.; Baum, Willa K. (ed.) - *Oral History. An Interdisciplinary Anthology*, Nova Iorque/Oxford, Altamira Press, 1996, pp. 39-61.

Thompson, Paul, *The Voices of the Past: Oral History*, Oxford/Nova Iorque, Oxford University Press, 1992.

Vansina, Jan, *La Tradición Oral*, Barcelona, Editorial Labor, [1966].

6.2 | Design Editorial

Ambrose, Gavin; Harris, Paul, *Format*, Lausanne, Ava Publishing, 2005.

Ambrose, Gavin; Harris, Paul, *Layout*, Lausanne, Ava Publishing, 2005.

Baer, Lorenzo, *Produção Gráfica*, São Paulo, SENAC, 2002.

Bhaskaran, Lakshmi, *What Is Publication Design? (Essential Design Handbooks)*, Mies, Roto Vision, 2006.

Bicker, João, *Manual Tipográfico de Giambattista Bodoni*, Coimbra, Almedina, 2001.

Dabner, David, *Guia de Artes Gráficas: Design e Layout*, Amadora, Editorial Gustavo Gili, 2003.

Ferrand, Maria; Bicker, João, *A Forma das Letras*, Coimbra, Almedina, 2000.

Gill, Eric, *Ensaio Sobre Tipografia*, Coimbra, Almedina, 2003.

Haslam, Andrew, *Book Design*, Londres, Laurence King Publishing, 2006.

Heitlinger, Paulo, *Tipografia. Origens, Formas e Uso das Letras*, Lisboa, Dinalivros, 2006.

Hendel, Richard, *On Book Design*, New Haven, Yale University Press, 1998.

Hjorth-Andersen, «Publishing», Towse, Ruth (ed.), *A Handbook of Cultural Economics*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2003, pp. 399-407.

Hochuli, Jost; Kinross, Robin, *Designing Books. Practice and Theory*, Londres, Hyphen Press, 2007.

Kane, John, *A Type Primer*, Londres, Laurence King Publishing, 2002.

Lee, Marshall, *Bookmaking. Editing, Designing, Production*, Nova Iorque, W.W. Norton & Company, 2004.

Lupton, Ellen, *Thinking With Type. A Critical Guide for Designers, Writers, Editors & Students*, Nova Iorque, Princeton Architectural Press, 2004.

Masterson, Pete, *Book Design and Production. Guide for Authors and Publishers*, El Sobrante (Califórnia), Aeonix Publishing Group, 2007.

McMurtrie, Douglas C., *O Livro: Impressão e Fabrico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

Müller-Brockmann, Josef, *Grid Systems in Graphic Design*, Basileia, Niggli, 1996.

Robin, Christian, «La Gestion», Legendre, Bertrand, *Les Métiers de l'Édition*, Paris, Éditions du Cercle de la Librairie, 2007, pp. 287-307.

Zappaterra, Yolanda, *Editorial Design*, Londres, Laurence King Publishing, 2007.

Apêndice I

Estudo de Capa

A fotografia, sabe-o a generalidade das pessoas, é a maneira de escrever/falar sem o recurso à palavra. Em alguns casos, como o do livro que o leitor tem nas mãos, a fotografia deixa de ser uma simples tatuagem no papel para ascender ao plano da Literatura.

Nunca, como nesta circunstância, me pareceu tão actual aquela frase, imensas vezes lembrada, de que «uma imagem é igual a mil palavras...»

Com efeito, a visualização das fotografias com que o Sérgio ilustra este volume, vai-nos dar o ensejo de reviver, ainda que ao jato de retrospectiva, os momentos mais significativos dos idos de sessenta e setenta, do século XX, no Porto.

Sérgio dos Santos Valente é fotógrafo no Porto há mais de 40 anos, tendo estado envolvido, ao longo da sua carreira profissional, em vários movimentos sociais.

«O verdadeiro interesse foi dar a conhecer parte da luta do nosso povo, feita por vezes em situações dramáticas, e dar testemunho de acontecimentos que de outra forma ficariam esquecidos para sempre.»

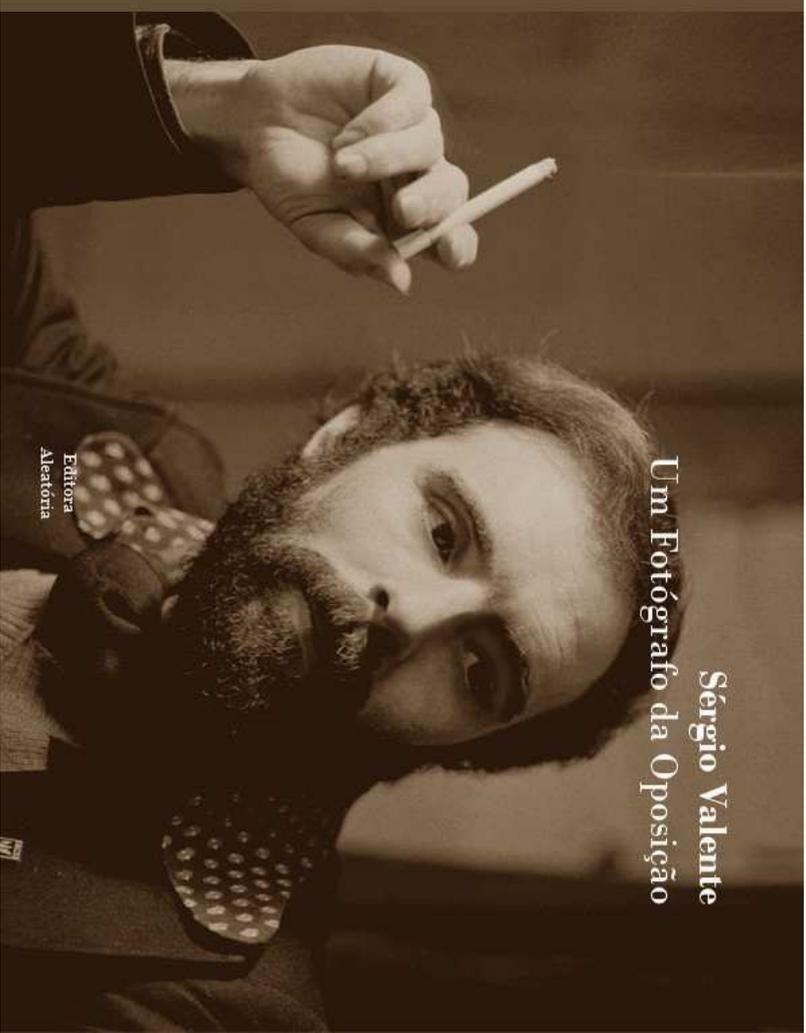
Germano Silva, do «Prefácio»



www.aleatoria.pt

Editora
Aleatória

Sérgio Valente Um Fotógrafo da Oposição



Sérgio Valente Um Fotógrafo da Oposição

Editora
Aleatória

Apêndice II

Estudo de Grelha com guias

Sérgio Valente

Um Fotógrafo da Oposição

Editora
Aleatória

Sérgio Valente. Um Fotógrafo da Oposição

Copyright © Autor e Editora Aleatória

Reservados todos os direitos de publicação em Portugal

Editora Aleatória
Campus Universitário de Santiago
3810-193 Aveiro
Portugal
Email: academ@adm.ua.pt
www.ua.pt/

Revisão
Helder Marques

ISBN: 978-989-000-000-0
Depósito-legal: 266367/09

Aveiro, Dezembro de 2010

Prefácio

Germano Silva

A amizade que, desde há muitos anos, me une ao Sérgio Valente justificava, só por si, um depoimento em jeito de prefácio, mais longo e mais profundo. Ou seja, mais cabal.

Razões de circunstância que têm a ver, fundamentalmente, e com a escassez de tempo, impedem-no. Não impedem, no entanto, que eu alinhe meia dúzia de palavras que, por muito breves que sejam, não são menos sentidas, nem menos ponderadas – apenas menos desenvolvidas.

A fotografia, sabe-o a generalidade das pessoas, é a maneira de escrever/falar sem o recurso à palavra. Em alguns casos, como o do livro que o leitor tem nas mãos, a fotografia deixa de ser uma simples tatuagem no papel para ascender ao plano da Literatura. Nunca, como nesta circunstância, me pareceu tão actual aquela frase, imensas vezes lembrada, de que «uma imagem é igual a mil palavras...»

Com efeito, a visualização das fotografias com que o Sérgio ilustrou este volume, vai-nos dar o ensejo de reviver, ainda que ao jeito de retrospectiva, os momentos mais significativos dos idos de sessenta e setenta, do século XX, no Porto. Foi o período áureo das tertúlias dos cafés; dos saraus culturais da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto; dos espectáculos do Teatro Experimental do Porto; do Grupo dos Modestos; das sessões cinematográficas do CineClube do Porto; das sessões de autógrafos da livraria Divulgação, antecessora da

políticas, económicas, que lhes são comuns. Se acordarmos em chamar massas a esses grandes grupos humanos, diremos que, uma vez verificados tais fenómenos, podemos falar da emergência de uma sociedade de massas.

*Ir Embora, Matar, Sobreviver, Fugir,
Trabalhar, Mudar de Vida, Voltar...*

Façamos, então, um esforço para visualizar numa espécie de flash a sociedade portuguesa dos anos '60 e '70. Quanto mais afastamos a lente e depuramos a nossa percepção do que, ao longe, vemos que se mexe, ganha cor, ganha identidade - o que percebemos? Antes de mais, um movimento incessante: uma parte muito, mas mesmo muito, significativa da população move-se de um lado para o outro, primeiro mais lentamente, depois muito depressa. São os homens, e sobretudo os homens adultos mais jovens, que protagonizam a grande maioria deste movimento, desta pressa em mudar, resolver as suas vidas, emigrando para o estrangeiro ou procurando outra vida numa das duas áreas metropolitanas do litoral português, sobretudo a de Lisboa; em qualquer caso, correndo para próximo de Paris, de Lisboa, do Porto,

Ouvem-se já os Tambores...
Portugal 1960-1974

Manuel Loff

Se outro motivo de interesse não existisse, estudar e ver - no caso deste livro, ver sobretudo - os anos 1960's e 1970's em Portugal significa, antes de mais, perceber como os portugueses - tantos portugueses, em todo o caso - tomaram nas suas mãos o controlo de boa parte das suas vidas. Dificilmente se poderia sustentar a mesma coisa em qualquer outro momento da História. O que, por si só, não é pouco. Não é mesmo nada pouco.

Creio, honestamente, que nenhuma sociedade, quaisquer que sejam os limites dentro dos quais a imaginamos, ou ela própria se imagina, é provida daquilo a que ilusoriamente, em minha opinião, costumamos chamar, ou ouvir chamar, consciência colectiva. A experiência de cada um dos seus membros é tão irredutivelmente pessoal, e, portanto, plural no seu conjunto, que não creio que possamos garantir, com legitimidade e rigor, que entre todos eles, ou entre a grande maioria deles, se constitua uma espécie de consciência, configurada em torno de outras tantas abstracções como são uma opinião pública, uma mesma memória colectiva, um mesmo sentimento descrito como nacional...

Dito isto, contudo, reconhecemos que há fenómenos e experiências sociais tão globais e generalizados que nos permitem, isso sim, perceber serem partilhados por amplas comunidades humanas, que, desta forma, se revêem colectivamente em referências culturais,

Durante esta sua participação na campanha eleitoral de 1958, Sérgio apercebe-se que a sua visão da realidade, a de que vivia num país atrasado e repressivo, era partilhada por muito mais pessoas para além dele. É então que descobre a sua posição na sociedade e que ganha a percepção de que existe uma luta de classes em que rapidamente se vê envolvido.

Depois deste acontecimento, e numa conjuntura político-social particularmente difícil para o governo salazarista que se seguiria à campanha eleitoral de 1958, o envolvimento de Sérgio Valente em actividades de contestação ao regime não pararia de aumentar. Juntamente com alguns amigos, seria responsável por algumas «manifestações espontâneas», procurando datas como 31 de Janeiro, 8 de Março, 1 de Maio e o 5 de Outubro. Basicamente, estas manifestações consistiam em gritar palavras de ordem, como «Viva a Liberdade!», «Viva a Democracia!», «Abaixo a Guerra Colonial» ou «Abaixo o Fascismo!», em locais públicos com bastante afluência de pessoas, como a baixa portuense, com o objectivo de chamar a atenção, provocar alguns ajuntamentos e provocar a intervenção da polícia. Numa destas «manifestações espontâneas», no 1 de Maio de 1960 ou 1961, Sérgio esteve na eminência de ser preso. Valeu-lhe ter sido avisado por um operário de que estava a ser alvo de perseguição por parte de elementos

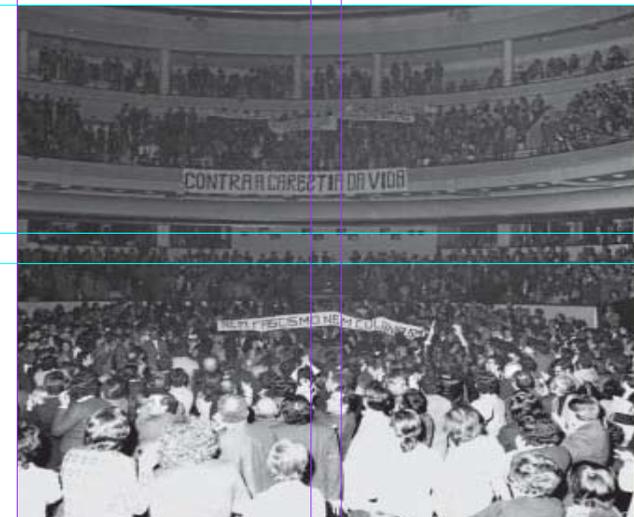


Eleições, 1971
Panorâmica do Cine-teatro Victória.



À esquerda
Retrato da pobreza nas ruas do Porto.

À direita
Enchente do Cine-teatro Victória.





Coliseu do Porto, 1974

A autoridade policial adverte a mesa para o fim da intervenção do orador.



Coliseu do Porto, 1974

João Fonseca discursa, mesmo quando lhe tentam cortar a palavra.

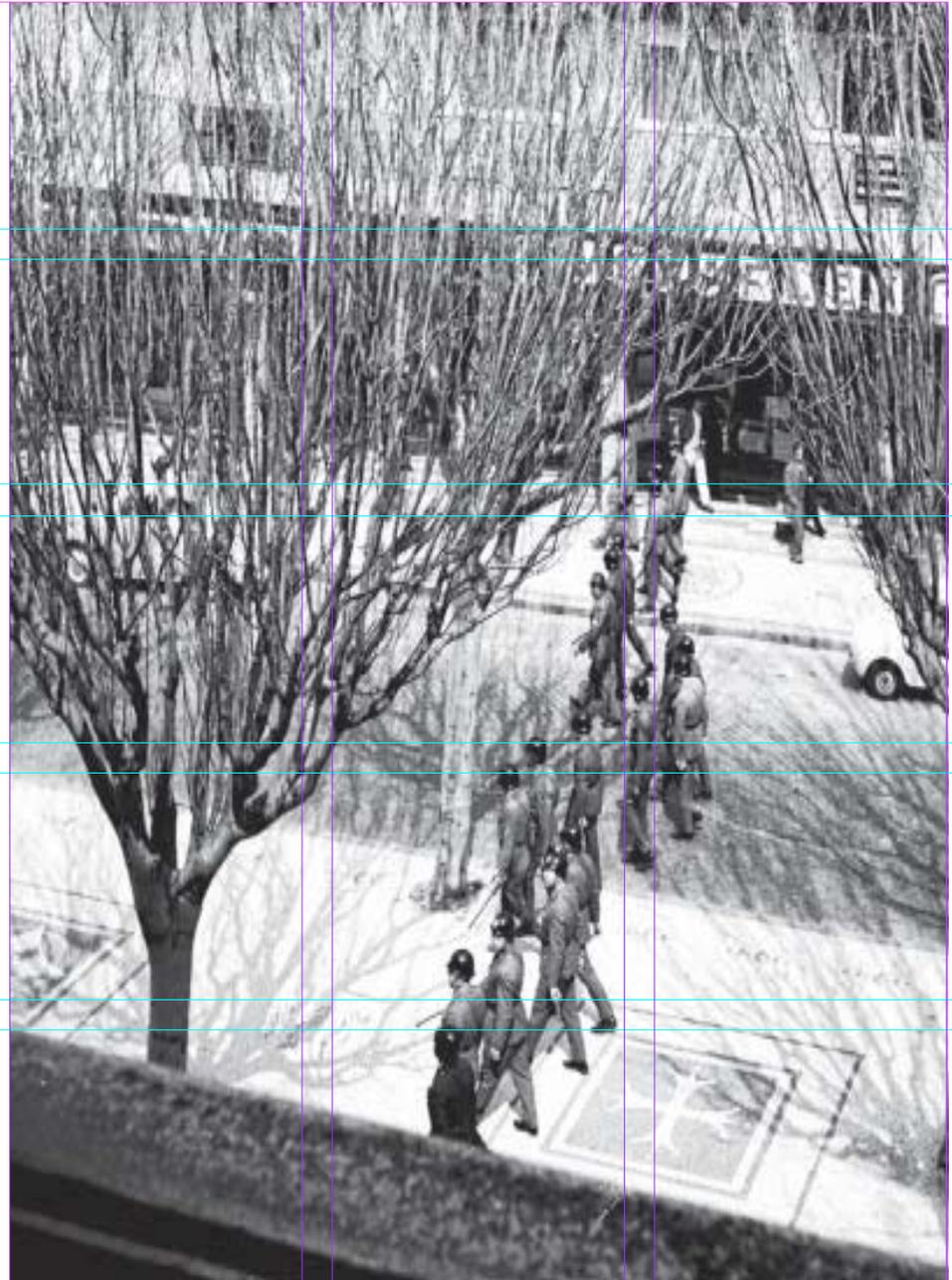


Coliseu do Porto, 1974

A polícia tenta apreender o material de som.

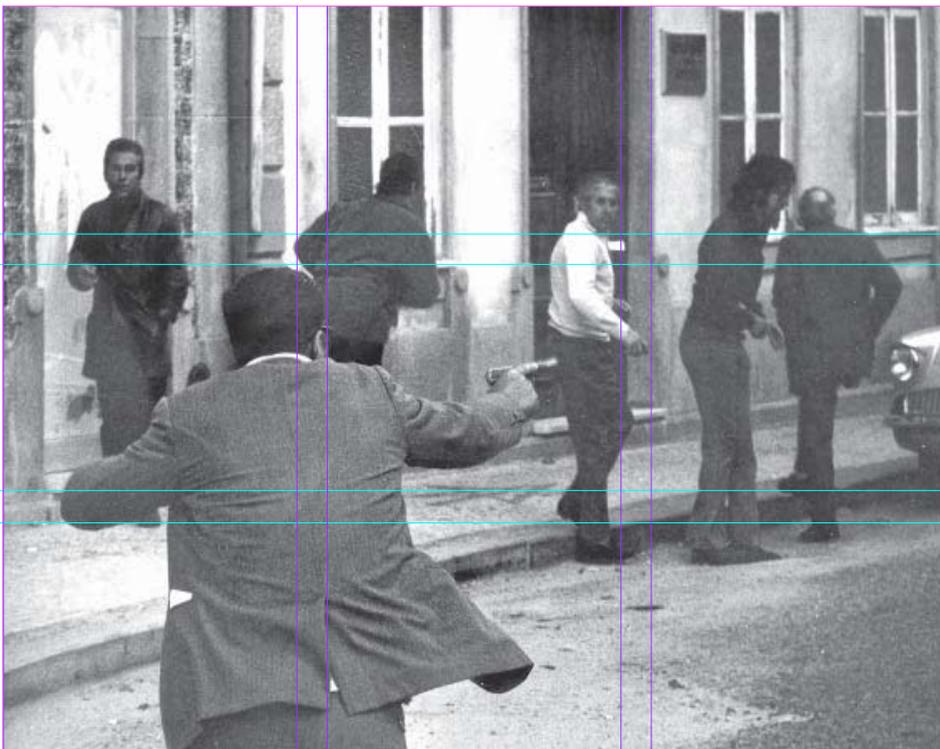
O outro acontecimento, que virá assumir posteriormente um carácter mais anedótico, é o comício feito no Coliseu do Porto, em 31 de Janeiro de 1974. Neste comício, que contou com um Coliseu completamente lotado, foi expressamente proibido pelas autoridades policiais que fosse abordada a questão da Guerra Colonial. A verdade é que, com os ânimos exaltados com o desgaste da situação, o conflito colonial é por várias vezes referido e condenado por vários dos oradores. Dois deles, os jovens estudantes universitários Pina Moura e Horácio Guimarães, envolvem-se num pequeno atrito com a PSP à entrada do Coliseu, onde são agredidos. No palco onde os oradores falavam, estava também o comissário Aníbal, uma espécie de comissário político que o regime costumava destacar para estes encontros, que interrompia constantemente os oradores sempre que se falava contra a Guerra Colonial ou no fim da ditadura.

Já perto do fim do comício, dá-se a confrontação inevitável e alguns oradores, entre eles Teixeira de Sousa e Horácio Guimarães, disputam com o comissário Aníbal a posse do microfone, aqueles para que os oradores continuassem a usufruir da palavra, o outro para cortar esse direito. Este episódio viria a ser conhecido, mais tarde, como o «Bailado do Microfone».



Aveiro, 1973

A polícia de choque numa demonstração de força, tentando intimidar os congressistas.



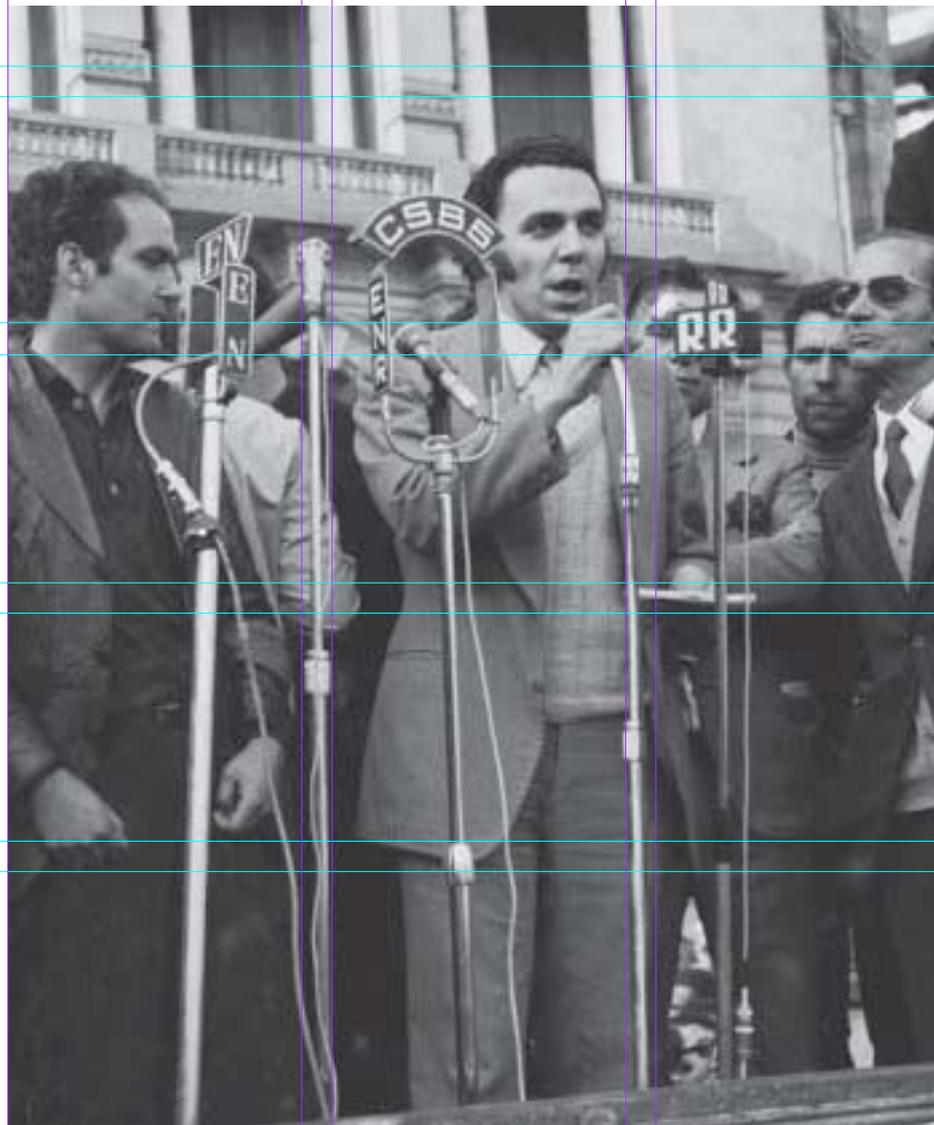
Aveiro, 1973

Um agente da PIDE/DGS empunha uma arma de fogo contra os manifestantes.

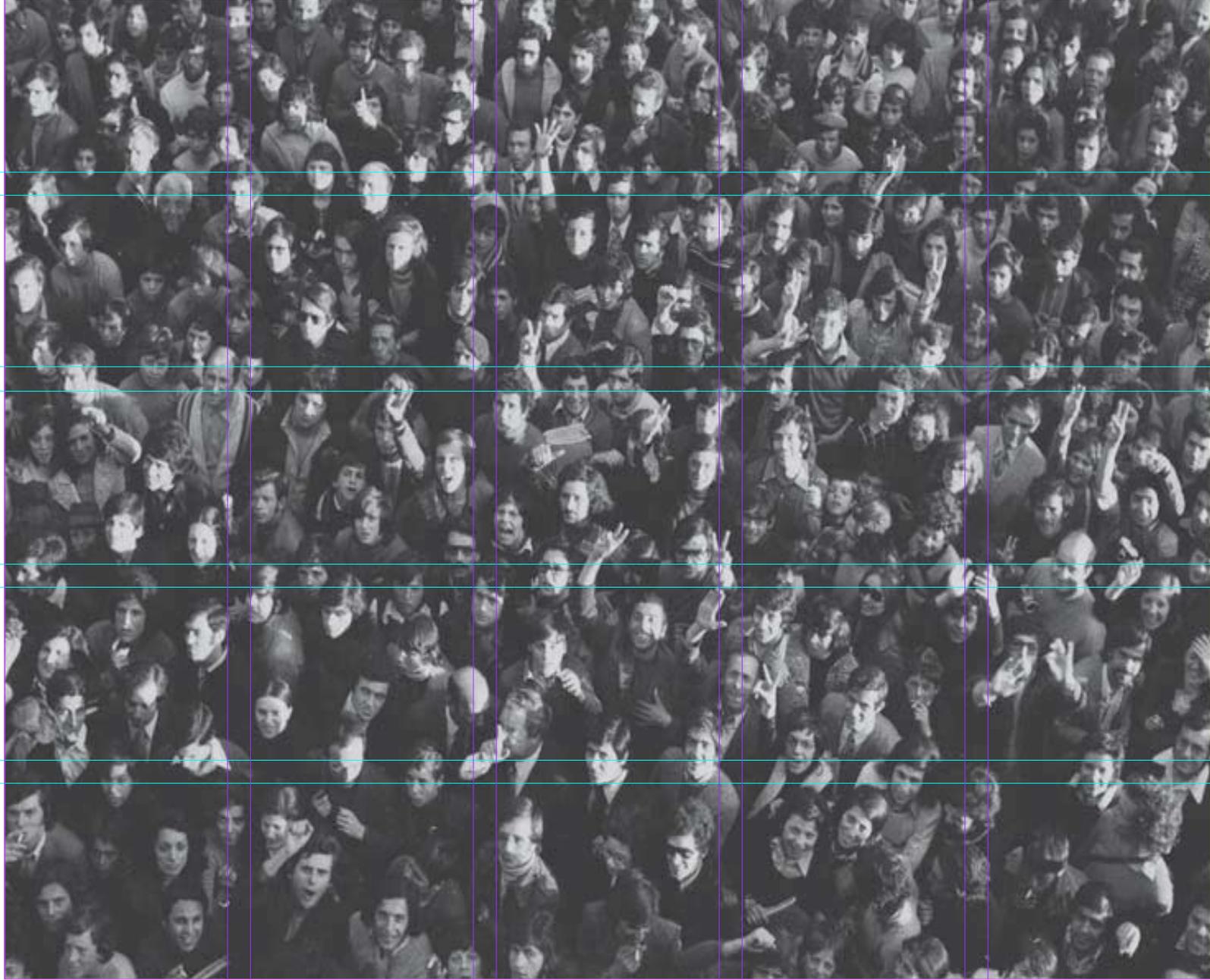
A radicalização da oposição que então se assiste é bem documentada em dois acontecimentos bastante importantes que Sérgio Valente assiste e fotografa. O primeiro deles é o III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, realizado em Abril de 1973. Neste congresso, feito sob um clima de grande crispação, participam vários milhares de pessoas, entre as quais inúmeras personalidades ligadas à oposição ao regime, e discutem-se teses sobre as mais variadas questões. É neste congresso que os representantes dos vários movimentos da oposição defendem «o fim da Guerra Colonial, a luta contra o poder absoluto do capital monopolista e a conquista das liberdades democráticas».

O carácter extremamente violento com que as autoridades policiais reprimem a tentativa de romagem ao túmulo de Mário Sacramento, quando vários milhares de pessoas se concentravam na Ponte Praça (actual Praça General Humberto Delgado) a preparar-se

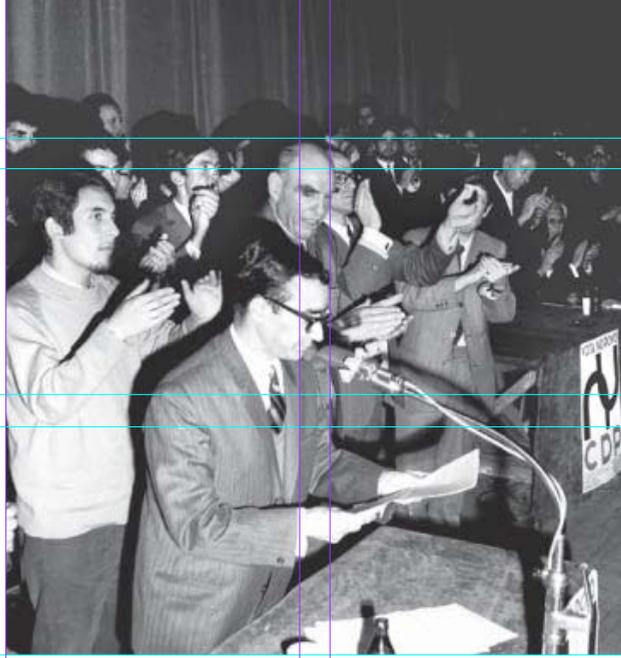
Porto, 1974
Ângelo Veloso discursa na Avenida dos Aliados, na manifestação do 1.º de Maio.



Na página seguinte
Instântaneo da Manifestação do 1.º de Maio.



Sérgio Valente. Um Fotógrafo da Oposição 19



Aconselhamento Bibliográfico

Os leitores interessados em aprofundar o estudo deste período disporão em António REIS (dir.) (1989), Portugal Contemporâneo, vol. V [1958-1974]. Lisboa: Publicações Alfa, e em J. M. Brandão de BRITO (coord.) (1999), Do Marcelismo ao Fim do Império. Lisboa: Editorial Notícias, de um conjunto de artigos e ensaios que cobrem de forma diversificada as temáticas de maior interesse.

Para acompanhar os dados estatísticos da revolução social dos últimos 40 anos em Portugal, veja-se António BARRETO (org.) (2000), A Situação Social em Portugal 1960-1999, vol. II («Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia»). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; para a emigração em particular, Maria Ioannis BAGANHA (1999), «Emigração», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), Dicionário de História de Portugal, vol. VII/Suplemento A/E. Porto: Figueirinhas, pp. 615-18.

Sérgio Valente. Um Fôtografo da Oposição, obra publicada por Editora Aleatória, foi composta em caracteres Bodoni Monotype e Arial, reproduzida na Gráfica Aleatória, em Dezembro de 2010, em papel XX 100 g, numa tiragem de 1500 exemplares.

Nota Prévia	5
Prefácio	7
<i>Ouvem-se já os Tambores</i> Portugal, 1964-74	10
Uma Sociedade em Trânsito	15
A Dificil Construção de Uma Sociedade de Bem Estar.....	23
A Guerra, o Beco Sem Saída do Marcelismo	30
Sérgio Valente, um Fotógrafo da Oposição	34
A Vida de Sérgio Valente	56
O Serviço Militar Obrigatório	65
Aconselhamento Bibliográfico	125

Apêndice III

Estudo de Grelha sem Guias e em tamanho real

Sérgio Valente

Um Fotógrafo da Oposição

Editora
Aleatória

Sérgio Valente. Um Fotógrafo da Oposição

Copyright © Autor e Editora Aleatória

Reservados todos os direitos de publicação em Portugal

Editora Aleatória

Campus Universitário de Santiago

3810-193 Aveiro

Portugal

Email: academ@adm.ua.pt

www.ua.pt/

Revisão

Helder Marques

ISBN: 978-989-000-000-0

Depósito-legal: 266367/09

Aveiro, Dezembro de 2010

Prefácio

Germano Silva

A amizade que, desde há muitos anos, me une ao Sérgio Valente justificava, só por si, um depoimento em jeito de prefácio, mais longo e mais profundo. Ou seja, mais cabal.

Razões de circunstância que têm a ver, fundamentalmente, e com a escassez de tempo, impedem-no. Não impedem, no entanto, que eu alinhe meia dúzia de palavras que, por muito breves que sejam, não são menos sentidas, nem menos ponderadas – apenas menos desenvolvidas.

A fotografia, sabe-o a generalidade das pessoas, é a maneira de escrever/falar sem o recurso à palavra. Em alguns casos, como o do livro que o leitor tem nas mãos, a fotografia deixa de ser uma simples tatuagem no papel para ascender ao plano da Literatura. Nunca, como nesta circunstância, me pareceu tão actual aquela frase, imensas vezes lembrada, de que «uma imagem é igual a mil palavras...»

Com efeito, a visualização das fotografias com que o Sérgio ilustrou este volume, vai-nos dar o ensejo de reviver, ainda que ao jeito de retrospectiva, os momentos mais significativos dos idos de sessenta e setenta, do século XX, no Porto. Foi o período áureo das tertúlias dos cafés; dos saraus culturais da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto; dos espectáculos do Teatro Experimental do Porto; do Grupo dos Modestos; das sessões cinematográficas do CineClube do Porto; das sessões de autógrafos da livraria Divulgação, antecessora da

políticas, económicas, que lhes são comuns. Se acordarmos em chamar massas a esses grandes grupos humanos, diremos que, uma vez verificados tais fenómenos, podemos falar da emergência de uma sociedade de massas.

*Ir Embora, Matar, Sobreviver, Fugir,
Trabalhar, Mudar de Vida, Voltar...*

Façamos, então, um esforço para visualizar numa espécie de flash a sociedade portuguesa dos anos '60 e '70. Quanto mais afastamos a lente e depuramos a nossa percepção do que, ao longe, vemos que se mexe, ganha cor, ganha identidade - o que percebemos? Antes de mais, um movimento incessante: uma parte muito, mas mesmo muito, significativa da população move-se de um lado para o outro, primeiro mais lentamente, depois muito depressa. São os homens, e sobretudo os homens adultos mais jovens, que protagonizam a grande maioria deste movimento, desta pressa em mudar, resolver as suas vidas, emigrando para o estrangeiro ou procurando outra vida numa das duas áreas metropolitanas do litoral português, sobretudo a de Lisboa; em qualquer caso, correndo para próximo de Paris, de Lisboa, do Porto,

Ouvem-se já os Tambores...
Portugal 1960-1974

Manuel Loff

Se outro motivo de interesse não existisse, estudar e ver - no caso deste livro, ver sobretudo - os anos 1960's e 1970's em Portugal significa, antes de mais, perceber como os portugueses - tantos portugueses, em todo o caso - tomaram nas suas mãos o controlo de boa parte das suas vidas. Dificilmente se poderia sustentar a mesma coisa em qualquer outro momento da História. O que, por si só, não é pouco. Não é mesmo nada pouco.

Creio, honestamente, que nenhuma sociedade, quaisquer que sejam os limites dentro dos quais a imaginamos, ou ela própria se imagina, é provista daquilo a que ilusoriamente, em minha opinião, costumamos chamar, ou ouvir chamar, consciência colectiva. A experiência de cada um dos seus membros é tão irredutivelmente pessoal, e, portanto, plural no seu conjunto, que não creio que possamos garantir, com legitimidade e rigor, que entre todos eles, ou entre a grande maioria deles, se constitua uma espécie de consciência, configurada em torno de outras tantas abstracções como são uma opinião pública, uma mesma memória colectiva, um mesmo sentimento descrito como nacional...

Dito isto, contudo, reconhecemos que há fenómenos e experiências sociais tão globais e generalizados que nos permitem, isso sim, perceber serem partilhados por amplas comunidades humanas, que, desta forma, se revêem colectivamente em referências culturais,

1958

Durante esta sua participação na campanha eleitoral de 1958, Sérgio apercebe-se que a sua visão da realidade, a de que vivia num país atrasado e repressivo, era partilhada por muito mais pessoas para além dele. É então que descobre a sua posição na sociedade e que ganha a percepção de que existe uma luta de classes em que rapidamente se vê envolvido.

Depois deste acontecimento, e numa conjuntura político-social particularmente difícil para o governo salazarista que se seguiria à campanha eleitoral de 1958, o envolvimento de Sérgio Valente em actividades de contestação ao regime não pararia de aumentar. Juntamente com alguns amigos, seria responsável por algumas «manifestações espontâneas», procurando datas como 31 de Janeiro, 8 de Março, 1 de Maio e o 5 de Outubro. Basicamente, estas manifestações consistiam em gritar palavras de ordem, como «Viva a Liberdade!», «Viva a Democracia!», «Abaixo a Guerra Colonial» ou «Abaixo o Fascismo!», em locais públicos com bastante afluência de pessoas, como a baixa portuense, com o objectivo de chamar a atenção, provocar alguns ajuntamentos e provocar a intervenção da polícia. Numa destas «manifestações espontâneas», no 1 de Maio de 1960 ou 1961, Sérgio esteve na eminência de ser preso. Valeu-lhe ter sido avisado por um operário de que estava a ser alvo de perseguição por parte de elementos



Eleições, 1971

Panorâmica do Cine-teatro Victória.

À esquerda

Retrato da pobreza nas ruas do Porto.

À direita

Enchente do Cine-teatro Victória.





Coliseu do Porto, 1974

A autoridade policial adverte a mesa para o fim da intervenção do orador.



Coliseu do Porto, 1974

João Fonseca discursa, mesmo quando lhe tentam cortar a palavra.

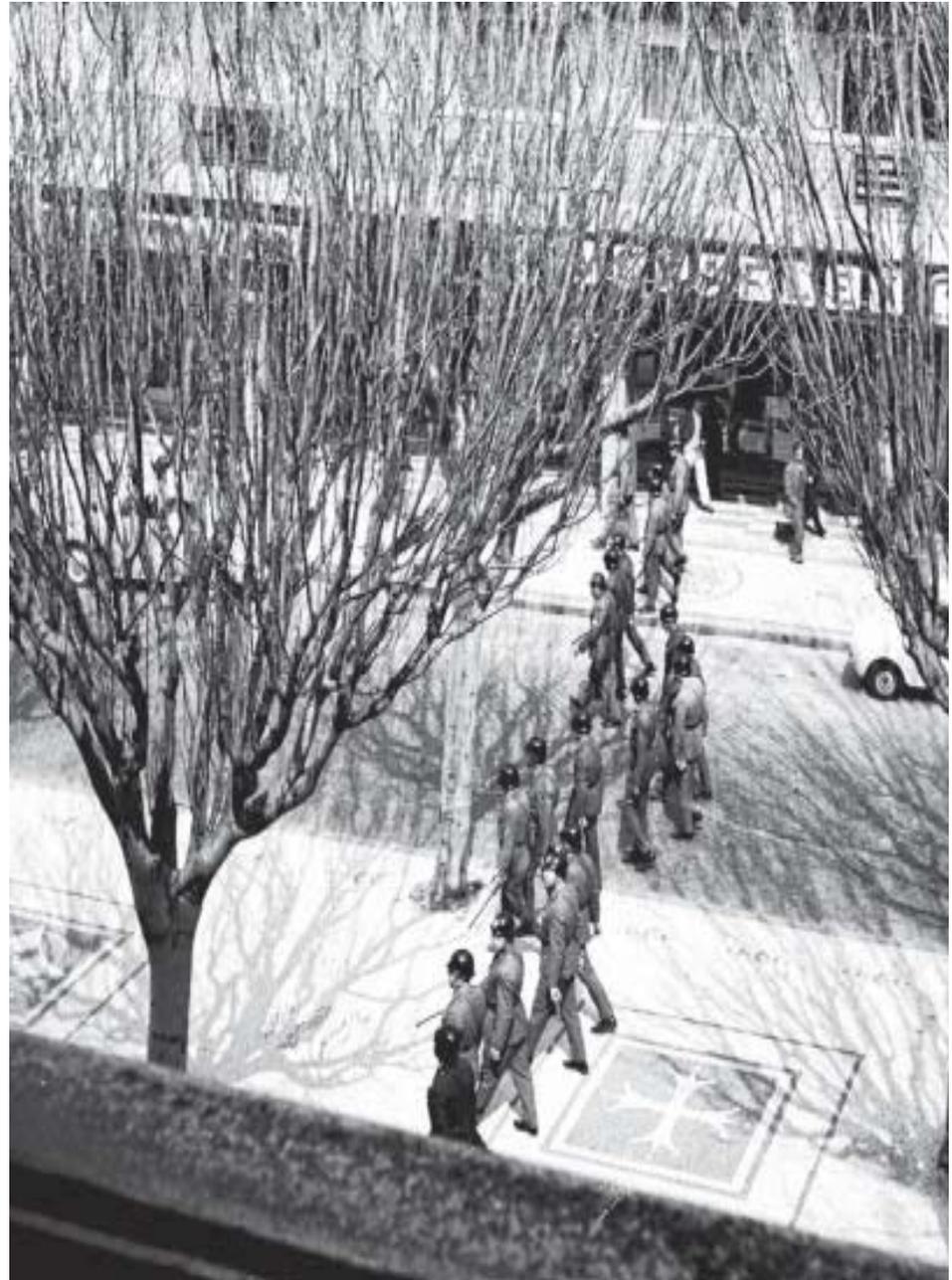


Coliseu do Porto, 1974

A polícia tenta apreender o material de som.

O outro acontecimento, que virá assumir posteriormente um carácter mais anedótico, é o comício feito no Coliseu do Porto, em 31 de Janeiro de 1974. Neste comício, que contou com um Coliseu completamente lotado, foi expressamente proibido pelas autoridades policiais que fosse abordada a questão da Guerra Colonial. A verdade é que, com os ânimos exaltados com o desgaste da situação, o conflito colonial é por várias vezes referido e condenado por vários dos oradores. Dois deles, os jovens estudantes universitários Pina Moura e Horácio Guimarães, envolvem-se num pequeno atrito com a PSP à entrada do Coliseu, onde são agredidos. No palco onde os oradores falavam, estava também o comissário Aníbal, uma espécie de comissário político que o regime costumava destacar para estes encontros, que interrompia constantemente os oradores sempre que se falava contra a Guerra Colonial ou no fim da ditadura.

Já perto do fim do comício, dá-se a confrontação inevitável e alguns oradores, entre eles Teixeira de Sousa e Horácio Guimarães, disputam com o comissário Aníbal a posse do microfone, aqueles para que os oradores continuassem a usufruir da palavra, o outro para cortar esse direito. Este episódio viria a ser conhecido, mais tarde, como o «Bailado do Microfone».



Aveiro, 1973

A polícia de choque numa demonstração de força, tentando intimidar os congressistas.



Aveiro, 1973

Um agente da PIDE/DGS empunha uma arma de fogo contra os manifestantes.

A radicalização da oposição que então se assiste é bem documentada em dois acontecimentos bastante importantes que Sérgio Valente assiste e fotografa. O primeiro deles é o III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, realizado em Abril de 1973. Neste congresso, feito sob um clima de grande crispação, participam vários milhares de pessoas, entre as quais inúmeras personalidades ligadas à oposição ao regime, e discutem-se teses sobre as mais variadas questões. É neste congresso que os representantes dos vários movimentos da oposição defendem «o fim da Guerra Colonial, a luta contra o poder absoluto do capital monopolista e a conquista das liberdades democráticas».

O carácter extremamente violento com que as autoridades policiais reprimem a tentativa de romagem ao túmulo de Mário Sacramento, quando vários milhares de pessoas se concentravam na Ponte Praça (actual Praça General Humberto Delgado) a preparar-se

Porto, 1974

Ângelo Veloso discursa na Avenida dos Aliados, na manifestação do 1.º de Maio.



Na página seguinte

Instântaneo da Manifestação do 1.º de Maio.



Sérgio Valente. Um Fotógrafo da Oposição 19



Aconselhamento Bibliográfico

Os leitores interessados em aprofundar o estudo deste período disporão em António REIS (dir.) (1989), *Portugal Contemporâneo*, vol. V [1958-1974]. Lisboa: Publicações Alfa, e em J. M. Brandão de BRITO (coord.) (1999), *Do Marcelismo ao Fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, de um conjunto de artigos e ensaios que cobrem de forma diversificada as temáticas de maior interesse.

Para acompanhar os dados estatísticos da revolução social dos últimos 40 anos em Portugal, veja-se António BARRETO (org.) (2000), *A Situação Social em Portugal 1960-1999*, vol. II («Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia»). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; para a emigração em particular, Maria Ioannis BAGANHA (1999), «Emigração», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII/Suplemento A/E. Porto: Figueirinhas, pp. 615-18.

Sérgio Valente. Um Fotógrafo da Oposição, obra publicada por Editora Aleatória, foi composta em caracteres Bodoni Monotype e Arial, reproduzida na Gráfica Aleatória, em Dezembro de 2010, em papel XX 100 g, numa tiragem de 1500 exemplares.

Nota Prévia	5
Prefácio	7
<i>Ouvem-se já os Tambores</i>	
Portugal, 1964-74	10
Uma Sociedade em Trânsito	15
A Difícil Construção de Uma Sociedade de Bem Estar.....	23
A Guerra, o Beco Sem Saída do Marcelismo	30
Sérgio Valente, um Fotógrafo da Oposição	34
A Vida de Sérgio Valente	56
O Serviço Militar Obrigatório	65
Aconselhamento Bibliográfico	125

Sérgio Valente



um fotógrafo
da oposição

Sérgio Valente

Um Fotógrafo da Oposição

Índice

Nota Prévia	7
Prefácio	
Uma Imagem é Igual a Mil Palavras	9
Ouvem-se Já os Tambores	
Uma Sociedade em Trânsito	11
Ir Embora, Matar, Sobreviver, Fugir, Trabalhar, Mudar de Vida, Voltar	12
A Díficil Construção de Uma Sociedade de Bem-Estar	15
A Guerra, o Beco Sem Saída do Marcelismo, e Repolitização da Sociedade	17
A Libertação	21
Aconselhamento Bibliográfico	22
Sérgio Valente, Um Fotógrafo da Oposição	23
A Vida de Sérgio Valente	25
O Serviço Militar Obrigatório	27
A Adesão ao PCP	29
As Prisões	30
O Regresso às Actividades da Oposição	37
1958	45
1964	47
1965	51
1967/1968	53
1969	63
1970	107
1971	125
1972	132
1973	151
1974	217

Nota Prévia

Este é um livro de memórias fotográficas que só foi possível pela vontade do seu autor em querer passar para a história factos que foram sombrios para o povo português e para com isso dar a conhecer a luta que esse mesmo povo travou contra a ditadura fascista, que governou este País durante quarenta e oito anos.

Estas fotografias são um valioso espólio vivo da nosso passado recente, que testemunham a participação activa contra a ditadura fascista dos mais variados sectores da nossa sociedade, desde intelectuais, estudantes, trabalhadores, pescadores a jovens mulheres, e comprovam o quão odiado este regime era pelo povo, só governando pela violenta repressão que se exercia sobre ele.

Não foi fácil a realização desta obra. Houve muitas dificuldades na identificação de muitos dos rostos fotografados, na identificação dos locais e na datação das fotografias com o maior rigor possível, de forma a caracterizar os acontecimentos da forma mais completa possível. Ainda assim, muitos nomes houve que não foi possível identificar.

O fotógrafo assume que pode haver lacunas nas identificações, mas sem intenção de omitir. O verdadeiro interesse foi dar a conhecer parte da luta do nosso povo, feita por vezes em situações dramáticas, e dar testemunho de acontecimentos que de outra forma ficariam esquecidos para sempre. Se outras razões não houvesse, só por esta valeu a pena o esforço e tenacidade do seu autor e de todos os amigos que, com as suas achegas, acreditamos terem prestado um bom serviço à memória futura dum povo que nunca desistiu de lutar pela liberdade e democracia.

Bem hajam todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tornaram possível este livro, que é um pedaço da nossa história.

Prefácio

Uma Imagem é Igual a Mil Palavras

Germano Silva
Jornalista e historiador do Porto

A amizade que, desde há muitos anos, me une ao Sérgio Valente justificava, só por si, um depoimento em jeito de prefácio, mais longo e mais profundo. Ou seja, mais cabal.

Razões de circunstância que têm a ver, fundamentalmente, e com a escassez de tempo, impedem-no. Não impedem, no entanto, que eu alinhe meia dúzia de palavras que, por muito breves que sejam, não são menos sentidas, nem menos ponderadas – apenas menos desenvolvidas.

A fotografia, sabe-o a generalidade das pessoas, é a maneira de escrever/falar sem o recurso à palavra. Em alguns casos, como o do livro que o leitor tem nas mãos, a fotografia deixa de ser uma simples tatuagem no papel para ascender ao plano da Literatura. Nunca, como nesta circunstância, me pareceu tão actual aquela frase, imensas vezes lembrada, de que “uma imagem é igual a mil palavras...”

Com efeito, a visualização das fotografias com que o Sérgio ilustrou este volume, vai-nos dar o ensejo de reviver, ainda que ao jeito de retrospectiva, os momentos mais significativos dos idos de sessenta e setenta, do século XX, no Porto. Foi o período áureo das tertúlias dos cafés; dos saraus culturais da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto; dos espectáculos do Teatro Experimental do Porto; do Grupo dos Modestos; das sessões cinematográficas do CineClube do Porto; das sessões de autógrafos da Livraria Divulgação, antecessora da Leitura; da cooperativa livreira Unicepe; das actividades culturais da Cooperativa Árvore; das campanhas eleitorais de 1969 e 1973; dos Congressos Republicanos, em Aveiro. Qualquer dessas actividades era pretexto para se congeminarem formas de resistência à ditadura e darem-se a conhecer alguns planos de luta contra o poder instituído.

Mas desses tempos e, sobretudo, dessas actividades, dos momentos mais marcantes que tanto animaram a vida cultural e cívica do Porto dessa época, que ficou, realmente, guardado na memória de cada um de nós? Muito pouco ou, mais que provavelmente, em muitos casos, quase nada.

Por isso é que considero mais do que necessário, imprescindível este livro do Sérgio Valente. As fotografias que nela se publicam constituem, desde logo, o indispensável suporte da memória visual daquela época e dos acontecimentos que a esmaltaram – e tantos foram...

Uma referência muito especial para a cobertura fotográfica que o Sérgio fez do III Congresso Democrático de Aveiro em Abril de 1973 e que neste livro ocupa lugar de legitimo relevo. A meu ver, representa o mais completo documentário fotográfico que se conhece desses acontecimentos, que marcaram, de forma indelével, a longa e tenaz luta que, ao longo dos quarenta e oito anos de ditadura, as forças democráticas portuguesas foram desenvolvendo contra o regime de Salazar e Caetano.

Do meu modesto ponto de vista, é na abundante e circunstanciada documentação fotográfica referente ao III Congresso de Aveiro que reside a maior importância desta obra.

Através do imenso e pormenorizado acervo documental que se guarda neste livro, adivinha-se a consciência nítida do repórter fotográfico atento e do artista da imagem meticuloso que, no entanto, nunca abdicou da sua militância política atenta e por essa via também soube investir para a História. Porque esta obra vai, forçosamente, fazer história.

OUVEM-SE JÁ OS TAMBORES... PORTUGAL, 1960-74

Manuel Loff

Professor universitário, historiador

UMA SOCIEDADE EM TRÂNSITO

Se outro motivo de interesse não existisse, estudar e ver - no caso deste livro, ver sobretudo - os anos 1960's e 1970's em Portugal significa, antes de mais, perceber como os portugueses - tantos portugueses, em todo o caso - tomaram nas suas mãos o controlo de boa parte das suas vidas. Dificilmente se poderia sustentar a mesma coisa em qualquer outro momento da História. O que, por si só, não é pouco. Não é mesmo nada pouco.

Creio, honestamente, que nenhuma sociedade, quaisquer que sejam os limites dentro dos quais a imaginamos, ou ela própria se imagina, é provida daquilo a que ilusoriamente, em minha opinião, costumamos chamar, ou ouvir chamar, *consciência colectiva*. A experiência de cada um dos seus membros é tão irredutivelmente pessoal, e, portanto, plural no seu conjunto, que não creio que possamos garantir, com legitimidade e rigor, que entre todos eles, ou entre a grande maioria deles, se constitua uma espécie de *consciência*, configurada em torno de outras tantas abstracções como são uma *opinião pública*, uma mesma *memória colectiva*, um mesmo *sentimento* descrito como *nacional*...

Dito isto, contudo, reconheçamos que há fenómenos e experiências sociais tão globais e generalizados que nos permitem, isso sim, perceber serem partilhados por amplas comunidades humanas, que, desta forma, se revêem colectivamente em referências sociais, culturais, políticas, económicas, que lhes são comuns. Se acordarmos em chamar *massas* a esses grandes grupos humanos, diremos que, uma vez verificados tais fenómenos, podemos falar da emergência de uma *sociedade de massas*.

Os que têm memória pessoal desses anos, fechem os olhos e procurem visualizar o que representaram os '70 nas suas vidas, nas nossas vidas... À falta de imagens próprias, adoptemos as que o espólio do Sérgio Valente nos oferece. Para além dos tons, dos rostos, da luz e da obscuridade que nelas possa estar presente, o que vemos nelas? O que vemos nas nossas memórias? E que nome dar ao que (re)vemos? Proponho que traduzamos a (re)visão dessas imagens colectivas, dessas memórias plenas de gente que se reúne e discute, e gasta muito mais tempo à conversa do que alguma vez gastara, e, muito provavelmente, alguma vez gastará, numa expressão abstracta - justamente, a da emergência no nosso país de uma *sociedade de massas*, entre as quais estamos (estávamos e estaremos) nós próprios, quer gostemos da expressão, quer ela não nos diga nada.

Essa expressão da modernidade instalou-se entre nós entre os anos 1960's e os 1970's. Para o bem e para o mal. E é quase seguro que só depois de tal ocorrer é que poderiam os portugueses protagonizar um processo revolucionário e construir uma democracia. E creio ser assim porque até então não fora possível perceber que a grande maioria da sociedade portuguesa partilhava um conjunto de códigos e símbolos culturais que só a escola e alguns meios de comunicação *de massa*, justamente, conseguem propor e, as mais das vezes, impor; não existira até então um sistema de produção que incluisse redes de trocas económicas que colocassem em relação verdadeiramente todos os tipos de produção e de produtores; não se verificara até então um nível de concentração urbana que resultasse de movimentos migratórios muito amplos, que propiciassem simultaneamente uma desruralização suficiente para que arrancasse a industrialização e a terciarização da economia, bem como um consumo mais ou menos generalizado e padronizado; não havia sido até então suficientemente forte o conjunto dos instrumentos de mobilização (Estado, igrejas, organizações sociopolíticas) que permitissem suscitar reacções simultâneas aos acontecimentos políticos, sociais e económicos que marcam um verdadeiro quotidiano colectivo; e, por fim e por consequência, não se percebera até então na maioria da população uma forte politização que permitisse divulgar e desenvolver, de forma generalizada, séries mais ou menos coerentes de interpretações ideológicas da realidade social.

IR EMBORA, MATAR, SOBREVIVER, FUGIR, TRABALHAR, MUDAR DE VIDA, VOLTAR...

Façamos, então, um esforço para visualizar numa espécie de *flash* a sociedade portuguesa dos anos '60 e '70. Quanto mais afastamos a lente e depuramos a nossa percepção do que, ao longe, vemos que se mexe, ganha cor, ganha identidade - o que percebemos? Antes de mais, um movimento incessante: uma parte muito, mas mesmo muito, significativa da população move-se de um lado para o outro, primeiro mais lentamente, depois muito depressa. São os homens, e sobretudo os homens adultos mais jovens, que protagonizam a grande maioria deste movimento, desta pressa em mudar, resolver as suas vidas, emigrando para o estrangeiro ou procurando outra vida numa das duas áreas metropolitanas do litoral português, sobretudo a de Lisboa; em qualquer caso, correndo para próximo de Paris, de Lisboa, do Porto, secundariamente para alguma grande cidade da Renânia industrial, na Alemanha, ou para algum ponto de New Jersey ou do Massachussets, na Costa Leste dos Estados Unidos, ou ainda para Caracas, na Venezuela, trocando o mundo rural pelo (sub)urbano. Se o não fizeram antes de cumprir o serviço militar, desde 1961 que o Estado, que nesses anos começaria a interferir nas suas vidas muito mais que em algum momento do passado havia interferido na vida dos portugueses, os empurrava em números elevadíssimos para dois anos (e depois de 1968, para quatro anos) nas fileiras do que se transformara num dos mais numerosos exércitos da Europa, empenhado numa guerra de contraguerrilha nas três grandes colónias portuguesas em África: Angola (desde Fevereiro de 1961), Guiné (desde 1963), Moçambique (desde 1964).

Jamais na nossa história em tão curto período de tempo, tantos mudaram (social, geográfica e experiencialmente) os destinos das suas vidas. A tal ponto que, caso único na Europa, a população do então chamado território *metropolitano* desce durante os anos '60 de 8,9 para 8,6 milhões (-3,1%), o que é evidente sobretudo na faixa entre os 15 e os 64 anos (-4,7%) onde se encontram a quase totalidade dos activos. Esta situação verdadeiramente excepcional ocorria numa fase em que a natalidade portuguesa tinha o nível mais elevado de toda a Europa Ocidental e Central: nasciam por ano mais de 200 mil crianças, cerca do dobro das que nascem actualmente e mais do dobro do número de pessoas que anualmente morriam. O que viera a alterar a situação era o aumento crescente de emigrantes, sobretudo jovens, que deixavam o país, e cada vez mais de forma ilegal: entre 1960 e 1973, calcula-se que 1,4 milhões de portugueses terão emigrado; e se em 1960, antes de começar a guerra em Angola, emigraram 33 mil, em 1962 o número já subira para 38 mil, em 1965 para 117 mil, em 1970 para 173 mil... No total daqueles 14 anos, mais de 40% viu-se obrigado a fazê-lo de forma ilegal (e a percentagem subiria com os anos), pagando a passadotes minhotos, transmontanos ou beirões, sujeitando-se, na calada da noite, a caminhadas de muitos quilómetros através da chamada *raia seca*, outras vezes agachados em barcaças que atravessavam o rio Minho, aterrorizados com a possibilidade de que um *guarda civil* espanhol os apanhasse numa qualquer estrada secundária, ou já dentro de um autocarro ou de um comboio a caminho de França, e os mandasse de volta, para uma realidade quotidiana tão plena de constrangimentos que os havia forçado a uma decisão tão difícil quão determinante nas suas vidas. Mais de três em cada cinco destes emigrantes ficou-se por França, um em cada oito pela Alemanha Ocidental, outros tantos pelos Estados Unidos, muito poucos, já, pelo Brasil, ao contrário do que sucedera durante os cem anos anteriores. Eram os emigrantes estabelecidos na Europa, sobretudo, os que enviavam de volta para Portugal tão importantes remessas de capital que só no ano 1973 somavam 28,1 milhões de contos, o equivalente a 57,5% de toda a despesa pública do Estado português! Para termos uma ideia de como este número havia crescido, tenhamos em conta que 13 anos antes as remessas dos emigrantes eram o equivalente a apenas 16,8% da despesa pública.

Fora destas contas encontravam-se aqueles poucos, comparativamente com estes contingentes, que terão preferido deixar-se ficar, uma vez cumprido o serviço militar, feita a guerra, por alguma das colónias africanas, especialmente por Angola (onde em 1974 viviam cerca de 170 mil mais portugueses que em 1961) e só secundariamente por Moçambique, de alguma forma contribuindo assim para a política oficial do Salazarismo de consolidar a soberania portuguesa nas possessões africanas graças ao reforço da *supremacia branca*. Ao contrário do que esperaríamos os próceres da ditadura colonial, é com o conjunto destes números que se pôde dizer que os portugueses tinham *votado com os pés* contra aquela que era então a opção fundamental para a qual a ditadura havia empurrado o país.

Entre a guerra em África e a emigração, os jovens viram instalar-se nas suas vidas uma forte dose de ansiedade. Não é que por isso se tenham casado menos: em 1960 tinham-se celebrado em Portugal quase 70 mil casamentos, em 1973 celebrar-se-iam 84 mil. Mas se analisarmos em detalhe os números, veremos que não pode ser coincidência que, em 1961, no ano do envio de 30 mil rapazes para Angola, os casamentos tenham subido repentinamente para mais de 78 mil e descido nos anos seguintes para pouco mais de 70 mil, de novo. Parecia que os mais jovens se decidiam a casar, como se o fizessem

para prevenir uma eventual desgraça... Pelo contrário, no ano em que Salazar decide duplicar para quatro anos o serviço militar obrigatório, em 1968, o número de casamentos reduz-se em cerca de 2,5 milhões depois de ter subido sistematicamente desde 1962. Onde não podem subsistir dúvidas, pelo contrário, é no efeito altamente positivo que o 25 de Abril produziu no ânimo dos portugueses: 1975 e 1976 foram os únicos anos do século XX nos quais o número de matrimónios ultrapassou os cem mil, uma subida excepcional de 25% relativamente a 1973 ou 1974, sem que a reintrodução do divórcio para os casamentos católicos, em 1975, servisse de explicação uma vez que nesse ano se concretizaram pouco mais de 1500; da mesma forma, estes foram os únicos anos nos quais se inverteu a quebra dos nascimentos que ocorria sistematicamente desde 1964 e que se prolongaria até 1995. Outro aspecto a ter em conta na percepção da mudança na vida dos portugueses estava na redução permanente dos casamentos católicos, num país, recorde-se, onde todos aqueles que se haviam casado pela Igreja não se podiam casar segunda vez. Em 1960, e depois de três décadas de aumento dos matrimónios religiosos (de pouco mais de 60% em 1929 para mais de 90% em toda a década de '50), casavam-se diante de um padre 91,7% dos que naquele ano se juntaram; em 1970 já só o faziam 86,6% e em 1973 82,2%.

Mas regressemos à emigração, ou melhor, às migrações. Estas, para lá dos Pirinéus, ou mais simplesmente descendo do interior para o litoral urbanizado, mudaram, talvez ainda mais do que pensemos, a face do país - pelo menos, desse Portugal rural e interior que entrava num processo de convulsão interna que mais se pareceu com uma implosão das suas estruturas seculares. Os dez anos que separam 1960 de 1970 constituíram a década que mais rapidamente agudizou a sangria populacional do Portugal rural - e, portanto, o desequilíbrio entre o litoral e o interior. Em 1973, nas vésperas da implantação da democracia, viviam nos distritos de Bragança e Vila Real, respectivamente, menos 22,7% e 18,3% habitantes que em 1960; nas Beiras interiores, as percentagens variavam entre menos 25,2% na Guarda e menos 14% em Viseu, com Castelo Branco numa posição intermédia; no Alentejo interior, o êxodo fora mais notório ainda: menos 20,3% em Évora, menos 25,2% em Portalegre, menos 31,3% em Beja; em determinados concelhos destas regiões a quebra populacional, só entre 1960 e 1970, havia sido tão extraordinária como em Mértola (-44,7%), Miranda do Douro (-43,7%), Vila Nova de Foz Côa (-42,2%), Sabugal (-39,6%), Ourique (-39,2%), Fronteira (-35,1%), Monforte (-34,9%), Almeida (-33,4%); em zonas mais próximas do litoral do Continente, destaque-se o caso de Pedrógão Grande (-39,5%). Pelo contrário, cresciam a olhos vistos as zonas suburbanas do que são hoje as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, as quais, no seu conjunto, passariam de reunir menos de 2,4 milhões de habitantes em 1960 (26,5% da população portuguesa) a quase 2,8 milhões em 1970 (31,9%); enquanto os municípios de Lisboa e Porto, em vias de terciarização, perdiam já habitantes, à volta de Lisboa crescia desmesuradamente concelhos como o do Seixal (+86,1%), Barreiro (+68,3%), Loures (+63,1%), Sintra (+55,6%) ou Cascais (+55,4%); os subúrbios do Porto cresciam menos acentuadamente: mais 29,1% de habitantes tinha Espinho em 1970, Gondomar crescera 24,2%, Valongo 23,9%, Matosinhos 20%. Mesmo que dificilmente se pudesse dizer que o país se urbanizava (em 1970, não mais de 26,5% dos portugueses vivia em povoações de mais de 10 mil habitantes), a verdade é que ele se suburbanizava.

As migrações são, justamente, uma das melhores imagens de como os portugueses, ainda antes do 25 de Abril, estavam a mudar de forma tão extraordinária, e em tantos casos tão dolorosa, que se haviam transformado na excepção europeia, a qual, curiosamente, os colocaria de volta aos carris da evolução que no resto do continente europeu se levava a cabo. A Revolução, a democratização, a consequente descolonização e a velocíssima mudança social que os anos '70 consumaram na nossa vida colectiva, tiveram a sua expressão, inevitavelmente, na recomposição da população portuguesa. Quando aquela década terminou, já quase dez milhões de habitantes residiam em Portugal. Um pouco mais de meio milhão diziam, em 1981, residir nas excolónias em Dezembro de 1973; apesar de chamados *retornados*, apenas 63% haviam nascido naquelas; 15% dos expatriados de Moçambique e 5% dos de Angola haviam preferido outro país (África do Sul e Brasil, sobretudo) para se reestabelecer. Somem-se-lhes os cerca de 100 mil soldados que em 1974 estavam destinados nas frentes de guerra africanas, e os 182 mil emigrantes que regressam a Portugal entre 1975 e 1981, na sua maioria homens que não eram mais obrigados a fazer a guerra e as suas respectivas famílias, os quais quase compensavam os mais de 200 mil que, no mesmo período, continuam a escolher a emigração. Meia dúzia de anos depois do 25 de Abril, os portugueses eram uma comunidade humana composta de um somatório de experiências muito mais plural do que alguma vez na sua História havia ocorrido.

Com o 25 de Abril, sabemos-lo bem - e, se calhar, sabemos-lo bem melhor do que qualquer outra coisa relativa ao processo de democratização que então se iniciou... -, interrompeu-se o mais traumático fenómeno de mobilização bélica da História portuguesa: o da Guerra Colonial, que se prolongava havia treze anos desde o início de 1961. Duas ou três gerações de homens foram empurradas pelo Salazarismo para uma África que até então lhes fora descrita mistificadamente como a prova histórica de um certo

génio português. Só entre os mobilizados da população chamada *metropolitana*, o resultado estatístico é impressionante: 920 mil são os recrutados enviados para Angola, para a Guiné, para Moçambique; 250 mil outros os chamados refractários, ou seja, os que escaparam ao serviço militar porque haviam emigrado ilegalmente, *a salto*, o que aconteceu tanto mais quanto mais tempo durava a guerra. Se recordarmos que os Estados Unidos num conflito de dimensões tão importantes como o do Vietname, ocupando um percurso cronológico semelhante e paralelo ao da guerra colonial portuguesa, superando-o um pouco, aliás, deverão ter mobilizado cerca de duas vezes e meia o número de homens mobilizados pela ditadura portuguesa, numa população 25 vezes superior à nossa, poderemos ter uma perspectiva mais nítida do tremendo esforço imposto aos portugueses pela opção militar de Salazar, reiterada por Caetano. O conflito português entra, rápida e inevitavelmente, num verdadeiro beco sem saída possível dentro do quadro apertado da ditadura, antes de mais pela acumulação de problemas que representa. Se os pudesse sintetizar num só, proporia aqui a tensão que a guerra provoca entre as necessidades do desenvolvimento económico e a imobilização de recursos a favor do esforço bélico: se já na fase em que a ditadura se prepara para a opção militar 36% do gasto público metropolitano lhe é dedicado (é o caso de 1958, por exemplo), oito anos depois do seu desencadeamento chega-se aos 55% (1969); por fim, num momento de profunda crise económica internacional (1973), continuava a desviar-se para a guerra não menos de 46% do comparativamente parco orçamento de Estado português.

E se esse é o resultado estatístico, arrepiante é o resultado humano: oficialmente, e se nos atemos ao contingente militar metropolitano, assume-se terem morrido 9 mil militares, terem sido feridos 28 a 32 mil; segundo critérios médicos e politicoadministrativos muito diferentes entre si, padeceram ou padecem de uma neurose de guerra um número que varia entre 30 e 120 mil excombatentes. As Forças Armadas, e o Estado português em geral, jamais divulgaram números globais de quantas vítimas africanas terão resultado da guerra, entre população civil e guerrilheiros, ainda que se calculem terem sido entre 30 e 50 mil os angolanos mortos nas represálias dos primeiros seis meses de guerra em Angola, praticadas tanto pelos colonos brancos como pela tropa enviada de Portugal...

Os anos da guerra teriam que ser, forçosamente, anos de mudança. São-no sempre. Mudava a paisagem humana de Portugal. O modelo português de concentração regional das alterações produzidas pelo desenvolvimento industrial e urbano propiciou um desequilíbrio que favorecia, como ainda hoje favorece, de forma esmagadora o litoral, ao mesmo tempo que, não somente desprezava o interior do país, como também induzia ao seu despovoamento.

O que estava a mudar no tecido económico ajudava, evidentemente, a explicar toda esta evolução. Era o Portugal rural, que fora até então estruturante da identidade histórica do país, e uma condicionante profunda dos seus ritmos de mudança, que entrava irreversivelmente numa fase de transformação e regressão rápidas. Nos anos '60 e nos primeiros anos '70, imediatamente anteriores à queda da ditadura, esse Portugal agrícola e rural sobredimensionado, contra o qual pareciam ter-se desfeito no passado as principais linhas-força das mudanças históricas da contemporaneidade, evolui de tal forma que, em 1973, já não oferece emprego a mais de um quarto (cerca de 800 mil) dos portugueses activos, e nele não se produz mais de um oitavo da riqueza produzida; treze anos antes, quase 45% dos portugueses ainda trabalhavam na agricultura, produzindo 25% da riqueza.

Entre os factores de mudança socioeconómica, tornara-se visível - muito especialmente, se quisermos remetermo-nos para a realidade regional do Grande Porto e à sua volta - uma industrialização de baixo nível tecnológico e de produtividade, iniciada ainda na década dos '50, mas que, fracassadas algumas tentativas anteriores de consolidação de um tecido industrial nacional, abre finalmente o seu caminho na economia portuguesa nos anos '60, até representar metade da riqueza nacional nas vésperas da queda da ditadura. Se o sector terciário, os serviços, é já aquele que, durante idêntico período, mais emprego gera (passa a ocupar de 27,7% a 37,3% dos activos, meio ponto acima da indústria, ou seja, quase um milhão e 200 mil pessoas), a sua escassa produtividade (porque propondo emprego na sua maioria sem qualificação, porque oferecendo serviços numa sociedade ainda muito tradicional e de costumes servís) reserva-lhe uma proporção comparativamente baixa da riqueza (de 38,4% para 36,1% do PIB).

Uma das experiências mais significativas da mudança por que passavam os portugueses ainda antes do 25 de Abril verificou-se justamente no mundo laboral. É a que tem a ver com a sua feminização, que se processa de forma mais rápida, precisamente, entre nós do que, por exemplo, noutras sociedades maioritariamente católicas do Sul europeu (Espanha, Itália), as quais, contudo, revelavam índices de desenvolvimento geralmente muito mais avançados que a portuguesa. Se no ano de 1960 era formalmente activa (portanto, não contabilizando aqui todas as *dométicas*, por mais complexas e pesadas que fossem as suas actividades, designadamente no caso das rurais) não mais de uma em cada oito mulheres portuguesas, todas as idades compreendidas, dez anos mais tarde essa proporção baixava para quase uma em cada cinco, e em 1981 a taxa de actividade feminina era já de 29%; nos mesmos 21 anos, a proporção de homens activos tinha passado de pouco mais (63,8%) para um pouco menos (57,1%) de três em cada cinco. Num país em que uma percentagem muito elevada dos homens na

faixa etária dos 18-30 anos ou cumpria quatro anos de serviço militar, ou, para os não cumprir, emigrava para França ou para a Alemanha, as mulheres jovens que os não acompanharam assumiram cada vez mais um papel social que antes não lhes era reconhecido: em grande parte, eram agora elas que asseguravam o sustento das famílias que ficavam, quer num mundo rural que se despovoava de homens, quer num mundo urbano para onde elas migravam mais facilmente do que iniciavam a grande aventura da *banlieue* parisiense. Em 1974, elas eram já quase 30% dos trabalhadores da indústria e 40% dos dos serviços.

Se as mulheres trabalhavam mais, já não só em actividades de natureza doméstica ou familiar, mas também no universo laboral contratualizado, era porque os empregadores sentiam a falta de mão de obra masculina. Os últimos quinze anos da ditadura foram, muito contra a vontade do Salazarismo e de um patronato por ele protegido, anos de uma significativa melhoria do nível salarial dos portugueses, o que é ainda mais relevante se tomarmos em conta que havia aumentado fortemente o trabalho feminino, uma vez que este era pago a níveis bastante inferiores do trabalho masculino, desigualdade salarial que, como bem sabemos, continua ainda hoje a discriminar as mulheres portuguesas. Mudanças substanciais nas relações laborais, que se processavam debaixo de um autoritarismo político que limitava os direitos do trabalho desde os anos '20, ter-se-ão dado para que dos 37,8% que correspondiam, em 1958/59, ao peso das remunerações salariais (excluídas as contribuições patronais à Previdência Social) no conjunto do rendimento nacional, se passasse para 50,3% em 1973. Não nos surpreenderá que no clímax do período revolucionário esses números subissem para 55,6% em 1974 e até 68,5% em 1975, excepção evidente numa economia capitalista. Contudo, era bom que tivéssemos consciência de que já no final da década de '70, com aquilo a que o pensamento dominante actual chama a progressiva *normalização* do processo político e social português, o peso do factor trabalho no conjunto do rendimento nacional tinha regredido para 56,5% (1979), e para 51,7% quando o cavaquismo conquistou a sua primeira maioria absoluta parlamentar (1987). Em terrenos socioeconómicos como este, os anos '80 já coincidiam com os últimos anos da ditadura... Também aqui, evidentemente, os anos da Revolução e do pósrevolução representaram um momento excepcional e irrepetível (ainda que não irrepetível) da nossa história, quase como se se tivessem tratado de um parêntesis.

A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE BEM-ESTAR

Trabalhar em Portugal tornava-se, portanto, e apesar de todas as óbvias diferenças, cada vez mais semelhante ao que era trabalhar num país industrializado desde havia pelo menos um século. Implicava viver numa cidade ou na periferia de uma cidade; partilhar directamente experiências e horários comuns com grandes conjuntos de pessoas, e cada vez menos ter uma rotina personalizada e artesanal; sentir cada vez mais como comuns a muita gente os problemas e as ansiedades que se podia perceber estarem presentes no universo mais directo do trabalho, mas que rapidamente se perceberiam também associados a outras expressões da vida social. É disso que tratamos quando nos apercebemos da transição para uma sociedade *massificada*.

Entre outros problemas levantados por um sistema no qual o trabalho assalariado era cada vez mais a regra, emergia cada vez mais o da necessidade de garantia de uma segurança social nas situações de doença, desemprego, velhice, incapacidade. Em 1960, pouco mais de um terço (menos de um milhão e 200 mil) dos portugueses activos eram beneficiários de um esquema de previdência social, nos quais se gastava não mais de 1,7% do PIB. A moral social maioritária continuava a aceitar que cada um procurasse sozinho, sobretudo dentro da família, os meios para prover à sua sobrevivência sempre que perdia autonomia económica. Dez anos mais tarde, contudo, aquele número tinha duplicado e esta percentagem passava a atingir os 3,8%. O ano revolucionário de 1975 seria palco, também aqui, de uma enorme mudança: mais 900 mil portugueses beneficiavam de segurança social do que cinco anos antes, com a qual se passara a gastar 9,1% do PIB. Raros terão sido os países em que semelhantes mudanças tenham ocorrido de forma tão rápida.

Nos anos seguintes, as promessas democratizadoras do 25 de Abril no campo da saúde e da educação levariam tempo a serem cumpridas. A chamada *função social* do Estado português acabaria por ser finalmente estruturada em anos de *vacas magras* como foram os últimos '70 e os primeiros '80, mais de 30 anos depois da generalidade da Europa capitalista, para ser logo a seguir limitada e parcialmente desmantelada ao longo dos '90. Em todo o caso, foi no universo das relações de trabalho que o fenómeno revolucionário operou transformações mais profundas na vida colectiva dos portugueses. Um sem fim de reivindicações históricas do movimento dos trabalhadores encontra a sua consagração legal: o salário mínimo, o direito à contratação colectiva, à greve, a restrição do direito patronal ao despedimento, submetido a um critério de «justa causa», a universalização dos sistemas públicos de segurança social, o controlo político dos preços dos «bens de primeira necessidade»... 1974 e, sobretudo, 1975 são anos de muito significativos aumentos do nível retributivo.

A esquerda política e social fracassará, isso é verdade, na defesa do *Estado de Bem Estar* como

legado inexpugnável daquilo a que se veio a chamar as «conquistas da Revolução». Antes de qualquer outra consideração, porque se deu conta que não tinha tido tempo sequer de colocar as bases da sua construção, e tinha saltado etapas na sua edificação prática. Por exemplo, no campo da política educativa. Procurava-se atribuir ao sistema escolar particulares capacidades de correcção da discriminação social, ampliando a escolaridade obrigatória (dos seis anos adoptados em 1964 para os nove sobre os quais não haverá consenso antes de 1986), declarando todo o sistema gratuito quando obrigatório, e apenas «tendencialmente gratuito» após a obrigatoriedade. No entanto, e como seria de esperar, os desequilíbrios sociais e regionais engoliram as mudanças legais, sabotando-as com obstáculos tão fortes como os níveis elevadíssimos de fracasso e de abandono escolar, um elitismo não corrigido em muitas das práticas curriculares e a óbvia incapacidade do sistema escolar em mudar profundamente a própria lógica de funcionamento da sociedade.

A escolarização de massas foi outra experiência que se tornou comum à grande maioria dos portugueses. É verdade que a estratégia salazarista de uso intensivo para fins ideológicos e doutrinários da formação escolar básica, *primária*, tinha, desde os anos 30, acabado por contribuir para uma redução gradual do analfabetismo literal (40,4% dos maiores de 7 anos em 1950, 32,1% em 1960, 26,6% em 1970) - e, contudo, este mantinha-se de longe o mais alto de todo o continente europeu. A generalização do ensino obrigatório (de três anos até 1956 para os rapazes, e até 1960 para as raparigas; de quatro anos desde então e até 1964, quando passou, mas quase somente na lei, para seis anos) tornara a *escola primária* uma experiência comum (seguramente a primeira em toda a História) à quase totalidade dos portugueses a partir dos finais dos anos 1950's, ensinando-lhes rudimentarmente a ler e a escrever, e a realizar um número muito reduzido de operações aritméticas; acima de tudo, impondo-lhes uma versão mais ou menos formal da língua e um conjunto de valores e de pautas de comportamento que procuravam preservar um sistema estruturalmente autoritário de relações sociais (entre classes, grupos e indivíduos, entre homens e mulheres, entre pais e filhos, entre colonos e colonizados).

O problema para a ditadura fora o de que, além de tudo isto, a generalização do modelo escolar fizera disparar a procura de mais ensino, ou seja, dos seus níveis secundário e superior, por parte, antes de mais, da (mal designada) *classe média*, mas também já da maioria das camadas populares urbanas. Em 1970/71, frequentavam o conjunto dos ensinos liceal e técnico mais do dobro (quase um quarto de milhão) dos alunos que os frequentavam apenas dez anos antes. Nas reduzidas dimensões do ensino superior (50 mil inscritos em 1970/71, 44% dos quais mulheres) passara-se o mesmo. A Revolução e a democracia encarregar-se-iam de acentuar o processo, a um ritmo em todo o caso relativamente mais lento (+60% de inscritos no ensino secundário em 1980/81 que em 1970/71, +75% no ensino superior).

No terreno das práticas culturais, nem todas acompanharam este crescimento da escolarização. Um exemplo apresentaram um ritmo de crescimento superior. Foi o caso do uso público das bibliotecas: as 89 bibliotecas existentes em Portugal em 1960 tinham tido nesse ano menos de um milhão de leitores; em 1973 tinham passado a existir 257, com 3,2 milhões de leitores; em igual medida, o número de consultas anuais quase triplicou entre 1960 e o final da década. Quanto à imprensa, e sendo impossível dispor de números fidedignos quanto a tiragens e, sobretudo, à leitura efectiva de jornais, a verdade é que os primeiros anos '70, antes ainda do 25 de Abril, parecem ter constituído uma fase excepcional na história da imprensa escrita portuguesa: o número total de jornais e periódicos, 468 em 1960, atingiria os 1316 em 1973, nível não mais atingido, curiosamente, até 1995.

Algumas outras práticas culturais permaneceram claramente restritas no seu âmbito elitista: no conjunto estatístico da afluência aos espectáculos de música, bailado e *variedades*, os dados relativos aos anos '60 variaram em torno dos 150-180 mil espectadores anuais (com excepção de 1968: 262 mil), nível que, por exemplo, superava largamente o dos anos 1980's e que só voltaria a ser ultrapassado a partir de 1991. Por outras palavras, o equivalente a dois em cada cem habitantes assistia uma vez por ano a tais espectáculos na década de 1960. Nestes anos, o teatro era uma arte performativa incomparavelmente mais popular do que é hoje, e muito mais alta era a sua frequência: o número de espectadores por ano naquela década andou à volta de 1,1-1,3 milhões, número que se reduziria gradualmente para descer abaixo dos 250 mil em 1997. O espectáculo cultural público com mais sucesso em Portugal, como no resto do Mundo em que irrompera a cultura de massas, permanecia o cinema, apesar de os anos '60 serem já sinónimo de estagnação: 25,1 milhões de bilhetes vendidos em Portugal em 1960, 23,2 milhões em 1965, 26,5 milhões em 1973. Será literalmente a democratização e o fim da censura a permitir um *boom* do interesse pelo cinema, já em contraciclo com o resto do Mundo, muito especialmente durante o período revolucionário: 32,8 milhões de espectadores em 1974, 38,7 em 1975, 40,5 em 1976, decaindo depois ininterruptamente até aos pouco mais de 7 milhões em 1994.

Outro factor que explica a relativa pujança do cinema nos hábitos de massas em Portugal tem a ver com o impacto tardio da Televisão, que só surge em 1957 e que manterá audiências relativamente baixas quando comparadas com o resto da Europa ou a América do Norte. Em 1958, a R.T.P. não

cobre mais do que 44% do território continental, onde viviam 58% dos portugueses; só em 1972 chegará à Madeira, e em 1975 aos Açores. Mais significativo ainda é dizer que em 1959 não estavam vendidos mais do que 32 mil receptores de TV, número que subiria para 68 mil em 1961 e para 450 mil em 1964; em 1967, calculava-se que o número de telespectadores andaria por volta dos 2,2 milhões, cerca de um quarto da população, portanto. Por volta da mesma altura, a emissão televisiva já cobria em média oito horas por dia, contra 2:20 horas diárias em 1957. No fim de 1968 surgirá o 2º programa da R.T.P. e em 1970 começava a emissão à hora do almoço. Em todo o caso, é difícil garantir que a TV tenha tido ainda antes do 25 de Abril um peso muito significativo nas vidas e nos processos de formação de opinião e de gostos da grande maioria dos portugueses. Semelhante afirmação já seria possível fazer, por exemplo, relativamente apenas aos jovens do mundo urbano e às camadas da pequena e média burguesia; mas não, isso não, ao universo popular, sobretudo rural. Para tanto haveria que esperar pela democracia.

Também no campo da saúde, se a evolução verificada ao longo dos anos '60 já foi acentuada, a democracia trouxe, como nos diz a nossa memória colectiva, avanços radicais. Peguemos, também aqui, nuns quantos dados reveladores. Em 1960, o número de consultas médicas prestada em média a cada português por ano, em estabelecimentos de saúde, não chegava a uma; dez anos depois, subira para duas, em 1975 para 2,7 e em 1980 para quase 2,9. Em 1960, as urgências haviam atendido o equivalente a menos de 6,6% dos portugueses, e o equivalente a 5,2% haviam sido internados em algum momento do ano; em 1970, estas proporções subiram para 10,5% e 7,2%, em 1975 para 22,7% e 8,4%, e em 1980 para 48,5% e 9%, respectivamente. Coerentemente, cada cem mil portugueses dispunham, em 1960, de 79,6 médicos, e o número não subiria espectacularmente durante os anos '60 (94,7 em 1970), mas sim, pelo contrário, depois do 25 de Abril (119,3 em 1975, 196,8 em 1980). Um bom exemplo tanto da evolução da prestação dos serviços de saúde mas também da mudança de mentalidades é o da proporção de partos assistidos: no início da década de '60, apenas 18,4% dos quase 220 mil partos foram medicamente assistidos em estabelecimentos de saúde; dez anos depois a percentagem subira para o dobro (37,5%) e outros dez anos mais tarde, em 1980, voltaria a duplicar para 73,8% de um total de 159 mil partos. Em 1960, mais de um em cada oito portugueses que morreram nesse ano haviam sido vítimas de tuberculose ou de uma doença infecciosa ou parasitária; dez anos depois, essa proporção havia descido para 1/18, e em 1980 para 1/71.

Em todo o caso, as resistências corporativas à construção de um *Sistema Nacional de Saúde* e a evidente falta de empenho dos Governos pós-revolucionários, contemporâneos já da onda neoliberal que varre a Europa desde os primeiros anos '80, em contrariar a hegemonia dos interesses privados neste sector, configurou um verdadeiro paradoxo histórico no caso português: quando, trinta anos depois do final da II Guerra Mundial, se reuniram no nosso país as condições políticas para tentar universalizar políticas sociais públicas, o ambiente politicoideológico dominante no mundo capitalista começava a mudar, ajudado pela conjuntura de recessão económica internacional, invertendo a grande aposta política pelo *Welfare State* e gradualmente reduzindo o empenho governamental na sua consecução.

A GUERRA, O BECO SEM SAÍDA DO MARCELISMO, A REPOLITIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Não sei se a conclusão é surpreendente para algum leitor, mas o que se percebe é que, de um modo geral, portanto, e partindo desse pressuposto de que nos inícios dos anos '60 não podemos ainda qualificar como sendo *de massas* a sociedade portuguesa, é razoável deduzir que a mudança socioeconómica começa um bom pedaço antes da mudança sociopolítica; pelo menos no plano das suas manifestações explícitas. Neste terreno, a sociedade portuguesa ressentia-se de uma prolongadíssima tradição autoritária na representação simbólica e nas práticas do poder social e político, que as experiências liberais elitistas monárquica (1834-1910) e republicana (1910-26) não haviam praticamente alterado. Os níveis de participação política e associativa haviam sido muito incipientes nos anos '20, na fase final e socialmente mais reivindicativa da I República, e até esses seriam rapidamente reprimidos logo no início de cinco décadas de ditadura. Não creio que se possa dizer que em algum momento anterior ao 25 de Abril se tenham constituído organizações sociopolíticas autenticamente de massas que fossem independentes do Poder político.

Neste contexto, a introdução do sufrágio universal, nas eleições constituintes de 1975 viria a fechar um século e meio de hegemonia absoluta de uma mesma concepção elitista da participação e da cidadania políticas. Não terá sido simples casualidade que fórmulas políticas tão diferentes como a Monarquia Constitucional dos Braganças, a República mais ou menos jacobina, mas antioperária, e um Salazarismo que casava, como vários outros regimes europeus casaram, modernidade fascista e tradicionalismo católico, partilhassem todas uma ideia tão restritiva do cidadão (no masculino, exactamente, porque quase todos os eleitores portugueses até 1975 foram homens) politicamente

activo e, conseqüentemente, eleitoralmente habilitado. Por cima dos programas doutrinários mais específicos de cada um desses regimes pairava uma mesma cultura política profundamente elitista que fazia praticamente coincidir direitos políticos com uma identidade social burguesa. Se nas últimas eleições marcelistas anteriores ao 25 de Abril apareciam recenseados para votar apenas 23% dos portugueses (o que representava *grosso modo* 35% dos maiores de idade de ambos os sexos), a evolução nem sequer tinha sido muito significativa se os comparássemos com os 19% de inscritos em...1890, ou os 15% das eleições presidenciais de 1958. Grande lição de capacidade democrática dariam os eleitores portugueses em 1975, desta vez sem nenhuma outra limitação que não fosse a de uma maioria legal de 18 anos, quando, na primeira convocatória eleitoral com sufrágio universal, se mobilizam massivamente para votar: 91,2% de participação! Até 1983, bem ao contrário do que sucede hoje, a participação eleitoral nas legislativas mantém-se bastante acima dos 80% (83,3% em 1976, 87,5% em 1979, 83,1% em 1980), configurando um ciclo de qualidade da participação cívica em Portugal que não tem par na nossa História.

Se, justamente, a substituição de Salazar por Marcelo Caetano em 1968 significou alguma coisa em especial na relação do Estado com a sociedade em Portugal, essa terá sido a de uma última tentativa de resposta de uma elite social e política profundamente autoritária a um processo de repolitização de grupos cada vez mais amplos da população portuguesa. Porque nunca como nos anos 1958-74 os portugueses na sua grande maioria se haviam sentido colectiva e individualmente solicitados a responder a sucessivos desafios políticos. Porque *político* era não só o desafio que em 1958, por exemplo, lhes foi colocado por esse «relâmpago em céu azul», como lhe chamou Fernando Rosas, que significou a campanha do general Delgado à Presidência da República, ou, em 1961, a irrupção da guerra em Angola e a humilhação sofrida pelo colonialismo português em Goa, ainda que ambos os casos tenham servido ao regime salazarista para manipular massivamente a opinião dos portugueses. *Política* era também, não o esqueçamos, a partir de então, a escolha que cada jovem português tinha que assumir, uma vez chegado à idade militar, entre um prolongado serviço militar que o obrigava a partir para uma imprevisível aventura africana a milhares de quilómetros, ou a possibilidade de uma mudança radical de vida em França ou na Alemanha, mesmo que tal significasse não poder regressar livremente à terra.

Os problemas, em suma, não eram simplesmente *políticos* porque a sua natureza imediata assim os apresentava. Tudo se tinha tornado *político* ao mesmo tempo: os anos da Guerra Colonial e da emigração eram os mesmos da industrialização, das migrações internas e da urbanização, da expansão do sistema escolar e do arranque da emancipação da mulher, da contestação juvenil fora e dentro das fronteiras portuguesas. O chamado *marcelismo*, enquanto experiência política de aparente *renovação* (a chamada «evolução na continuidade» de que falava o próprio Marcelo), que lançou muito evidentes esperanças de uma certa liberalização, rapidamente fracassaria enquanto resposta à remobilização política das oposições democráticas, que não cessava praticamente desde 1958 e que vinha provocando a desarticulação dos mecanismos de reprodução sociopolítica do regime, dele afastando gradualmente segmentos importantes dos jovens socialmente favorecidos que passavam por uma Universidade cada vez mais contestária, ou activistas católicos de base que se sentiam os representantes em Portugal dos princípios consagrados no Concílio Vaticano II, contra o imobilismo da hierarquia católica, ou até alguns dos jovens oficiais militares que começavam a achar serem os que verdadeiramente arcavam com todo o peso de uma guerra que não tinha fim político à vista.

O fracasso tornou-se rapidamente visível quando a última tentativa de renovação do pessoal político do regime - os tecnocratas ligados às políticas da chamada *modernização* económica e educacional, os protagonistas da *ala liberal* que deveriam aceitar funcionar como *leal oposição* no interior das fileiras da ditadura - rejeitam, ao fim de dois/três anos de colaboração, o papel que Caetano deles esperava face às pressões triunfantes dos *ultras* para que nada de decisivo se alterasse no sistema salazarista. O imobilismo representado pela (nula) revisão da Constituição do *Estado Novo*, em 1971, e a reeleição de Tomás para a Presidência da República, em 1972, bastaram para eliminar qualquer resquício de esperança em Marcelo. A realidade percebida pelos portugueses não estava em nenhuma *evolução* marcelista, mas sim na agudização da repressão política, que atingia e ultrapassava os piores momentos da ditadura, vividos nos anos da Guerra de Espanha (1936-39), na radicalização das oposições e, acima de tudo, no impasse colonial: nenhuma das grandes, e sangrentas, operações militares dirigidas nos períodos em que Costa Gomes comandou as forças militares em Angola (1969-72) e Kaulza de Arriaga em Moçambique (1970-73) haviam eliminado, como prometido, as guerrilhas independentistas. Pelo contrário, a situação na Guiné agravava-se até atingir um ponto sem retorno, que permitia ao PAIGC proclamar unilateralmente, em Setembro de 1973, a independência da Guiné-Bissau, reduzindo cada vez mais a presença colonial portuguesa a uma desprotegida faixa litoral. Simultaneamente, o escândalo internacional provocado pelos massacres em Moçambique perpetrados às ordens de Kaulza, o mais simbólico dos quais o de Wryyamu, permitia acentuar a mobilização internacional contra a ditadura portuguesa, que bem procurava passar despercebida no meio de Estados ocidentais que, na sua maioria, lhe continuavam a fornecer armas por debaixo da mesa, incumprindo o boicote internacional

decretado pelas Nações Unidas.

O mal estar criado dentro das fileiras militares pelas sucessivas comissões de dois anos que os jovens capitães eram obrigados a cumprir nas três frentes africanas agravava-se com a demissão de Spínola do cargo de Governador da Guiné (Agosto de 1973), e de Costa Gomes do de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (Fevereiro de 1974). O último ano do marcelismo será sempre recordado entre a grande maioria dos portugueses, que nada sabiam do grau efectivo de conspiração que se vivia dentro das Forças Armadas, como o do vazio retórico de um cinzento e antiquado catedrático de Direito que, com voz nasal, lhes falava na TV naquilo que pateticamente decidira chamar *Conversas em família*, face à expectativa de um pronunciamento militar que pudesse ser lançado, para acabar com a guerra, por oficiais como Spínola ou Costa Gomes, ou para, pelo contrário, arrastar mais recursos ainda para o esforço militar às mãos dos ultras em torno de Kaulza, como aqueles que se haviam reunido no Porto, em Junho de 1973, no chamado *Congresso dos Combatentes*...

A guerra significou afinal a crise definitiva do paradigma colonialista que o Salazarismo tinha tecido no pós-guerra mundial de 1945. É este que, efectivamente, se transforma no problema político central que motiva a desestruturação do sistema político salazarista, empurrando, por fim, a maioria da sociedade para a consciencialização do carácter insuportável da ditadura, da necessidade de a derrubar para resolver os problemas dos portugueses. Apesar do enraizamento social de uma mitologia colonial que descrevia os portugueses como *bons colonos*, negando práticas racistas, exploração desenfreada e trabalho forçado, a guerra não podia deixar de ser uma fonte de divisão interna da sociedade, que acabaria sempre por abrir fissuras nas próprias fileiras do regime.

O dogma colonialista que Salazar tinha tentado impor como política de *consenso nacional* rompera-se. Em 1957, o Partido Comunista (PCP) estabelece no seu V Congresso, na clandestinidade, a autodeterminação como saída política para o problema colonial. Era uma opção tardia, muito tardia, se comparada com a tradição do movimento comunista internacional, mas tomara-se.

Era a primeira vez que uma força política em Portugal assumia semelhante atitude. E o que agravava ainda mais as coisas é que praticamente mais ninguém, sensivelmente até ao fim da década de '60, assumiria uma atitude semelhante, de clara aceitação do direito das populações coloniais a se pronunciarem contrariamente ao dogma nacionalista do Portugal *d'Aquém e d'Além Mar*. Ninguém na candidatura de Delgado, em 1958, se pronunciou minimamente nesse sentido, sob o risco de ser considerado *antipatriótico*; nada na operação de desvio do navio *Santa Maria* (22 de Janeiro-4 de Fevereiro de 1961) por parte de 24 homens, portugueses e espanhóis, comandados por um dissidente do regime, Henrique Galvão, de grande efeito mediático a nível internacional, indiciava abertura alguma nesse sentido, apesar de o esquema inicial da acção envolver Angola e a colónia espanhola de Fernando Pó; nenhuma abertura, muito pelo contrário, se manifestava, por fim, naquela direcção no «Programa para a Democratização da República» apresentado pela oposição republicana e liberal poucas semanas depois do início do conflito em Angola, em 1961, ainda que uma sua versão posterior, preparada para as eleições de Novembro desse ano, já admitisse a necessidade de uma solução política ainda sem discutir a «unidade nacional».

Bastante tempo, efectivamente, levaria ainda a oposição moderada, que se distinguia fortemente do PCP, a se aproximar publicamente das teses da autodeterminação. Seria necessário esperar pela campanha eleitoral de 1969 para, uma vez radicalizada à esquerda boa parte das oposições (comunistas, católicos progressistas, socialistas e extrema esquerda) e definitivamente ultrapassados pela evolução política os velhos grupos republicanos e liberais, se perceber o inevitável reconhecimento do direito à autodeterminação por parte das duas candidaturas oposicionistas admitidas por Marcelo Caetano às eleições de 1969: a Comissão Democrática Eleitoral (CDE), onde convergem comunistas, vários socialistas e católicos progressistas, entre outros democratas, e que virá a dar origem à mais permanente estrutura unitária das oposições democráticas nos últimos anos da ditadura, o Movimento Democrático Português (MDP/CDE); e a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), estrutura directamente associada à Acção Socialista Portuguesa (ASP) que Mário Soares reunira em seu redor em meados dos anos '60.

Por essa altura, o PCP, que se havia revelado desde os meados dos anos '30 a mais forte e estruturada organização oposicionista portuguesa, podia beneficiar de uma politização acentuada da nova juventude estudantil, sobretudo universitária, e de um segmento importante da juventude trabalhadora, mobilizadas por dez anos de transformações e de desafios desconhecidos até então, desde o caso excepcional da campanha delgadista de 1958 e os quatro anos de contestação oposicionista sistemática que esta havia aberto, até ao desencadamento da Guerra Colonial e todas as transformações socioeconómicas até aqui descritas. Desde a fuga de Cunhal e de outros nove dirigentes comunistas, em 1960, do Forte de Peniche, que os comunistas haviam feito uma *autocrítica* relativamente tanto à estratégia da «solução pacífica» para conseguir o fim da ditadura, formulada em 1957, como quanto às «ilusões *putschistas*» alimentadas, havia poucos anos, por eles, mas sobretudo pelos grupos moderados da oposição antifascista desde praticamente o 28 de Maio de 1926. Efectivamente, toda a estratégia oposicionista

de, com ou sem a participação do PCP, atrair e promover militares destacados (como os candidatos presidenciais Norton de Matos, em 1949, Quintão Meireles, em 1951, e Delgado, em 1958) que tentassem congregar apoios no seio das Forças Armadas a favor de uma mudança política, pressupunha reconhecer aos militares um papel determinante na construção da derrocada da ditadura. A direcção que Cunhal imprime, uma vez eleito secretário-geral em 1960, justamente, é, pelo contrário, a do «levantamento nacional», privilegiando as «movimentações de massas» sem desvalorizar completamente o papel dos militares. Em 1964, Cunhal sistematizará esta concepção no relatório *Rumo à vitória*. O futuro próximo dar-lhe-ia razão parcial: se é certo que o *Movimento dos Capitães* pouco ou nada teve a ver com o modelo de conspiração *putschista* dos anos '40, '50 ou '60, uma vez que nele não se envolvem as forças da oposição política, a verdade é que a queda da ditadura acabaria por ser feita pela via militar, ainda que as características do período revolucionário que se lhe seguiu se aproximassem muito do modelo do *levantamento nacional*.

E se é certo que o PCP reforçará muito significativamente a sua presença organizativa em grande parte do tecido social português ao longo dos anos '60, apesar do forte recrudescimento da repressão por parte da PIDE até ao último dia da ditadura, os comunistas deparar-se-ão ao longo destes anos com o impacto que, entre os jovens contestatários que se sentiam naturalmente atraídos pela efectividade da sua resistência, tem a ruptura sino-soviética de 1962, com a consequente criação de vários grupos de tendência maoísta (os primeiros são a Frente de Acção Popular e o Comité Marxista-Leninista Português, criados em 1964 em torno do dissidente Francisco Martins Rodrigues), e a revolução cubana e o modelo guevarista, que tornarão crescentemente atractiva a via armada de luta antifascista. Neste último caso, e com escassíssimos resultados, surgem a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR, criada em 1967) e as Brigadas Revolucionárias (criadas em 1971), que se fundem com o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP/BR) em 1973. Sistemáticamente concorrendo à sua esquerda desde então, o PCP ter-se-á visto impelido, na última fase da Guerra Colonial, a criar um efémero braço armado, a Acção Revolucionária Armada (1970-72), que se limita a operações de sabotagem militar.

Quanto ao essencial, a estratégia comunista permanecia a da procura de experiências *unitárias*: exilado Delgado em 1959, mas fracassadas as tentativas de golpe militar da Sé de Lisboa (Março de 1959) e de Beja (Janeiro de 1962) e abortada a *Operação Dulcineia* (desvio do *Santa Maria*, Janeiro-Fevereiro de 1961), tratava-se de atrair o *general sem medo* para uma estrutura unitária como pretendia ser a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), à qual o jovem Estado argelino oferecia guarida desde o fim de 1962. A experiência perderá sentido com o abandono da FPLN por parte de Delgado, em 1964, tragicamente atraído a uma cilada da PIDE sob o engodo de uma presumível conspiração militar, que o levará à morte em Fevereiro de 1965, em Villanueva del Fresno, junto à fronteira portuguesa. Os comunistas estão também presentes nas listas unitárias que dirigem as Associações de Estudantes (AE's) que se movimentam com tanto vigor em 1962, 1965 e 1969, e em muitas das que, ao longo de todo o marcelismo e de forma ininterrupta, agitam as Universidades e boa parte dos Liceus e Escolas Técnicas. Presentes estão eles nos dois congressos oposicionistas de Aveiro (*o II Congresso Republicano*, Maio de 1969, e *o Congresso da Oposição Democrática*, Abril de 1973), e, naturalmente, nas CDE's que se apresentam às eleições de 1969 e 1973, estas últimas beneficiando do envolvimento socialista que havia estado, em grande parte, ausente nas de 1969.

No variadíssimo e grupuscularizado campo dos que reivindicavam formas comunistas alternativas ao modelo do PCP, fortemente vinculado à experiência soviética, emergem organizações que tomam este partido como referência obsessiva, sendo-lhe prioritariamente hostis, reunindo contudo um fortíssimo poder de atracção nos ambientes estudantis da burguesia dos finais dos anos '60 e da primeira metade da década de '70 (a sua capacidade de atracção de elementos populares fora da área do PCP só se manifestará depois do 25 de Abril), o que explicará que, no caso dos maoístas mais do que outros, se esvaziem muito rapidamente no final do período revolucionário, numa diáspora política e profissional, na direcção dos grandes partidos moderados do sistema, a universidade e os *media*. O mais apelativo terá sido, eventualmente, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) que resulta, em 1970, da Esquerda Democrática Estudantil. O sector ML que, mudando sucessivamente de designação e de modelo de organização, confluirá na mais bem sucedida das entidades partidárias deste sector virá a dar origem, depois do 25 de Abril, à União Democrática Popular (UDP), que, como sabemos, será a única a, autonomamente, conseguir representação parlamentar entre 1975 e 1983. A muito débil componente trotskista desta esquerda é uma das últimas a emergir nos debates políticos da oposição mais radicalizada contra a ditadura. O seu sector maioritário constituirá primeiro os Grupos de Acção Comunista, em 1972, transformados em Liga Comunista Internacionalista (LCI) no ano seguinte e em Partido Socialista Revolucionário em 1978.

Numa década em que se fez a transição de um modelo arcaizado de oposição não marxista de raiz republicana burguesa para um outro confrontado com a guerra em África, a remobilização ideológica e repressiva da ditadura e a radicalização das juventudes urbanas por todo o Mundo (os movimentos de 1968-69 europeus, a luta contra a guerra do Vietname, os movimentos revolucionários latinoamericanos,

a *Revolução Cultural* chinesa), os pouco socialistas portugueses que como tal se descreviam, sem raízes operárias e desaparecidas ou envelhecidas todas as velhas figuras republicanas, reúnem-se em torno de uma figura como a de Mário Soares, excomunista do MUD Juvenil do final dos anos '40, jovem esperança dos sectores moderados que nos inícios dos anos '60, com menos de 40 anos, desenvolve contactos internacionais que lhe permitam, por essa via, uma visibilidade que com mais dificuldade conseguia na luta política interna. É à sua volta que uns poucos activistas criam a Acção Socialista Portuguesa em 1964, admitida em 1972 na Internacional Socialista, que se verá sistematicamente ultrapassada pelo arrojo ideológico dos jovens activistas do movimento estudantil, a quem, apesar de não atraídos pelo PCP, pouco dizem a CEUD que se apresenta à eleições de 1969 ou a criação do Partido Socialista (PS) em 1973, no exílio alemão.

Será já só depois do 25 de Abril que o PS consegue atrair algumas das personagens desse outro mundo oposicionista que cresce nas margens do catolicismo organizado. O carácter intrinsecamente católico, pelo menos nas formas e nas declarações, do regime salazarista, a confessionalização assumida de todas as suas políticas sociais - a educação em primeiro lugar, a saúde e a assistência social -, das organizações de doutrinação de massas (a *Mocidade Portuguesa*, a masculina mas mais ainda a feminina, a *Legião Portuguesa*, a *Organização das Mães para a Educação Nacional*, os organismos corporativos, a *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho*), de todas as formas de propaganda e de censura, em suma, das dimensões institucionais do regime e da versão muito específica, e manipulada, da própria identidade nacional que a ditadura tentou impor, dificultou enormemente, até bastante tarde, a emergência de quaisquer manifestações de autonomia ideológica do mundo católico relativamente ao Salazarismo. Comportamentos de alguma dissidência, isolados como os do padre Abel Varzim ou do bispo do Porto, nos finais dos anos '50, vêem-se reforçados com o Concílio Vaticano II (1960-65) e os papados *progressistas* de João XXIII e Paulo VI. Abre-se por aí a via à relativamente pouco numerosa (apesar da sua visibilidade actual), mas politicamente muito significativa, corrente dos chamados católicos progressistas que, nos anos '60, se reúnem à volta da revista *O Tempo e o Modo*, da cooperativa cultural *Pragma*, dos GEDOC (Grupos de Estudo, Documentação, Intercâmbio, Experiências), e que ganham especial protagonismo na Liga Operária Católica e nas Juventudes Escolar e (sobretudo) Operária Católicas, mas em muito menor grau, curiosamente, na Juventude Universitária Católica. Os mais avançados de entre eles partilham com activistas laicos da oposição democrática, entre os quais se destacam muitos militantes e próximos do PCP, a aventura sempre arriscada das listas eleitorais das CDE's de 1969 e 1973, e protagonizam nos últimos anos da ditadura enfrentamentos com o regime, que a este irritam e exasperam particularmente dada a identidade católica dos novos opositores. Depois do 25 de Abril, radicalizada à esquerda toda a cena política portuguesa, boa parte deles passa a militar no PS ou está politicamente dispersa por alguma extrema esquerda (com relevo especial para o Movimento da Esquerda Socialista); os poucos que aportam ao PCP fazem-no sobretudo pela via do activismo sindical.

Recordemos, contudo, que maioria do activismo católico (agrupado, designadamente, na Acção Católica Portuguesa) e a hierarquia da Igreja permanece fiel a uma visão reaccionária do mundo, assistindo com verdadeiro horror à constatação moral e ética que, durante o período revolucionário, se produzirá contra o seu peso na vida quotidiana e na formação da opinião, e de denúncia da política de compromisso com a ditadura. Com estas características, o mundo associativo católico português permaneceu até aos anos '60 substancialmente liberto do controlo e da censura ideológica do aparelho do Estado, o que permitiu que nele se acolhessem e desenvolvessem uma actividade social crescentemente crítica muitos dos futuros dirigentes sindicais que, no final desta década tão simbólica, se encontrariam com activistas próximos do PCP ou em vias de nele virem a militar. Comunistas e católicos progressistas configuraram nos primeiros anos do marcelismo aquele que viria a ser o primeiro movimento sindical de massas, num país onde este fora historicamente débil, considerada justamente a escassez organizativa da, por sua vez também escassa, classe operária industrial. Aproveitando a relativa liberalização que Marcelo Caetano decidira imprimir em 1969 na relação entre o Estado e as direcções dos Sindicatos *Nacionais*, vários destes activistas encontraram-se à frente dos órgãos directivos de alguns dos sindicatos mais representativos que, desde 1970, promoveram as *Reuniões Intersindicais* que congregaram, de forma semiclandestina, as direcções de uma vintena de sindicatos e que constituem a experiência refundadora de um movimento sindical autónomo do poder político, que se autodesignaria primeiro como Intersindical Nacional (IN), para depois, no *Congresso de Todos os Sindicatos* (Janeiro de 1977), retomar a designação histórica da primeira confederação sindical portuguesa - a velha Confederação Geral do Trabalho (legal entre 1919 e 1927), de maioria e lógica anarcosindicalista - para se passar a chamar Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN).

A LIBERTAÇÃO

A tomada espontânea da rua por parte da população na manhã do 25 de Abril, contra todas as

expectativas dos jovens capitães, compõe bem uma metáfora do processo de súbita mobilização dos portugueses para a actividade política, que os militares não tinham previsto no seu modelo de mudança, mas que, é certo, se revelará efémera a médio prazo. Esta mobilização adquiriu muito rapidamente uma coloração tão nitidamente à esquerda que contaminou o discurso de todas as forças políticas que passam a ter actividade legal e deixou marcas no quadro constitucional que os últimos vinte anos se encarregaram, por mão das direitas e dos socialistas, de apagar. Os dois anos que separam o desencadeamento do Movimento das Forças Armadas da aprovação da Constituição, em Abril de 1976, abriram na História portuguesa a mais completa e típica das conjunturas revolucionárias contemporâneas que este país viveu.

Antes de mais, assiste-se, como ocorre sempre em grandes momentos libertadores da História, à libertação da palavra, das atitudes, dos afectos, das práticas sexuais e morais. Contestam-se, ou simplesmente suspendem-se, uma infinidade de rituais sociais e derrubam-se símbolos que se percebem ser representativos do autoritarismo. Destapa-se, honra-se, publicita-se a memória das vítimas da repressão, ainda que rapidamente se deixe de o fazer durante as duas décadas seguintes. A realidade passa a ser descrita com palavras muito diferentes: «Revolução» para designar o processo aberto pelo golpe militar, «Reacção» aqueles que se lhe opõem; «Poder Popular», «Unidade Popular», a exigência d'«a Terra a quem a trabalha», ampliada para o princípio de organização política d'«o Poder aos trabalhadores»; a ideia da necessidade da «mobilização permanente», do «povo alerta» face à «Contra-Revolução».

Sob o impulso dos movimentos sociais procede-se ao quase eufórico desmantelamento do Estado autoritário, e em boa medida do próprio autoritarismo tão evidente em sociedades com as características como a portuguesa. E vive-se então uma experiência absolutamente única de participação política, dificilmente comparável a qualquer outra na Europa desde o início da Guerra Fria. A rua torna-se um espaço permanente de manifestação, a convocação de assembleias (nas escolas, nas empresas, nos sindicatos, nos bairros, nas cooperativas de autogestão que resultam do abandono patronal...) o modelo de participação cívica.

De tudo isto resultará, com o passar dos anos, uma sociedade muito mais livre, substancialmente mais laica, gradualmente mais urbana ou, pelo menos, urbanizada, na qual a maioria da população pode permitir-se valorizar mais a experiência escolar e que, portanto, dispõe de mais oportunidades distribuídas de forma significativamente menos desigualitária. Especialmente significativa é a mudança na vida e na identidade das mulheres portuguesas, tanto no espaço público como dentro da família e nas relações afectivas. Foram marcos importantes neste sentido o direito ao divórcio para os matrimónios católicos (1975) e a reforma do Código Civil (1977), que consagrou a igualdade total de direitos entre homens e mulheres e revogou legalmente princípios e conceitos de um passado ferozmente preconceituoso e sexista, que se tinham tornado inaceitáveis para a maioria da sociedade, como a subordinação da mulher dentro do casal e da família, a ilegitimidade dos filhos nascidos fora do casamento ou a perseguição legal dos homossexuais.

Os portugueses eram outros. Muitos, uma grande parte, tinha, finalmente, dado uma volta às suas vidas.

ACONSELHAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Os leitores interessados em aprofundar o estudo deste período disporão em António REIS (dir.) (1989), *Portugal Contemporâneo*, vol. V [1958-1974]. Lisboa: Publicações Alfa, e em J. M. Brandão de BRITO (coord.) (1999), *Do Marcelismo ao fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, de um conjunto de artigos e ensaios que cobrem de forma diversificada as temáticas de maior interesse.

Para acompanhar os dados estatísticos da *revolução social* dos últimos 40 anos em Portugal, veja-se António BARRETO (org.) (2000), *A situação social em Portugal 1960-1999*, vol. II («Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia»). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; para a emigração em particular, Maria Ioannis BAGANHA (1999), «Emigração», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII/Suplemento A/E. Porto: Figueirinhas, pp. 615-18.

Sérgio Valente, Um Fotógrafo da Oposição

Helder Marques

As profundas alterações por que passava a sociedade portuguesa, durante as décadas de 60 e 70, não deixaram de se fazer sentir na cidade do Porto, a segunda maior cidade do país e, por contágio, nos seus concelhos limítrofes. Paralelamente, em grande medida motivadas por estas transformações, assiste-se a uma revitalização das actividades de oposição política ao Estado Novo, originando um clima de forte contestação social que viria a coincidir com a fase de tentativa de abertura política do Marcelismo.

Esta radicalização da oposição durante o período marcelista, que se vai acentuando à medida que cresce a desilusão perante o fracasso das reformas marcelistas, que vai aumentando ao mesmo tempo que o cansaço social parece tornar impossível encontrar uma solução política para a Guerra Colonial e que vai fazendo crescer a noção geral da fragilidade do regime, teve três características inovadoras em relação a períodos anteriores. Primeiro, surgem à esquerda do PCP várias correntes marxistas-leninistas e maoístas, que mobilizam sobretudo estudantes universitários e alguma juventude operária, cujo dinamismo passará a rivalizar com a hegemonia organizativa que o PCP dispunha entre os grupos da oposição e a mover-lhe um acérrimo combate político e ideológico.

Em segundo lugar, surge o activismo católico «progressista» que se vai centrar na denúncia aberta à guerra colonial e na crítica ao colaboracionismo da hierarquia católica com o regime. De um modo geral, sem um movimento ou partido específico, os católicos «progressistas» movem-se entre os diferentes grupos da oposição, embora tenham alguns órgãos próprios de divulgação, como a revista *O Tempo e o Modo*, de Alçada Baptista e de João Bénard da Costa, tenham associações culturais, como a Pragma, e algumas personalidades que adquirem alguma notoriedade, como o Padre Felicidade Alves, que é obrigado a exilar-se, acabando por ser excomungado, e o Padre Mário da Lixa, preso e julgado por ter feito declarações contra a guerra colonial.

O terceiro aspecto, surge com a eclosão da luta armada, a partir de 1970, como forma de combate político à ditadura. Vão destacar-se três organizações nesta forma de luta: as Brigadas Revolucionárias (BR), ligadas ao Partido Revolucionário do Proletariado (PRP); a Acção Revolucionária Armada (ARA), dirigidas pelo PCP; e a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), apoiada por gente ligada ao campo socialista. Esta luta armada, que teve uma expressão nula na região do Porto, viria a dirigir-se ao aparelho militar-colonial com grande eficácia, provocando elevados prejuízos e um número reduzido de vítimas humanas. Contudo, à excepção das BR, que conseguem manter-se activas para além do 25 de Abril de 1974, todas as outras são desmanteladas pela polícia política e vários dos seus dirigentes são presos.

A forma mais visível do clima geral de contestação social por que passava a sociedade portuguesa foram as inúmeras greves que se realizaram um pouco por todo o país. Calcula-se que nos primeiros anos da década de 70 mais de 100 mil pessoas tenham participado em movimentos grevistas. As greves dos pescadores das cidades piscatórias da região do Porto e dos operários de várias unidades fabris viriam a ser marcos importantes desta contestação social no Porto. Por exemplo, em Abril de 1968, cerca de 5 mil pescadores de Matosinhos fazem greve para reivindicarem melhorias salariais, melhores condições de vida e melhor protecção social; este movimento rapidamente se alastrou a outras cidades piscatórias do país, como Espinho, Aveiro, Figueira da Foz, Setúbal e Olhão. No dia 1 de Julho do mesmo ano, uma nova greve de pescadores com reivindicações salariais acabaria por levar a algumas detenções. No dia seguinte, cerca de 400 mulheres, esposas desses pescadores, acompanhadas dos respectivos filhos, manifestam-se em frente às instalações da PIDE-DGS da cidade do Porto para exigirem a sua libertação.

As greves dos pescadores, realizadas por estes motivos e mobilizando sempre vários milhares de pessoas, tornar-se-iam recorrentes durante o período do marcelismo, assim como as greves levadas a cabo pelos trabalhadores das várias unidades fabris instaladas à volta dos grandes centros urbanos, na cintura industrial de Lisboa e no corredor industrial que se estendia de São João da Madeira ao Vale do Ave.

Associadas ao movimento grevista estiveram outros tipos de manifestações públicas que se faziam por razões ligadas à própria subsistência do dia-a-dia. Uma das mais importantes manifestações deste tipo, não só pela dimensão que teve, mas também pelo papel que terá na estruturação da memória que se fará

deste período por todos quantos viveram estes acontecimentos, foi a que se realizou em 15 Abril de 1972 contra a carestia de vida, uma manifestação que conseguiu juntar cerca de 40 mil pessoas na Praça da Liberdade e na Avenida dos Aliados, no Porto.

Este clima de movimentação social não se restringiu ao mundo laboral. A realização de eleições, que criava a ilusão de que existia abertura política efectiva, criou condições para a constituição de plataformas eleitorais, agregadoras de vários grupos da oposição, na base das quais se puderam realizar uma série de iniciativas e de actividades de carácter político e cívico. Mesmo com as limitações existentes, estes grupos eleitorais eram sempre aproveitados para contestar, de forma mais ou menos aberta, o regime e para provocar a discussão pública de algumas questões sensíveis, como o nível de vida, a democracia e os direitos políticos ou da educação e, a maior de todas, a da Guerra Colonial.

Desde as reuniões das mais variadas colectividades (Modestos, CineClube do Porto, sindicatos, etc.), até à comemoração das mais variadas efemérides (31 de Janeiro, Dia Internacional da Mulher, Dia do Estudante, 5 de Outubro, etc.), passando pelas eleições, tudo servia de pretexto para atacar o regime. Não raras vezes, este era directamente afrontado frente, sendo disso um bom exemplo as manifestações à frente da delegação da PIDE, na Rua do Heroísmo, um dos maiores símbolos do poder repressivo do regime, na cidade do Porto.

Tanto na cidade do Porto, como no resto do país, a principal estrutura por detrás deste *elan* contestatário era o Partido Comunista Português (PCP). Olhando retrospectivamente para muitos destes indivíduos que, de alguma forma, se envolveram directa ou indirectamente em várias formas de protesto social e político, este período histórico das suas vidas parece-lhes extremamente intenso e denso. Devido aos muitos compromissos que foram assumindo, olham para este período como o mais interessante do seu envolvimento político, um período que, paradoxalmente, foi de grande restrição das liberdades individuais, mas gerou grandes expectativas de mudança.

A VIDA DE SÉRGIO VALENTE

A vida de Sérgio Valente, assim como a da esmagadora maioria dos seus contemporâneos, não deixou de ser marcada por estas profundas mudanças e pelo clima de profunda convulsão por que passava a sociedade portuguesa das décadas de 60 e 70. O riquíssimo espólio de fotografias de Sérgio Valente, do qual reproduzimos neste livro uma pequeníssima parte, constitui um importante testemunho histórico e visual dessa época e constitui talvez um dos mais ricos testemunhos da dimensão e da importância que assumiu a oposição ao Estado Novo, entre a segunda metade da década de 60 e o ano de 1974, na cidade do Porto. Uma cidade que, embora geograficamente distante do poder central, não deixou de sentir o peso da mão repressiva do regime, nem deixou de procurar opor-se ao ele.

Sendo simultaneamente actor e observador dos acontecimentos que captava com a objectiva da sua máquina fotográfica *Roilleicord*, quase omnipresente nos acontecimentos de carácter político e cívico realizados na cidade do Porto que assumissem relevância na oposição à ditadura, as fotografias de Sérgio Valente documentam, algumas vezes de uma forma quase cinematográfica e sequencial, como se de um filme se tratasse, vários daqueles acontecimentos. Por outro lado, estas fotografias, além de darem uma outra perspectiva da história da vida de um regime, documentam também uma pequena parte da história de vida de Sérgio Valente, da sua família e de muitos dos seus amigos e companheiros na oposição ao Estado Novo. Uma história que foi marcada por uma luta constante por ideais e valores que considerava ser justos e plenos de futuro, tantas vezes paga com prisões, agressões e perseguições a si e à sua família.

Sérgio Valente, oriundo das classes sociais mais desfavorecidas da Foz do Douro, nasce em 1943 num contexto familiar marcado por sociabilidades e práticas propícias a um certo activismo político, em que os laços de parentesco desempenharam um papel essencial para a sua consciencialização política e para o seu consequente recrutamento para a militância política. E, de facto, se, por um lado, seu pai tinha já tendências anarco-sindicalistas, por outro, as dificuldades materiais em que viveu viriam a determinar que, entre os seus 14 e 16 anos de idade, Sérgio Valente passasse a viver em casa de um tio que o vai iniciar no mundo da fotografia, que se tornaria o seu futuro profissional. É com este tio que começa a frequentar alguns dos cafés que, na cidade do Porto, eram espaços de sociabilidade privilegiados para o encontro de elementos desafectos ao regime, como os cafés Leão de Ouro, Tropical ou Chave d'Ouro, locais onde se discutia política e onde viria a conhecer alguns membros ligados à oposição, que viriam a ter influência na sua iniciação em algumas formas de acção colectiva e no seu futuro recrutamento para o Partido Comunista Português (PCP), principal organização clandestina de oposição ao Estado Novo. Começou então a encontrar-se com alguns amigos do seu tio, como Carlos Soares, José Cruz Santos, Artur Santos e Sílvio, entre muitos outros. É Sílvio quem, depois de obtida uma certa confiança mútua, lhe dá acesso, pela primeira vez, aos jornais *O Avante!*, *O Militante* e *A Terra*, órgãos clandestinos do PCP cuja leitura iria contribuir para a consolidação da sua formação ideológica e da cultura de resistência que já ia alimentando em si, assim como para uma maior aproximação aos grupos da oposição. Mas rapidamente Sérgio começou a procurar envolver-se com outras pessoas, sobretudo jovens.

Por isso, não é de admirar que, desde cedo, Sérgio Valente tomasse consciência das contradições que representavam a situação de pobreza em que vivia, tanto ele como a sua família, assim como dos constrangimentos mentais a que se sentia sujeito, constrangimentos sobretudo de ordem moral e religiosa, uma formação que considera em todos os sentidos, e que o levaram frequentemente à auto-censura do seu pensamento e comportamento. Este despertar da consciência dá-se por volta dos seus 16-17 anos, quando passa por uma curta fase que designa de «anti-clerical», que o leva a pôr tudo em causa, e a tudo questionar. É uma altura em que se sente livre para pensar, raciocinar e procurar saber, sem medo, aquilo que poderia estar certo. Torna-se rebelde e irreverente e começa uma luta constante para contrariar o destino da humilhação e de subserviência a que a escola e a Igreja lhe tinham ensinado.

Rapidamente se torna um activista contra a ditadura de Salazar. Daí em diante, qualquer coisa servirá de pretexto para Sérgio Valente baralhar a ordem estabelecida. A coragem e a convicção da razão que o movia eram mais fortes que o medo e eram o seu alimento na luta para derrubar o regime.

A sua participação política mais activa, que se desenvolverá até Abril de 1974, viria a ser marcada por três factos relevantes: pela campanha eleitoral do General Humberto Delgado; pela sua tentativa, bem sucedida, de não ser mobilizado para a guerra colonial; e pelas três prisões a que é sujeito pela PIDE.

A campanha eleitoral do General Humberto Delgado em 1958 marca Sérgio Valente, assim como marcou a esmagadora maioria dos seus contemporâneos, pois foi a primeira experiência política em que participa. Tinha então 16 anos quando o general Humberto Delgado visita a cidade do Porto, durante a campanha eleitoral de 1958, e, sem se aperceber bem como, Sérgio vê-se no meio da gigantesca manifestação pública, com mais de 150 mil pessoas, que se gerou para a sua recepção. Como já então alimentava um grande sentimento de revolta contra o fascismo, muito naturalmente Sérgio acaba por se juntar à manifestação que paralisa toda a baixa portuense durante várias horas. Sérgio acompanha todo

o evoluir da manifestação, seguindo-a quando Humberto Delgado se dirige para a sua sede de campanha na Praça Carlos Alberto, de onde, a partir da varanda, fala à multidão que não arreda pé durante todo o tempo da sua intervenção.

Durante a noite desse dia, Sérgio assiste ao comício memorável que se realiza no Coliseu do Porto completamente lotado, com milhares de pessoas impossibilitadas de entrar, que permaneceram na Rua Passos de Manuel à espera que o comício acabasse, no qual discursaram o candidato presidencial e vários elementos da sua comitiva. Quando terminado o comício, Sérgio vive o ambiente tenso, com forças policiais espalhadas por várias ruas da cidade, não só para intimidar os apoiantes do general Humberto Delgado, como para actuar a qualquer momento. Quando o general Humberto Delgado se dirige para o Hotel Infante Sagres, na Praça Filipa de Lencastre, seguido pela multidão, dá-se então o que já se esperava: a polícia de choque começa a dispersar a multidão à bastonada, ferindo muitos manifestantes. Outros ficaram encurralados dentro do café Guarani, na Avenida dos Aliados. Entre estes encontrava-se Sérgio Valente, que se expõe muito na frente da entrada do café. É então que surge a GNR a cavalo, de espada em riste, galgando o passeio e ameaçando-os. Sérgio desafia-os e provoca-os, mas num ápice, aparece a polícia de choque; um deles fixa-se em Sérgio pela forma como ele se tinha exposto e persegue-o já dentro do café. Sérgio só tem tempo de lhe arremessar uma cadeira e como resposta é atingido com uma bastonada na cabeça, conseguindo fugir pelas traseiras do café.

Volta a dirigir-se, depois, para a Praça Filipa de Lencastre onde já se concentravam várias centenas de pessoas a manifestar-se em frente do Hotel Infante Sagres onde o general estava hospedado. Nessa noite, Humberto Delgado apareceu na janela do seu quarto para agradecer à multidão o apoio que lhe estava a ser dado. E é nessa altura que a polícia de choque volta a intervir e a carregar sobre os manifestantes que ali estavam concentrados, motivando a intervenção do candidato presidencial que saiu ao exterior do hotel para se dirigir ao graduado da polícia que se encontrava no local, com quem tem uma acesa discussão.

Durante esta sua participação na campanha eleitoral de 1958, Sérgio apercebe-se que a sua visão da realidade, a de que vivia num país atrasado e repressivo, era partilhada por muito mais pessoas para além dele. É então que descobre a sua posição na sociedade e que ganha a percepção de que existe uma luta de classes em que rapidamente se vê envolvido.

Depois deste acontecimento, e numa conjuntura político-social particularmente difícil para o governo salazarista que se seguiria à campanha eleitoral de 1958, o envolvimento de Sérgio Valente em actividades de contestação ao regime não pararia de aumentar. Juntamente com alguns amigos, seria responsável por algumas «manifestações espontâneas», procurando datas como 31 de Janeiro, 8 de Março, 1 de Maio e o 5 de Outubro. Basicamente, estas manifestações consistiam em gritar palavras de ordem, como «Viva a Liberdade!», «Viva a Democracia!», «Abaixo a Guerra Colonial» ou «Abaixo o Fascismo!», em locais públicos com bastante afluência de pessoas, como a baixa portuense, com o objectivo de chamar a atenção, provocar alguns ajuntamentos e provocar a intervenção da polícia. Numa destas «manifestações espontâneas», no 1 de Maio de 1960 ou 1961, Sérgio esteve na eminência de ser preso. Valeu-lhe ter sido avisado por um operário de que estava a ser alvo de perseguição por parte de elementos da PIDE ou legionários. Não fosse a ajuda do seu irmão Henrique, que ele convencera a vir tomar parte na manifestação por ser operário da construção civil, que o ajuda a fugir, e seguramente Sérgio teria acabado por ser detido pela PIDE.

Curiosamente, é depois desta manifestação espontânea, e tendo já adquirido alguma visibilidade nos meios oposicionistas da cidade do Porto, que Sérgio acaba por ser «apanhado» pelo Partido Comunista Português. Ainda não se torna imediatamente militante do PCP, mas é então que faz amizade com um grupo de jovens que lhe está ligado, entre eles Zé Dias, Carlos Armando, Anésio, Jorge Alves, Carlos Alberto, Amorim, Zé Manel, José Henrique da Mota e Bruno, entre muitos outros, que constituíam os designados envoltos, que mais não eram do que militantes já com algum grau de organização política e filiados no PCP, que o convidam a frequentar os seus locais de encontro e de convívio, em especial o café Estrela d'Ouro, e a entrar na sua rede de relacionamentos e de amizades, onde Sérgio viria a ser integrado, influenciado e, poderíamos até dizer, formado como forma de preparação prévia para uma possível integração futura nas estruturas do Partido. Se não é logo integrado é porque, no entendimento de Zé Dias, não havia ainda condições para essa integração se fazer em segurança, quer para o Partido quer para os envolvidos, uma vez que a PIDE já tinha muitos daqueles elementos referenciados. E, de facto, em 1963, todos eles são presos e as suas prisões vão estar na origem de um dos maiores julgamentos políticos até então feitos na cidade do Porto, que envolveu um total de 35 réus. O Dr. Manuel Teixeira Ruela, o conhecido «médico dos pobres», da Senhora da Hora, também seria um dos detidos, se não fugisse para o exílio antes da PIDE poder concretizar a sua detenção. Por intermédio destes camaradas criou novas e muitas amizades. Sérgio recorda hoje os nomes de Joaquim Felgueiras, a Benilde Viana ("Nini"), Olíndia Oliveira, Dina de Lasalette e a Maria José Ribeiro, eles também ligados ao PCP, entre

tantos outros que a memória não consegue hoje recuperar.

Nessa altura o Partido Comunista Português estava a passar por algumas dificuldades provocadas pelo excesso de exposição pública de muitos dos seus militantes e simpatizantes durante a campanha eleitoral de 1958, muitos dos quais acabariam por ser presos e/ou ficar referenciados como opositores pela polícia política, e pelo conseqüente endurecimento da repressão levada a cabo pelo regime durante a agitação que marcaria os anos de 1958-1962. Apesar disso, viriam a ser anos bastante difíceis para a ditadura portuguesa. Durante o período de tempo compreendido entre o pós-guerra e os anos de 1973-74, com o proliferar de lutas sociais por todo o país, assistiu-se a uma época de grande vulnerabilidade do regime e da qual este não se viria a recompor completamente. Logo em Março 1959, dá-se a revolta da Sé; em Janeiro de 1961 é desviado o paquete Santa Maria; no mês seguinte, em 4 de Fevereiro, dá-se o que se pode considerar como o início da guerra colonial; em Abril há uma tentativa de golpe de Estado levado a cabo por algumas figuras de dentro do próprio regime, encabeçadas pelo então ministro da Defesa, Botelho Moniz; em Novembro é desviado um avião da TAP; em Dezembro, Goa, Damão e Diu são ocupadas pelas tropas da União Indiana; em Janeiro de 1962, dá-se a tentativa do golpe de Beja; e o ano de 1962 é marcado, de uma maneira geral, em termos sociais, por lutas intensas por parte dos trabalhadores rurais do sul e pela crise académica.

É neste ano de 1962, nas comemorações do 31 de Janeiro, que Sérgio Valente participa numa grandiosa manifestação organizada pelo PCP na cidade do Porto, feita com o objectivo de, além de contestar o regime, trocar a placa toponímica da então Rua de Santo António por uma outra com a inscrição Rua 31 de Janeiro (que é o seu nome actual). Uma manifestação cívica que acabaria, como quase sempre acabava, com a intervenção da polícia. Sérgio envolve-se, por isso, nos confrontos com a polícia de choque que, nesse dia, interveio violentamente contra a multidão e procedeu a inúmeras prisões. Assiste aí ao lançamento da água misturada com metileno - o que dava à água um aspecto azul - que é lançada pelos carros-tanques da PSP contra os manifestantes, causando muitos prejuízos. Nesta manifestação, Sérgio vê vários elementos da PIDE de pistola em punho dando coronhadas em várias pessoas.

O Serviço Militar Obrigatório

Sérgio estava já mais do que envolvido em várias actividades da oposição quando se dá o segundo acontecimento marcante na sua vida de activista político: o cumprimento do serviço militar obrigatório. Estávamos em 1963. A Guerra Colonial estava em curso há cerca de dois anos e Sérgio, em vias de casar e a caminho de ser pai do seu primeiro filho, tomou a firme decisão de nunca se deixar mobilizar para a frente de uma guerra com a qual discordava profundamente, o que tornaria a sua passagem pela tropa um acontecimento verdadeiramente épico da sua vida pessoal.

Com o objectivo de não ser mobilizado para as colónias, durante a sua recruta, na Serra da Carregueira, e a sua especialidade em Fotocine, no Batalhão de Sapadores do Caminho-de-Ferro, em Lisboa, Sérgio seguiria duas estratégias: a provocação e a insubordinação perante os seus superiores e a simulação de problemas de saúde.

Deste modo, durante os treinos físicos da recruta, particularmente nos crosses, Sérgio insurgia-se sempre que os soldados eram incitados pelos seus superiores a cantar «Angola é nossa!», contrapondo que Angola não era nossa, mas sim dos africanos. Por outro lado, nas aulas de «psico», que serviam, segundo Sérgio, para «mentalizar o racismo» nos soldados, e nas aulas de cinema e fotografia tinha acesas discussões com um sargento que ai leccionava, nas quais não deixava de expressar abertamente a sua oposição relativamente à Guerra Colonial. Este comportamento chegou a valer-lhe várias ameaças, por parte do referido sargento, de que poderia arranjar problemas se persistisse com aqueles comportamentos. Ameaçava incorporá-lo em infantaria e mobilizá-lo de imediato para a frente de combate numa das colónias. Na verdade, no contexto de guerra em que o país se encontrava, Sérgio assumia sérios riscos com aquelas formas de insubordinação.

É com bastante surpresa que Sérgio Valente virá a ter conhecimento, durante a sua passagem pela tropa, da existência de elementos da oposição nas fileiras do Exército. Viria a aproximar-se de um jovem soldado de 21 anos, natural da Covilhã - que, veio a descobrir mais tarde, já depois do 25 de Abril de 1974, que tinha passado a ser funcionário do Partido Comunista Português -, que o põe ao corrente do «clima quente» que se vivia naquele quartel. Conta-lhe, inclusivamente, que na parada e nas casernas onde Sérgio estava a fazer a sua especialidade, nos Serviços Cartográficos do Exército, haviam sido distribuídos panfletos com mensagens subversivas contra a Guerra Colonial. Depois de terem atingido um certo grau de confiança mútua, é ele quem marca um encontro, dentro das próprias instalações do quartel, entre Sérgio Valente e um outro militar ligado ao PCP, com mais responsabilidades, no qual viriam a ser passados alguns jornais clandestinos.

Com o tempo, o comportamento deliberadamente indisciplinado de Sérgio Valente foi-lhe valendo alguma reputação entre os soldados, mas começa a ser visto com desconfiança por alguns graduados, consegue no entanto emprestar um exemplar da obra *A Mãe*, do escritor russo Máximo Gorki, uma obra proibida

pelo regime, a um furriel miliciano, de quem se torna amigo e que, de certa forma, começa a facilitar a vida a Sérgio durante a tropa.

Todavia, seriam as sucessivas simulações de graves problemas de saúde que viriam a garantir a não mobilização de Sérgio Valente para as colónias. Começa por requerer várias consultas ao Hospital Militar por causa de uma úlcera no duodeno, de que de facto padecia. O excesso de faltas por ir a essas consultas, juntamente com as faltas que dá por se ausentar a pretexto de falsas consultas, fizeram-no reprovar pela primeira vez na especialidade de Fotocine. Mandam-no para casa durante alguns dias e, quando está para partir para Lisboa, para recomeçar pela segunda vez a especialidade de Fotocine, Sérgio simula um ataque de epilepsia e de pânico. Nesse dia, Sérgio despede-se da sua mulher, Laura Valente, de quem sempre recebeu um apoio incondicional, e vai encontrar-se com dois camaradas seus no café Estrela D'Ouro, Carlos Armando e Jorge Alves que o apoiam na simulação do ataque epiléptico e o conduzem para o hospital. O objectivo era fazer com que ficasse internado no Hospital Militar do Porto para não ter que se apresentar ao quartel em Lisboa. Mas, como não estava fardado na altura em que simula o ataque, é levado ao Hospital de Santo António, de onde o enviaram para Lisboa, uma vez que Sérgio era militar e o Hospital de Santo António era um hospital civil.

Em Lisboa, mal chega ao quartel, queixa-se novamente dos seus «problemas de saúde». É então observado por um médico militar e é internado durante cerca de 60 dias no Hospital Militar de Lisboa.

Constava-se no Hospital que o director dizia que preferia «uma facada no coração do que livrar um homem que estivesse mobilizado para a guerra». Durante o internamento fazem-lhe exames médicos através de uma endoscopia ao estômago e um raio-x aos pulmões e é-lhe detectada uma úlcera no duodeno, e continua a simular vários ataques de epilepsia. É sujeito a vários tratamentos, incluindo injeções para o reanimar das crises de epilepsia, é-lhe prescrita medicação para o sistema nervoso e é sujeito a uma dieta alimentar para o estômago, sem que se verificassem grandes resultados. Os médicos militares que o estavam a acompanhar entendiam que ele não estava em condições de fazer a tropa, mas o receio em relação ao director do hospital impediu-os de propor Sérgio Valente para uma junta médica. Assim, e uma vez que este longo período de internamento o fez perder novamente a especialidade, regressa a casa para uma nova licença, trazendo consigo, desta vez, a farda.

No dia em que ia regressar ao quartel de Lisboa para se apresentar para uma terceira tentativa de fazer a especialidade de Fotocine, Sérgio, com a colaboração dos mesmos camaradas que anteriormente o ajudaram e, novamente,

com o apoio de sempre da sua mulher, simula um novo ataque de epilepsia em plena Praça de Lisboa, no Porto, o local onde os recrutas da região embarcavam nas camionetas que os levariam para os vários quartéis de Lisboa e do resto do país. Na sequência dessa simulação, consegue ser internado no Hospital Militar do Porto. Aí é submetido a vários exames médicos.

Durante o seu internamento, continua a queixar-se do estômago e da cabeça e, na véspera de fazer uns exames, chega a privar-se do sono e a tentar embriagar-se para poder falsear os resultados. Após um mês de internamento, de simulações e de grande sofrimento, Sérgio faz um electroencefalograma e exames ao estômago, sendo-lhe diagnosticada uma epilepsia e uma úlcera duodenal. É depois, finalmente, submetido, por indicação dos médicos de Neurologia e de Clínica Geral, a uma junta médica que, ao fim de cerca de um ano de luta pela sua não mobilização para as colónias, o livra da tropa, conseguindo assim ludibriar as autoridades militares.



A Adesão ao PCP

Quando em meados de 1964 regressa à vida civil, rapidamente Sérgio Valente retoma as actividades de oposição ao regime. É então que entra para o PCP através de José Henrique da Mota, um dos 35 presos políticos atrás referidos, que entretanto já haviam sido postos em liberdade. Vai para Matosinhos, juntamente com a sua mulher, para um encontro com Silva Marques que era, na altura, funcionário clandestino do Partido Comunista, e que será o responsável pela sua ligação e que será, inicialmente e durante muito tempo, o seu controlador. Doravante, Sérgio passaria a participar em grandes agitações de propaganda. Sinal claro do seu comprometimento efectivo com a organização comunista é o facto de Sérgio passar a usar pseudónimo. Passaria a ser identificado para as actividades políticas enquadradas pelo PCP com o nome de Rafael.

À medida que foi ganhando a confiança do Partido, que o acompanhava nas suas actividades e que foi ascendendo em termos organizativos, passaram a ser-lhe atribuídas tarefas de maior importância e que envolviam já grandes riscos, quer pessoais e familiares quer para a organização partidária. É assim que, em 1967, a sua casa se torna um ponto de apoio, onde acolhe durante alguns meses uma funcionária clandestina do Partido Comunista Português, Deolinda Franco, que tinha o pseudónimo de Teresa, que era então companheira de clandestinidade de Carlos Brito, membro do Comité Central do PCP.

Uma vez que passou a ter maior acesso à informação, que por norma estava inacessível a graus de envolvimento partidário anteriores, um claro sinal do maior entrosamento de Sérgio Valente na organização, durante a sua estadia, Deolinda Franco transmite-lhe alguns conhecimentos sobre técnicas e comportamentos conspirativos, nomeadamente sobre como escrever mensagens em mortaldas de cigarros, uma forma de fazer circular informação confidencial que podia, em caso de detenção do funcionário ou militante, ser facilmente destruída com a sua ingestão, evitando assim que as autoridades policiais pudessem aceder às informações aí contidas.

Além de Silva Marques e de Deolinda Franco, também passaram e ou reuniram em casa de Sérgio Valente outros controladores e funcionários clandestinos do PCP como Ivone Lourenço, Georgette Ferreira, Carlos Luís Figueira, Carlos Pinhão e José Carlos de Almeida. Será precisamente este último quem passa a ser o controlador de Sérgio Valente, substituindo Silva Marques. Com ele levará a cabo uma intensíssima actividade de oposição, envolvendo já situações de maior perigo. Parte essencial desta actividade consistia em distribuir propaganda. Nos meios industriais do Porto, por exemplo, distribuiu-a nos STCP, nas estações da Carcereira e da Boavista, e numa fábrica de cerâmica perto da ponte D. Maria Pia do lado do Porto, onde atira os papéis de propaganda para a entrada das instalações fabris. Também distribuiu propaganda nos meios operários, nos bairros e ruas da zona da Foz do Douro e em vários locais de Vila Nova de Gaia.

Entretanto, provavelmente em 1968, Sérgio consegue ligar ao PCP um camarada chamado Armando, que o acompanha numa acção espectacular com o rebentamento de uma caixa cheia de propaganda que seria despoletada através de um rastilho, por ocasião de uma visita do Presidente da República, Américo Tomás, à cidade do Porto. Foi na Rua dos Pelames, perto da Banharia, que amarraram uma caixa nas grades que ficam por cima do chafariz que se situa na Rua Mouzinho da Silveira. Américo Tomás estava então no Palácio da Bolsa, a poucos metros do local do rebentamento, pelo que as ruas à volta estavam bastante patrulhadas pela polícia. Viria a saber mais tarde, por um seu camarada chamado Vladimiro Lenine, que, pelo rebulção que provocou, com os papéis todos espalhados pelas ruas e com a grande agitação gerada, esta agitação havia tido um enorme sucesso.

Nesse mesmo dia utilizaram uma forma bastante criativa e simples para distribuir mais propaganda. Aproveitando a força do vento, colocaram um monte de panfletos no chão da Rua da Madeira, perto da Praça da Batalha, e Sérgio dá-lhes um pontapé que, com a força do vento, se espalharam pelo ar, inundando toda a praça e a Rua Cimo de Vila.

Sérgio, agora na companhia de um outro camarada, António Carvalho, simpaticante do PCP, visita também os meios piscatórios da região do Porto (sobretudo Matosinhos, Póvoa do Varzim e Vila do Conde), e aí distribuem propaganda nos bairros dos pescadores, nas fábricas de conservas, junto ao porto de Leixões e no Sindicato dos Pescadores. Procuraria também, juntamente com o funcionário clandestino do PCP José Carlos de Almeida, estabelecer ligações com um pescador de Matosinhos e um outro de Esmoriz, quer para os despertar politicamente quer para estabelecer redes de apoio material às famílias dos pescadores que estivessem presos ou em greve. Nestas sessões de distribuição de propaganda, e devido à falta de quadros com disponibilidade para este tipo de actividades, chega a ser acompanhado pela sua mulher e pelo seu filho, com apenas 5 anos, para a sua distribuição nos bairros de pescadores e nas ruas da Póvoa do Varzim.

Mais tarde, com a existência de condições políticas criadas pelo Marcelismo, que ensaia uma abertura política durante a campanha eleitoral de 1969, Sérgio, que nesta altura tem como controladora Ivone Lourenço,

vai estar ligado à criação de novas estruturas que viriam servir para o adensamento da rede de contestação à ditadura. Uma das mais importantes foi o Movimento dos Jovens Trabalhadores (MJT), criado naquele mesmo ano, a partir das estruturas da Comissão Democrática do Porto (CDP), uma plataforma eleitoral que reunira vários elementos da oposição. O MJT nunca foi uma estrutura com uma existência formal, mas somente uma forma de impedir que as sinergias geradas pelas campanhas eleitorais se dispersassem após as eleições. Procurava ser uma forma de garantir que o despertar de novas consciências, sobretudo entre os mais jovens, e o ímpeto da acção colectiva oposicionista não morressem após o escrutínio eleitoral e pudessem ser capitalizados para o continuar da luta de contestação ao regime. E, de facto, após as eleições de 1969, o MJT soube aproveitar a dinâmica eleitoral para atrair várias centenas de jovens para as suas fileiras. Sérgio e muitos destes jovens, de um grande voluntarismo e criatividade, participam em várias actividades de distribuição de propaganda e de agitação contra o regime em vários locais, como unidades fabris metalúrgicas, têxteis e conserveiras, em Matosinhos, nos bairros dos pescadores, na lota ou no porto de Leixões.

Entre os fundadores do MJT estão, além de Sérgio Valente, Nelson Bertini (este já ligado ao PCP), Henrique Sousa, António Mota, António de Carvalho, Diamantino Carvalho, Ernesto Afonso, Ângelo de Sousa, Vítor Pires, Fernando Pires, Hermínio Bastos, Augusto Teixeira, entre outros. Esse movimento viria a revelar-se extremamente útil para a formação de alguns quadros entraram para o PCP, entre eles Henrique Sousa, que já tinha bastante experiência adquirida no movimento da Juventude Operária Católica (JOC). Cerca de duas dezenas de jovens formados por este movimento viriam a passar para a clandestinidade ao serviço do PCP.

Será no âmbito deste movimento de jovens que Sérgio Valente constitui uma pequena biblioteca no seu estúdio de fotografia. A leitura funcionava como uma estratégia de incorporação de novos membros no grupo. O espaço desta biblioteca viria a servir para as reuniões que Sérgio Valente fazia com vários daqueles iniciados, com os quais discutia as questões políticas do seu tempo, assim como discutia as várias leituras que uns e outros iam fazendo. Ia-se desta forma criando um pequeno círculo de discussão e de reflexão que contribuiria para o despertar e consolidar de várias consciências para as questões do regime. Karl Marx, Friedrich Engel, Máximo Gorki, Bertrand Russel, Soeiro Pereira Gomes, Alves Redol, Jorge Amado, Virgílio Ferreira, José Cardoso Pires, Ferreira de Castro, José Rodrigues Miguéis, Tomás da Fonseca, Aquilino Ribeiro ou Ilse Losa são alguns dos autores que, na altura, mais eram lidos. Nessa biblioteca podiam encontrar-se várias obras destes e de outros autores, bastante difíceis de encontrar nas livrarias e comprometedores para quem as possuísse, como o *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx. Grande parte dessas obras viria a ser apreendida pela PIDE numa rusga que posteriormente se veio a fazer ao seu estúdio de fotografia.

Por outro lado, a leitura destas obras, de circulação sempre bastante reservada, era uma forma de distinção em relação a outras obras, cuja leitura deveria ser rejeitada, sobretudo alguns jornais conotados com a linha política da ditadura. Simultaneamente era uma forma de identificar potenciais elementos a recrutar e de ir alicerçando, entre os já iniciados, a cultura de resistência.

Este compromisso político de Sérgio Valente reflecte-se também numa certa forma de jornalismo social, com a realização de uma reportagem na zona urbana da Sé e S. Nicolau em que dá conta, num conjunto de várias dezenas de fotografias, do estado de degradação da habitação e das condições de miséria e de insalubridade com que se vivia, ainda em 1973, em pleno centro do Porto. Essas fotografias dão-nos um retrato visual das fracas condições de vida material, de uma grande percentagem da população portuguesa (em 1973, um relatório da Organização Mundial de Saúde referia que 1/3 da população portuguesa vivia abaixo do limiar de pobreza). Esta miséria e degradação estão na base da gravidade de muitos problemas de carácter higiénico-sanitário e de saúde responsáveis por indicadores de desenvolvimento humano que classificavam Portugal como um dos países mais atrasados da Europa de então.

As Prisões

Toda esta intensa actividade viria a custar a Sérgio Valente três prisões pelas autoridades do regime. A prisão era, de resto, uma etapa quase inevitável para todos quantos se envolvessem em actividades da oposição, sobretudo se ligada ao PCP. A prisão era, normalmente, um acontecimento bastante marcante pela sua carga emocional e pela extrema violência psicológica e física a que eram sujeitos os detidos.

A primeira prisão dá-se durante a manifestação do 1 de Maio de 1969, realizada na Baixa do Porto. Como era habitual nestas manifestações públicas, Sérgio Valente pôs-se à frente de um grupo de manifestantes, onde em jeito de desafio ia insultando e tentando agredir um polícia que tentava dispersar a multidão. Sérgio não se contém e acaba por agredir o agente da PSP, a quem dá um pontapé, tendo fugido e ido de encontro a um pelotão da polícia de choque que o persegue pela Praça da Liberdade. É apanhado no designado «Passeio das Cardosas» (perto do actual Largo dos Lóios) por um homem vestido à civil, que supõe que fosse um PIDE ou alguém ligado à Legião Portuguesa. Quando é entregue

ORDEM DE BUSCA E APREENSAO

ANTONIO ROSA CASACO ----- INSPECTOR -----

da Direcção-Geral de Segurança,

ORDENA a qualquer agente de autoridade que, com observância das formalidades legais,
proceda a uma busca a residência

de SÉRGIO DOS SANTOS VALENTE

em rua São João do Deus, nº 12 - Vila Nova de Gaia

e apreenda os valores, documentos ou objectos que interessem à instrução de uns autos pendentes
na Delegação do Porto

Nos termos do art.º 203.º, § 2.º, do Código de Processo Penal, ----- é vedado ao arguido
fazer-se assistir de defensor por ----- prejudicar a descoberta da verdade.

Porto, 30 de Abril de 19 73

O INSPECTOR, -----

Rosa Casaco

Mandato de busca à residência de Sérgio Valente, datado de 1973, assinado por Rosa Casaco.



Fotografia da primeira prisão pela PIDE 1.º de Maio de 1969



Fotografia da segunda prisão a 23 de Julho de 1971

ao polícia que anteriormente havia agredido, Sérgio é agredido com várias bastonadas na cabeça, ficando com um ferimento que, mais tarde, teve de ser suturado com três pontos. Foi imediatamente metido numa carrinha da PSP, juntamente com mais algumas pessoas, dois deles provavelmente jornalistas ou repórteres belgas, sendo levados para o Governo Civil do Porto. Viria a saber mais tarde que, quando estava já na carrinha, a sua mulher estava a ser espancada por um oficial da polícia de choque armado de metralhadora, mesmo diante dos filhos de 4 e 5 anos de idade, que se urinaram ao verem a mãe ser espancada.

Quando chega ao Governo Civil é imediatamente maltratado. A polícia age com arrogância e grosseria, insulta-o e é-lhe recusado um copo de água. É depois levado para as instalações da PIDE, na Rua do Heroísmo. Aí são-lhe retirados todos os haveres que levava nos bolsos, tiram-lhe também a gravata e os cordões dos sapatos. Quando lhe tentam tirar as fotografias para abrir a ficha de cadastro, Sérgio recusa-se por considerar não ser um cadastrado, sujeitando-se a novas agressões por parte do agente Ferreira, morador nas Fontainhas, conhecido como “cara de tomate”.

Nas instalações da PIDE é sistematicamente interrogado sobre o seu envolvimento na manifestação em que tinha sido detido. Contudo, Sérgio Valente tenta convencer os agentes da PIDE que o interrogaram, entre os quais se encontrava o chefe de brigada Coelho da Silva e o agente Barreiros, que não tinha tido qualquer envolvimento com a manifestação e que não passara de uma coincidência o facto de lá ter estado quando a polícia estava a efectuar detenções.

Apesar de não ter tido consequências de maior, será durante estes interrogatórios que Sérgio Valente se apercebe que a PIDE terá tido alguma informação de algum “bufo” ao seu serviço, uma vez que durante o interrogatório se torna claro para ele que estavam informados sobre um dos momentos do percurso que fez, concretamente sobre a sua passagem pelo café Ceuta juntamente com outros dois jovens ligados à oposição (Nelson Bertini e Diamantino Carvalho), de onde depois partiram para a manifestação na Baixa. Questionam-no sobre a identidade daqueles companheiros, ameaçando-o com represálias caso não falasse, mas Sérgio não dá qualquer informação.

Nesta primeira prisão esteve detido durante seis dias. A polícia não lhe consegue arrancar nenhuma informação, mas daí em diante Sérgio Valente ficaria «queimado», isto é, referenciado pelas autoridades como elemento subversivo, o que tornaria doravante a sua actividade política bastante mais arriscada.

A segunda prisão foi a mais marcante para Sérgio Valente. Foi nela que sentiu todo o peso da máquina repressiva do Estado Novo e da sua polícia política, ao ser interrogado e agredido violentamente e ao ser confrontado, até como forma de desestruturação psicológica, com a suposta traição dos seus camaradas. As características desta detenção demonstram que Sérgio Valente tinha já alguma importância na oposição ao regime, pelo menos a suficiente para chamar a atenção das autoridades e para a sua detenção.

Foi em Julho de 1971 que Sérgio Valente foi detido pela segunda vez, provavelmente na sequência da detenção de um outro camarada, de nome Barbosa. Esse camarada foi detido pela PIDE por ser suspeito de ser o proprietário de uma mala cheia de material clandestino do PCP encontrada num apartamento onde então se encontrava hospedado. Mais tarde, a PIDE tenta usar esse facto para fazer Sérgio Valente acreditar que havia sido implicado por uma de duas razões: ou por denúncia por parte daquele camarada de que a mala e a propaganda que continha eram da responsabilidade de Sérgio; ou por terem sido encontrados na sua posse uns cartões que anunciavam uma excursão que se iria realizar a Peniche, o que directamente implicava Sérgio Valente na medida em que essa excursão estava, efectivamente, a ser organizada por si, com o apoio da sua mulher, Laura Valente. Esta excursão era uma iniciativa do Movimento de Jovens Trabalhadores e do Movimento Democrático de Mulheres, com o objectivo de irem entoar cânticos revolucionários no exterior da prisão que, na altura, albergava vários presos políticos. A ideia era fazer-lhes chegar uma mensagem de apoio e de solidariedade para saberem que não estavam sozinhos, nem esquecidos e que, fora dos muros da prisão do Forte de Peniche, a luta contra o regime continuava.

A detenção é feita logo pela manhã, estratégia várias vezes seguida pela polícia política como forma de apanhar o preso desprevenido e sem possibilidades de reacção. Sérgio Valente estava na Pensão Aviz, no Porto, onde havia trabalhado durante toda a noite, juntamente com a mulher, na impressão de fotografias para serem entregues a um grupo de turistas. Sérgio Valente estava sozinho quando, por volta das 8h30 da manhã, se apercebeu de um agente da PIDE, que reconheceu ser o agente Barreiros, a rondar a Pensão Aviz. Ainda hesita entre o tentar fugir ou agir com naturalidade, esperando que o motivo daquela presença nada tivesse a ver com ele. Poderia ser talvez uma operação de rotina, como a de inspecionar os passaportes de alguns dos hóspedes da pensão, o que a PIDE regularmente levava a cabo. Acaba por optar por esta segunda via e tenta sair da pensão misturado na confusão que se gerou com a saída de uma excursão de turistas que abandonava a pensão naquele momento. Mas assim que a excursão dispersa, Sérgio é imediatamente encurralado por três elementos da PIDE. Pretendiam fazer uma busca ao seu estúdio de fotografia.

O estúdio de fotografia ficava a uns escassos 100 metro da Pensão Aviz, na Rua Entreparedes, onde os



Dois elementos do PCP de que não conhece os nomes.



Catarina Eufémia.



José António Dias Coelho.

agentes da PIDE, chefiados pelo sub-inspector Acácio, se fazem acompanhar. Durante a busca a grande preocupação de Sérgio Valente era a de evitar a todo o custo que algum material comprometedor caísse nas mãos da PIDE. Desde logo, por isso, procurou dificultar de várias formas o normal andamento das buscas. Mal chegaram ao estúdio tentou conseguir algum tempo, alegando que a sua mulher, que havia trabalhado toda a noite, e os seus filhos ainda estavam a dormir, e precisava de a prevenir da presença da polícia para poder pôr um vestuário mais adequado. Os agentes da PIDE anuíram, mas assim que Sérgio abriu a porta, eles forçaram imediatamente a entrada. Sérgio começou aos berros para alertar a mulher e a vizinhança da presença da PIDE. Com a confusão instalada, vários vizinhos acorrem imediatamente acreditando tratar-se de ladrões, mas assim que se apercebem da presença da polícia política limitam-se a assistir aos acontecimentos, com receio de intervirem é certo, mas sem deixarem de marcar com a sua presença o apoio que lhes era possível dar, sabendo que a presença da polícia não era motivada por um delito comum, mas sim por razões políticas. Foi no meio da agitação gerada, com a mulher de Sérgio Valente também exaltada e os filhos a chorar, que a busca se inicia. As buscas são levadas a cabo por um grupo de seis agentes, chefiados pelo sub-inspector Acácio. O número de agentes era

deliberadamente desproporcionado, tendo em conta que só tinham que controlar dois adultos, Sérgio e Laura Valente, e os seus dois filhos menores. Mas era desta forma que a PIDE procurava condicionar qualquer veleidade de reacção por parte dos visados.

A grande preocupação de Sérgio Valente era evitar que um envelope que tinha as iniciais do seu pseudónimo manuscritas fosse descoberto. Nesse envelope, além de três jornais clandestinos, *O Avante!* *O Militante* *A Terra*, tinha uma fotografia de dois elementos ligados ao PCP, de quem já não recorda os nomes, e tinha ainda uma fotografia de José António Dias Coelho e uma fotografia de Catarina Eufémia, duas eminentes personalidades ligadas ao PCP e com um papel central na cultura de resistência comunista, como exemplos do sacrifício pessoal levado ao extremo.

O envelope tinha-o guardado no quarto escuro do seu estúdio, onde revelava os rolos e imprimia as fotografias. Sempre acompanhado por dois elementos da PIDE, Sérgio acaba por conseguir pôr o envelope no bolso do casaco, aproveitando a pouca visibilidade do quarto escuro. Posteriormente, distraíndo os agentes da PIDE com a conversa, consegue esconder mais três exemplares de jornais clandestinos, pondo-os numa das caixas de papel fotográfico, conseguindo evitar que os agentes as fossem revistar por se tratar de papel sensível à luz. De seguida, quando os mesmos dois agentes da PIDE vão verificar a varanda e a casa de banho do estúdio de fotografia, Sérgio aproveita a distração para atirar o envelope com os três jornais clandestinos e as três fotografias pela varanda, indo este cair no telhado do vizinho do andar de baixo.

Também Laura Valente consegue evitar que descubram um pequeno emblema alusivo ao cinquentenário do PCP que ela tinha na carteira. Quando um dos agentes pega na carteira para a revistar, Laura Valente, num arrojado gesto de coragem, arranca-a das mãos do agente da PIDE e despeja ela própria o seu conteúdo em cima da mesa, deixando no entanto ficar o emblema dentro de uma pequena bolsa da mala que, a ser descoberto, implicaria Laura Valente nas actividades da oposição e nas actividades do seu marido, o que, seguramente, determinaria a sua igual detenção.

De seguida, revistam a biblioteca e é nessa altura que é apreendida uma grande quantidade de livros. O clima de tensão acabaria também por condicionar os próprios agentes da PIDE, que foram acelerando o ritmo da busca. Assim consegue evitar que façam buscas mais cuidadas às gavetas, onde estava guardada uma revista comprometedora, *A Mãe*, *a Mulher* e *o Fascismo*. Dali foram transportados numa carrinha da PIDE para a casa de Sérgio Valente, que ficava na Rua João de Deus, em Vila Nova de Gaia, para continuar as buscas. Aqui acaba por ser vítima de alguma documentação aí encontrada. Por norma, Sérgio nunca guardava documentação comprometedora em sua casa, por razões de segurança pessoal e da sua família. Por mero acaso naquela altura tinha dois ou três papéis em casa. No caso, tratava-se de alguns panfletos do PCP onde eram feitas denúncias às torturas a que eram submetidos os presos políticos nas instalações da PIDE. Assim que essa documentação é descoberta, e apesar de logo no momento das buscas Laura Valente ter assumido ter sido ela quem vira esses documentos na caixa do correio dentro de um envelope, acreditando tratar-se de papéis da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, a detenção é imediatamente consumada e tanto Sérgio Valente como a sua mulher e seus filhos são levados para as instalações da PIDE no Porto. Laura é submetida a vários interrogatórios e é libertada, juntamente com os seus filhos, várias horas depois. Sérgio Valente ficaria detido durante dezasseis dias.

Durante a sua detenção, Sérgio é sujeito ao isolamento enquanto o seu processo é instruído, para evitar qualquer contacto que ele pudesse usar para obter ou passar informações do e para o exterior.

Além de o fragilizar emocionalmente, o isolamento impediu que Sérgio conseguisse estabelecer qualquer tipo de contacto com a sua mulher, que, tendo sido também interrogada sobre a documentação encontrada, principalmente sobre os cartões da excursão a Peniche encontrados na posse do Barbosa, poderia ter prestado declarações que contradissem as declarações do seu marido. Esta seria, de resto, a grande preocupação de Sérgio Valente: procurar não entrar em contradição com as declarações da sua mulher.

Durante os interrogatórios, o sub-inspector Acácio e o agente Barreiros foram procurando explorar os vários indícios encontrados nas buscas: interrogam-no sobre os cartões da excursão a Peniche, se os tinha entregado ao Barbosa – o que Sérgio confirma -, pedem justificações para a posse do *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx, encontrado entre os livros da sua biblioteca, e procuram estabelecer a sua relação com o Partido Comunista Português, que Sérgio Valente negará sempre. Pediram ainda explicações sobre a mala com propaganda encontrada no apartamento onde Barbosa estava hospedado, com isso dando a entender que aquele havia falado e responsabilizado Sérgio. Mas também não conseguiram explorar esse indício, uma vez que Sérgio também negou qualquer responsabilidade pela mala e desafiou os agentes da PIDE a fazerem uma acareação dele com Barbosa, com quem nunca havia tido qualquer ligação partidária. Depois disso, não voltariam a perguntar-lhe o que quer que fosse em relação à mala e ao material que continha.

A experiência e as convicções de Sérgio Valente permitem-lhe assumir uma postura de determinação e de resistência face aos algozes da PIDE, exigindo constantemente a presença de um advogado a que tinha direito enquanto estivesse a ser interrogado. Este foi-lhe sempre recusado, tendo os elementos da PIDE afirmado que os advogados não serviriam para nada e que ali quem mandava eram eles, mantendo-o sempre sob ameaça e coacção física se persistisse naquela exigência.

Apesar das várias tentativas de completo isolamento de Sérgio em relação ao exterior, ele vai conseguir furá-lo. Isto porque, durante os três primeiros dias de detenção, a cela onde estava – localizada na cave - tinha vista para o exterior da delegação da PIDE, para o Largo de Soares dos Reis. E a partir daí podia ver a mulher, os filhos e os familiares nos dias das visitas e, a partir da escuridão da cela, conseguia fazer-lhes sinal com a luz de um fósforo que aproximava da pequena janela com vista para o exterior. Terá sido isto que terá feito Laura Valente perceber que aquele era o espaço de reclusão do marido, arriscando mandar o filho de ambos, na altura com apenas sete anos de idade, procurar saber junto das grades da janela se era, de facto, o pai quem lá estaria, e no caso de ser, transmitir-lhe a informação de que a mãe havia assumido junto da PIDE a responsabilidade da entrega dos cartões ao Barbosa. Com estes dados, Sérgio sabia estar numa situação perigosa de contradição entre as suas declarações iniciais e as declarações prestadas pela sua mulher, o que podia prolongar a sua detenção e colocá-lo numa posição de fragilidade que a PIDE não deixaria de tentar explorar. A sua única saída era, percebeu-o então, retratar-se na primeira oportunidade e retirar o que dissera em relação aos cartões da excursão a Peniche.

Atualmente, Sérgio foi resistindo sempre com determinação às pressões da PIDE à medida que foi sendo sujeito às várias formas de tortura: aos interrogatórios contínuos, com o revezamento dos interrogadores, aos espancamentos, às privações do sono, à obrigação de permanecer em posturas rígidas, às ameaças, às falsas acusações, à recusa do direito a um advogado, ao isolamento em relação a outros presos e à incomunicabilidade com a família.

No decurso de uma das visitas, fortemente condicionadas pela presença de vários agentes da PIDE para impedir qualquer troca de informação que pusesse em perigo os resultados dos interrogatórios, dá-se um incidente bastante sintomático do estado de tensão psicológica e de desgaste físico a que Sérgio Valente foi levado. Nessa visita, embora a PIDE só permitisse a presença de um máximo de quatro familiares, Laura Valente consegue levar mais do dobro das pessoas permitidas, com a intenção premeditada de chamar a atenção dos transeuntes das ruas vizinhas das instalações da PIDE para a situação do seu marido. Laura acaba por entrar em confronto com uma agente da PIDE, de nome Teresa – arrancando-lhe mesmo o colar –, que a deteve e a impediu de entregar uma procuração para seu marido assinar e, desse modo, reivindicar o seu direito a um advogado. Mais tarde, Laura viria a ser levada a julgamento no Tribunal de São João Novo por causa deste episódio.

Sérgio só viria a saber do sucedido quando, durante a visita pergunta à sua cunhada Margarida Moreira pela sua mulher, tendo esta respondido que estava detida numa arrecadação. Ao aperceber-se da situação, chegando ainda a ouvir Laura, à distância, a gritar pelo seu nome, Sérgio exalta-se e, aos muros e à cabeçada, parte as redes do parlatório que separavam os detidos das visitas. Obviamente que as visitas são logo dadas por terminadas, a sala do parlatório é evacuada e Sérgio Valente é agarrado pelo agente Barreiros, por um guarda da GNR armado de metralhadora e por um carcereiro que rapidamente o domina. Desse momento particular, Sérgio guarda a memória da sua fragilidade física perante as violentas agressões a que é sujeito, particularmente das agressões na garganta que lhe são infligidas pelo agente Barreiros que, admite, podiam mesmo levá-lo à morte, sem que qualquer consequência de maior recaísse sobre o agressor. Enquanto estava a ser espancado, era insultado com os epítetos de “filho da puta” e de “comunista de merda” e ameaçado de morte, permanecendo completamente impotente às mãos dos carrascos da



Tribunal da Comarca do Porto

4.º JUÍZO CORRECCIONAL

Rua de S. João Novo, 29 r/c. — PORTO

Processo n.º 45471

NOTA DE NOTIFICAÇÃO

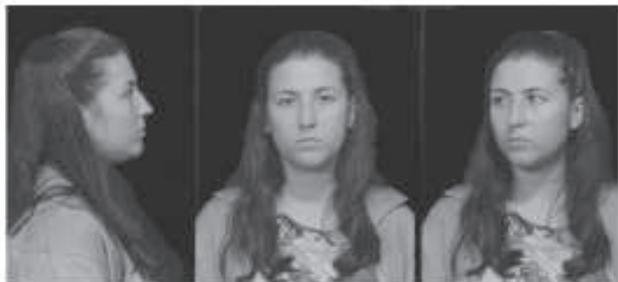
Por ordem do M.º Juiz deste Tribunal, fica notificado q Ré Laura Barros Moreira Valente para comparecer na Sala de Audiências do 4.º JUÍZO CORRECCIONAL, Rua de S. João Novo, no dia 1.º de Dezembro pelas 9 1/2 horas, afim de ser julgado em audiência de processo de Polícia Correccional pelo crime de injúrias e ofensas pessoais, e falsidade e falsificação de Q Ré — pode constituir adrogado, e tem o prazo de CINCO DIAS, a contar da data desta nota de notificação, para o recurso legal e para apresentar na Secretaria daquele Juízo a sua contestação, com o rol de testemunhas e documentos que quiser produzir em sua defesa, podendo contestar no próprio dia do julgamento, mas, neste caso, deverá apresentar o rol das mesmas testemunhas, por requerimento, naquela Secretaria dentro do referido prazo de 5 dias, no caso de não as ter indicado ao oficial no acto da notificação.

(Ocorre na falta de Lei ao julgar ou julgamento e não justificar a falta no prazo de cinco dias).

Porto, 8 de Novembro de 1971

É obrigatória a apresentação do bilhete de identidade, devidamente actualizado, ou, na falta, do cédulo pessoal.

O Oficial,
Fernandes de Sá



Fotografias da detenção de Laura Valente em Julho de 1971

DL / ÚLTIMAS 18/12/1971



RENASCENÇA GRAFICA S. A. R. L.
PRÓPRIETARIA DO
DIÁRIO DE LISBOA
ADMINISTRAÇÃO GERAL
REDACÇÃO E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185 1.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBDA TELEX 1363
LISBOA PORTUGAL

Senhora condenada por injúrias à D.G.S.

PORTO, 15 — No 1.º Juízo Correccional do Porto a que preside o sr. dr. juiz António Estelita Barbosa Mendonça, foi julgada a sr.ª D. Laura Barros Moreira Valente, de 28 anos, casada, residente na Rua de João de Deus, 12, em Vila Nova de Gaia. Era acusada de injúrias à D.G.S.

Tanto quanto se provou os factos ter-se-iam passado da seguinte maneira: no dia 23 de Julho de 1971, a ré e o marido, o fotógrafo sr. Sérgio Valente, assim como dois filhos menores do casal, após revista à residência e ao estúdio de fotografia, foram levados à delegação da D.G.S. do Porto, sob o pretexto de assinarem uns autos. Todavia, quando chegaram, o marido da ré foi afastado desta e submetido a interrogatórios enquanto a senhora sucedia o mesmo. A sr.ª D. Laura Valente foi mandada embora primeiro, mas recusou-se a abandonar o edifício daquela corporação po-

licial sem ser acompanhada do marido, que é epiléptico. De tal modo se excitou que foi coercivamente expulsa da referida delegação. Voltou lá com vista a que o marido assinasse uma procuração a fim de que um advogado tratasse do caso. No dia 26, à hora da visita, uma vez mais lá foi com uns parentes. Estes entraram, ela não, porque, como lhe disseram, estava proibida de o fazer durante trinta dias, já que tivera mau comportamento da primeira vez que ali estivera. A ré, irritada, teriaproferido palavras injuriosas para a corporação policial, quando a fecharam numa sala, tendo quebrado os vidros da porta. Um agente tentou fazê-la sair o que conseguiu após grande esforço.

Apreciado o caso, o tribunal, condenou a sr.ª D. Laura Valente em 6 dias de multa a 30\$00 diários de indemnização à D.G.S. e no mínimo de imposto de justiça. A pena foi-lhe porém suspensa por dois anos, dadas as atenuantes.

PIDE.

A violência a que então era sujeito não se restringia à acção dos agentes. A PIDE contava também com a colaboração do seu pessoal médico, como o Dr. Ulisses, o «médico-mor da PIDE», geralmente rotulado como um «carniceiro» e um «assassino». Sérgio toma consciência disso quando, logo após aquelas agressões, e com a garganta inchada e a respiração bloqueada, estando então há três dias sem conseguir dormir, pede para ser observado por um médico. É então observado pelo Dr. Ulisses que lhe receita um soporífero para poder descansar. Contudo, quando chega à sua cela, verifica que a sua cama lhe havia sido retirada, concluindo que tudo não passava de mais uma forma de tortura. É então que, sob o efeito do soporífero, é iniciada a tortura do sono, com agentes da PIDE a revezarem-se de quatro em quatro horas, para o impedirem de adormecer.

Nesse momento de fragilidade, e precisamente por causa disso, Sérgio considerava que conhecia gente demais, conhecia demasiadas ligações ao Partido, tinha acesso a demasiada informação. É então que conclui, em plena cela, que «quanto menos soubermos melhor». No meio da sua humilhação, esta consciencialização acabava por ser uma forma de se proteger e de reganhar forças para evitar aquela que era para si a maior de todas as humilhações para qualquer militante: denunciar os seus companheiros.

Sérgio sentiu-se posto à prova na sua resistência física. A PIDE, procurando vencê-lo pelo cansaço, passou a centrar os interrogatórios na tentativa de destruição da noção do mérito por não colaborar com a polícia e na tentativa de aliciamento a que falasse. Além de o confrontarem com o facto de ter sido denunciado por outro companheiro, tentam convencê-lo de que todos que por ali passavam, acabavam por falar, incluindo funcionários do PCP, e que eram sempre «os mais pequenos» que acabariam por sofrer as piores consequências, insinuando a falta de lealdade do Partido para com ele.

Sinal da sua maturidade política, Sérgio conseguiu sempre resistir aos aliciamentos da PIDE, que tentavam por todos os meios fazê-lo ceder à tentação da delação, sem êxito. Numa das noites, quando ainda se encontrava na tortura do sono, o sub-inspector Acácio volta a pedir a Sérgio para lhe voltar a contar a história dos cartões da excursão a Peniche, para o fazer cair em contradição. E aqui, sabendo já que a sua mulher havia assumido essa responsabilidade, Sérgio aproveita a oportunidade e não se deixa apanhar na armadilha e, com ar de arrependido, «corrige» a versão dos factos e diz ter sido a sua mulher quem havia dado os cartões ao Barbosa e não ele, como anteriormente tinha dito. Sérgio Valente recorda com enorme satisfação a sensação de frustração espelhada no rosto do sub-inspector Acácio.

Aproveitando, porém, a sua aparente fragilidade, dois dias depois daquele interrogatório, ainda permanecendo na tortura do sono e já cansado de tantos interrogatórios e provocações, começa a simular alucinações, como forma de suscitar preocupações aos agentes e, dessa forma, os levar a terminar com os interrogatórios. Foi determinante a forma como Sérgio os convenceu que estava psicologicamente afectado, levando-os a parar com a tortura de sono, por receio que lhe pudesse acontecer o pior. Contudo, com o prolongamento da sua estadia, ao fim de uma semana sem dormir e praticamente sem nada comer, uma vez que estava em greve de fome, o estado de saúde de Sérgio foi-se, efectivamente, degradando. Quando é, inesperadamente, levado para um novo interrogatório no gabinete do sub-inspector Acácio, faz-se amparar por dois agentes da PIDE, fazendo-lhes crer que não era capaz de se equilibrar e de se aguentar de pé. O interrogatório acaba por ser curto porque, também aí, Sérgio começa a responder às perguntas de forma lenta e arrastada, sem lhes dizer coisa nenhuma. De alguma forma a estratégia surtiu efeito, uma vez que, quando regressa à cela, já a sua cama havia sido colocada lá novamente. Sabia, então, que a tortura do sono havia acabado. E em momento algum se sentiu a fraquejar, ter vontade de falar ou receio de não conseguir aguentar a extrema violência das torturas a que foi sujeito.

As preocupações que o seu estado de saúde suscitou, assim como as pressões feitas pelo advogado Arnaldo Mesquita, tornaram possível ser observado por um médico externo, o Dr. José Barrias, um psiquiatra seu conhecido, a quem consegue subtilmente transmitir, durante uma consulta na presença vigilante do Dr. Ulisses e do agente Barreiros, a mensagem de que estava lúcido e a aguentar-se bem aos interrogatórios. Nesta consulta pode ver-se que o desapossamento dos direitos dos presos políticos chegava ao ponto de não terem sequer direito à privacidade de uma consulta com um médico.

Já quase no fim da sua detenção, Sérgio é levado pelo sub-inspector Acácio e o agente Barreiros à presença de Rosa Casaco, conhecido inspector da PIDE. Este ainda tentaria fazer Sérgio entrar em contradição ao questioná-lo sobre o envelope com os panfletos do PCP que os agentes tinham encontrado na sua casa. Em concreto, interrogou-o sobre se o envelope tinha selo ou não. Mas Sérgio, perfeitamente consciente da situação, volta a evitar a ratoeira e volta a afirmar nunca ter visto o envelope, e por isso alega não poder saber se o envelope tinha selo ou não. Sérgio recorda-se da irritação do famigerado inspector Rosa Casaco por não ter conseguido arranjar fundamentos para o incriminar.

A terceira prisão foi uma prisão de rotina, sem grande história. Depois de ter vários elementos da oposição referenciados, a PIDE tinha como prática comum prender alguns desses elementos, nas vésperas de algumas datas que, por norma, a oposição usava como forma de contestação ao regime, para desse

modo impedir que pudessem levar a cabo actividades de contestação que alterassem a ordem pública e tivessem demasiada visibilidade. Ora, quando Sérgio Valente é detido pela terceira vez, estava-se na manhã de 30 de Abril de 1973, véspera do 1 de Maio e ele era já então considerado pelo regime como um elemento destabilizador para poder ser deixado à solta em alturas como estas. Viria a estar preso com vários camaradas seus da oposição portuense, como Horácio Guimarães, Adriano Teixeira de Sousa, Nozes Pires, José Cardoso, entre outros, todos detidos numa mesma cela.

Como se tratava de uma detenção preventiva, os presos foram sendo libertados um a um ao longo do fim do dia do Primeiro de Maio, não sem antes serem chamados à presença de um inspector da PIDE que os advertiu para o facto de estarem a ser vigiados de perto e de puderem ser detidos a qualquer momento se fossem apanhados em «actividades subversivas». Só Nozes Pires ficou detido durante mais algum tempo.

O Regresso às Actividades da Oposição

Apesar das marcas traumatizantes que as prisões deixam em Sérgio Valente, este não deixará de regressar às várias formas de actividade política activa em que estava envolvido anteriormente. E importa aqui destacar alguns dos mais importantes acontecimentos em que Sérgio Valente vai participar como actor e fotógrafo/espectador.

O tipo de actividade política e cívica em que Sérgio Valente mais se vai envolver são os actos eleitorais realizados durante o Marcelismo, em 1969 e em 1973, para a Assembleia Nacional. A ditadura sempre mantivera a existência legal e formal das eleições, sem qualquer substância democrática; mas com o Marcelismo o escrutínio eleitoral teve a particularidade de constituir uma forma de legitimação do governo marcelista e do seu programa renovador, que visava uma reforma do regime político e uma descompressão das tensões da sociedade portuguesa. Nessa medida, foram permitidas algumas liberdades que vão criar mais espaço para o crescimento das actividades da oposição. Motivada por distintas estratégias de aproveitamento da abertura do regime e por dificuldades de entendimento para a definição de um programa mínimo comum para as eleições legislativas de 1969, a oposição vai organizar-se em duas estruturas distintas: a CDE (Comissão Democrática Eleitoral), que agrupava os comunistas, socialistas de esquerda e católicos progressistas; e a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) que representava os socialistas pró-ocidentais, os católicos moderados e alguns republicanos.

Sérgio Valente inclui-se na primeira daquelas organizações que, na cidade do Porto, assume a designação de CDP (Comissão Democrática do Porto), por falta de autorização do Governo Civil para poderem usar a designação utilizada no resto do país. E é enquanto fotógrafo e participante que faz a cobertura de vários comícios. De referir aqui a participação de Sérgio, não como fotógrafo, mas como orador e representante do MJT, no comício realizado no Cine-teatro Constantino Nery, em Matosinhos, por altura das eleições legislativas de 1969, com um discurso em que procurou galvanizar a comunidade de pescadores de Matosinhos, que nesse ano protagonizaram vários movimentos grevistas com impacto nacional. Nesse comício, participaram também importantes oradores como Papiniano Carlos, João Maia, Joaquim Ribeiro, Joaquim Felgueiras, Armando Bacelar, Virgínia Moura, Lobão Vital, José Cardoso, Teixeira de Sousa e Edgar Correia, entre outros.

Mais tarde, em 1973, volta a estar ligado a uma nova campanha eleitoral para eleições legislativas, mas desta vez numa plataforma eleitoral em coligação com os socialistas, o MDP/CDE. Já na fase final da falência do Marcelismo, vai assistir-se ao exacerbar da oposição, com o reconhecimento, por parte dos socialistas, do direito à auto-determinação e independência das colónias, com a sua aproximação aos comunistas e com a discussão e crítica aberta à Guerra Colonial, assunto até então considerado intocável. Esse último aspecto é bem patente nos vários cartazes exibidos nos comícios fotografados por Sérgio Valente, onde é denunciado o conflito colonial.

Assiste-se então a uma radicalização da oposição que está patente em dois acontecimentos bastante importantes que Sérgio Valente assiste e fotografa. O primeiro é o III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, realizado em Abril de 1973. Neste congresso, feito sob um clima de grande crispação, participam vários milhares de pessoas, entre as quais inúmeras personalidades ligadas à oposição ao regime, e discutem-se teses sobre

Três testemunhos dos dias que abalaram o regime

Um organizou, outro fotografou e outro assistiu

SÉRGIO VALENTE. Foi o fotógrafo oficial do congresso. Além de ficar para a posteridade um momento histórico, também estava em Aveiro no papel de antifascista. Tinha experiência de outras situações idênticas, em que o perigo e o medo eram bem perceptíveis. «O clima de intimação notava-se, a todo o momento a polícia podia entrar e acabar com o congresso.» Mas, por outro lado, «havia a sensação de que algo ia mudar». As forças policiais interferiram, de facto, na rua, para dispersarem a bastonada de antifascistas que se dirigiam ao túmulo de Mário Sacramento. E o fotógrafo, retido na escuridão de um estúdio improvisado, não pôde assistir ao acontecimento. Só mais tarde viu as cabeças ensanguentadas e as costas de manifestantes com as marcas da «abertura» marcelista.

ADRIANO TEIXEIRA DE SOUSA. Era estudante universitário, no Porto. Foi a Aveiro juntar-se aos que lutavam contra o fascismo. Na memória, guarda a imagem do Paulo, irmão mais velho, «harbaramente espancado pela polícia». Para Adriano, a unidade das diferentes correntes opositoras ao regime era o prenúncio do regresso da democracia. «O congresso constituiu um libelo acusatório do regime.» Como muitos outros congressistas, sentiu que estava a viver um momento histórico irreversível. O fascismo tinha os dias contados.

ANTÓNIO REGALA. Pertenceu à comissão executiva do congresso. «Valeu a pena», diz. «As conclusões de Aveiro definiram uma estratégia política a seguir até ao 25 de Abril. Pela primeira vez em Portugal, declaradamente, se falou contra a Guerra Colonial.»

as mais variadas questões. É neste congresso que os representantes dos vários movimentos da oposição defendem «o fim da Guerra Colonial, a luta contra o poder absoluto do capital monopolista e a conquista das liberdades democráticas».

O carácter extremamente violento com que as autoridades policiais reprimem a tentativa de romagem ao túmulo de Mário Sacramento, quando vários milhares de pessoas se concentravam na Ponte Praça (actual Praça General Humberto Delgado) a preparar-se para rumar em direcção ao cemitério (o que se pode ver, de forma indelével, pelas fotografias de Sérgio Valente, curiosamente, algumas das poucas do seu espólio que não foram feitas por si) dá bem conta da margem curtíssima que o regime concedia a qualquer tentativa de expressão livre por parte dos movimentos de oposição. Estava-se já numa fase em que, em completa inversão dos seus objectivos reformistas e em estado avançado de degradação da base social de apoio que havia conseguido durante os seus primeiros anos, o governo marcelista regressava a uma linha de actuação política ultra-conservadora e às anteriores práticas de repressão.

O outro acontecimento que virá assumir posteriormente um carácter mais anedótico, é o comício feito no Coliseu do Porto, em 31 de Janeiro de 1974. Neste comício, que contou com um Coliseu completamente lotado, era expressamente proibido pelas autoridades policiais que fosse abordada a questão da Guerra Colonial. A verdade é que, com os ânimos exaltados com o desgaste da situação, o conflito colonial é por várias vezes referido e condenado por vários dos oradores. Dois deles, os jovens estudantes universitários Pina Moura e Horácio Guimarães, envolvem-se num pequeno atrito com a PSP à entrada do Coliseu, onde são agredidos. No palco onde os oradores falavam, estava também o comissário Aníbal, uma espécie de comissário político que o regime costumava destacar para estes encontros, que interrompia constantemente os oradores sempre que se falava contra a Guerra Colonial ou no fim da ditadura. Já perto do fim do comício, dá-se a confrontação inevitável e alguns oradores, entre eles Teixeira de Sousa e Horácio Guimarães, disputam com o comissário Aníbal a posse do microfone, aqueles para que os oradores continuassem a usufruir da palavra, o outro para cortar esse direito. Este episódio viria a ser conhecido, mais tarde, como o “Bailado do Microfone”.

O comício termina, como quase sempre terminava, com a intervenção da polícia que procura encerrar o comício pela força, perante os apupos se “Palhaço!” e de “Marcelo, facista! Assassino!” das várias centenas de democratas. No calor da intervenção, Sérgio tem a oportunidade rara de fotografar de frente o comissário Aníbal, em pleno exercício da sua actividade repressiva. Mas este não se conteve de ver Sérgio fotografá-lo naquela posição agarrando o microfone e dá ordens a um graduado à paisana da PSP e a vários polícias que se encontravam nas laterais do palco para que o prendessem e lhe apreendessem o material fotográfico. Sérgio consegue fugir depois de se desfazer de três rolos já fotografados, que entregou à Fernanda Carvalho, e depois entrega a máquina e o *flash* ao Jorge Araújo, que se encontrava na plateia. Sérgio fugiu do coliseu disfarçado e protegido por vários camaradas, acabando por ser levado para a casa de duas amigas, Olinda Pinto e Madalena Cabral, onde permaneceu durante dois ou três dias até se certificar que tudo já estava calmo.

Apesar da espectacularidade e da intensidade das actividades da oposição que se tornaram possíveis sobretudo durante os períodos de campanha eleitoral, e cujo espaço de maior liberdade concedida pelo regime a oposição sempre aproveitou para chegar mais facilmente à população, embora consciente da sua reversibilidade e pouca durabilidade, estes momentos representavam uma excepção num quotidiano em que a expressão da oposição era muito controlada e vigiada. Mas a oposição aproveitava sempre os vários pretextos que tinha para desenvolver várias formas de contestação social. Por exemplo, aproveitando a comemoração de várias efemérides que constituíam sempre uma estratégia para contornar as proibições para a manifestação pública do activismo político oposicionista. Assim acontecia com o 31 de Janeiro (aniversário da morte de Abel Salazar), 5 de Outubro (Instauração da República), 8 de Março (Dia Internacional da Mulher), 24 de Março (Dia do Estudante) ou o 1 de Maio (Dia do Trabalhador), dias em que, a pretexto da comemoração de uma efeméride, surgiam sempre formas, mais ou menos públicas e subtis, de contestação do regime, sob a forma de romagens a túmulos de personalidades ou a importantes lugares de memória associados à oposição, de manifestações ou de comícios. Estes eventos eram sempre interrompidas com a intervenção das autoridades policiais. Exemplos de muitos deste tipo de acontecimentos são documentados pela objectiva de Sérgio Valente, como é o caso da romagem ao túmulo de Abel Salazar, de Anastácio Ramos, Rodolfo de Abreu ou a afluência ao funeral de Jofre Amaral Nogueira, em que participavam sempre importantes personalidades ligadas à oposição, como advogados (os mesmos que depois defendiam os presos políticos, a título gracioso), importantes intelectuais ligados às letras, ao jornalismo, à arte ou ao cinema, militantes comunistas, médicos, estudantes, por vezes alguns empresários progressistas.

Particularmente registada na memória de Sérgio, pelo envolvimento directo que nela teve, está a manifestação de 1 de Maio de 1971. Nesta manifestação, Sérgio Valente, sendo reconhecido como um militante activo e arrojado, foi encarregado pelo PCP, por intermédio de Henrique Sousa, de dar início à

manifestação de 1 de Maio. Tinha como missão erguer a bandeira nacional em plena Avenida dos Aliados, junto ao cruzamento com a Rua Sampaio Bruno, que seria o sinal para que as células do PCP, previamente organizadas, convergissem para junto de si e, desse modo, provocassem a adesão dos milhares de pessoas que, nesse dia, já estavam espalhadas pela baixa portuense na expectativa de que algo acontecesse. Por volta das 18h30, Sérgio Valente, Henrique Sousa e vários manifestantes que os acompanhavam, cortam o trânsito e é dado o sinal combinado. Sérgio recorda que para esta manifestação foram dadas instruções pelo PCP, para responder à violência da polícia. Por essa razão os vários militantes e simpatizantes do PCP que nela participaram foram munidos de chanfalhos para responderem à polícia, de pregos, para furar os pneus dos carros da polícia de choque, e de pimenta para atirar ao focinho dos cães da polícia. Esta manifestação vai dar origem a uma autêntica batalha campal, com a intervenção conjunta da polícia de choque, que estava perto da Câmara Municipal do Porto a aguardar os manifestantes, e de vários elementos identificados com uma pequena fita azul na lapela, que seriam legionários e agentes da PIDE que se haviam infiltrado entre os manifestantes. Como assumiu uma posição de destaque ao erguer a bandeira nacional, Sérgio foi um dos alvos da perseguição da polícia de choque e dos legionários. Graças à confusão gerada pela dispersão da multidão, conseguiu fugir. Desta manifestação, Sérgio recorda a violência com que os seus companheiros Jorge "Pisco", Francisco Tibúrcio, José Cardoso, Manuel Mota e António Lopes foram agredidos pela polícia de choque, por legionários e por agentes da PIDE, e a reacção que estes tiveram, respondendo também a essas agressões com os chanfalhos, a socos e a pontapés. Acabaram estes cinco por ser detidos pela polícia de choque e levados para a PIDE, onde ficaram presos cerca de vinte dias.

Sérgio Valente recorda-se também da manifestação de 15 de Abril de 1972, realizada contra a carestia de vida, que reuniu cerca de 40 mil manifestantes na baixa do Porto. Esta manifestação era o culminar de meses de protesto, de abaixo-assinados e de acções de sensibilização das populações. A juventude, acicatada pelo MJT, era a frente dinamizadora destes protestos. Sérgio foi aconselhado a não se expor muito nessa manifestação, uma vez que havia sido preso recentemente.

Para a mobilização da manifestação, completamente fora do ciclo das manifestações «tradiccionais» (31 de Janeiro, 8 de Março, 1 de Maio, 5 de Outubro, etc.) foram usados vários meios de agitação e propaganda (como a utilização de petardos de foguetes e cartazes de abertura controlada) à saída de fábricas, escolas e em zonas de grande afluência.

O regime receou o protesto e cortou completamente o trânsito automóvel nas zonas da Praça e da Avenida dos Aliados. Atacou em força e impiedosamente, com elementos das várias polícias e da Legião à paisana e com um forte dispositivo da polícia de choque. Foram presos, indiscriminadamente, manifestantes, simples curiosos e acidentais turistas, sendo quase todos mal tratados fisicamente. De entre os que foram presos na altura, para além dos que foram presos na véspera, Sérgio recorda-se do operário Domingos, da Luísa Peixoto, de Nelson Bertini e do Vaz, (estudante no liceu D. Manuel), que fizeram parte do grupo que só foi libertado na véspera do 1 de Maio.

As actividades de contestação e de oposição à ditadura também podia assumir a forma de pequenas excursões pelo rio Douro acima ou da realização de pic-nics e convívios feitos nos arredores do Porto e nas quais os vários militantes comunistas e elementos da oposição se encontravam. Sob o pretexto de actividades lúdicas, discutiam política em liberdade, ajudavam a formar a consciência dos novos elementos na luta, angariavam fundos para a luta da oposição e tomavam decisões sobre as acções de luta a desenvolver.

A comensalidade, na forma de almoços e/ou jantares realizados sob os mais variados pretextos, constituiu, por isso, um espaço privilegiado de actividade cívica, num país onde qualquer forma de manifestação pública era vigiada e reprimida pelas autoridades policiais. Sérgio também não deixou de cobrir vários destes jantares, onde participam, juntamente com muitos trabalhadores, várias personalidades da oposição, incluindo muitos intelectuais (Óscar Lopes, Armando de Castro, Raúl de Castro, Arnaldo Mesquita, Teixeira de Sousa, Virgínia Moura, Lobão Vital, José Morgado, José Afonso, António Tabora, José Cardoso e Macedo Varela), onde se discursava e onde se falava livremente e onde todos tinham oportunidade de se reunirem como forma de quebrar as relações fracturadas a que estavam sujeitos no dia-a-dia. Estes jantares desempenhavam «uma função agregadora decisiva» que procurava dar um sentido de continuidade social entre as pessoas envolvidas nos diferentes movimentos sociais em presença, como o Grupo dos Modestos, o CineClube do Porto, o Movimento dos Jovens Trabalhadores, o Movimento Democrático das Mulheres, as cooperativas culturais (como a Unicepe ou a Cooperativa Via Norte, o Clube dos Fenianos e a Cooperativa do Povo Portuense) ou ainda as plataformas eleitorais que se constituíram por ocasião dos escrutínios eleitorais, que já atrás referimos. Sérgio faz parte de vários destes movimentos, quando não participa mesmo na sua organização. Em 1971, por exemplo, e reconhecendo a oposição a dimensão que as prisões políticas assumiam na região do Porto, é um dos primeiros subscritores, juntamente com dezenas de outras pessoas, entre intelectuais e operários, para a fundação da Comissão Regional de Socorro aos Presos Políticos, formada com o objectivo de denunciar as prisões arbitrárias praticadas

pelo regime, para dar apoio jurídico aos presos e para apoiar materialmente às suas famílias.

Por outro lado, as reformas dos sindicatos nacionais feitas pelo governo marcelista, criaram condições para que estas estruturas do corporativismo português saíssem de uma quase completa letargia de décadas e, após longos anos de assédio por parte do PCP, se tornassem, também elas, importantes focos de agitação social contra o regime. Não era por acaso. Nos finais da década de 60, Portugal tinha, pela primeira vez, uma base sociológica significativamente importante para sustentar a emergência de um movimento operário. Isto porque, como se viu, graças às políticas de industrialização do Estado Novo, se operara uma importante alteração na estrutura da população activa portuguesa: em 1970, 33% da população activa estava empregada no sector secundário de actividades. Isto significava que, nesse ano, eram operários ou trabalhavam no sector industrial português mais de dois milhões de pessoas. Numa altura em que a sindicalização era obrigatória para a grande maioria dos trabalhadores portugueses, este facto transformou os sindicatos em verdadeiras estruturas de massas que, associadas a direcções sindicais desafectas ao regime, se revelaram bastante perigosas para qualquer estabilidade social. Na verdade, muitas direcções dos sindicatos nacionais, inclusivamente os mais importantes em números de associados e em quotizações, são conquistadas por listas de elementos ligados ao PCP ou a outros grupos da oposição, que dão um novo dinamismo ao sindicalismo português e passam a mobilizar os seus associados que acorrem aos milhares às assembleias gerais organizadas para a discussão e votação de contas e para a discussão de temas de interesse geral para os trabalhadores. Sérgio Valente documenta várias destas reuniões e assembleias gerais de sindicatos (nos Metalúrgicos, nos Têxteis, nos Bancários), que passam a realizar-se com maior frequência. Metalúrgicos, Bancários, Profissionais dos Seguros e Têxteis foram os sindicatos que, juntamente com alguns sindicalistas de outras áreas, assumiram o destaque na oposição ao corporativismo na cidade do Porto. Joaquim Sá, Alfredo “do Cobre”, António Mota, Vítor Ranita, Ângelo Ferreira, Adriano Nogueira Pereira, Ernesto Afonso, Ambrósio Lopes Vaz, David (Mineiro), Avelino Gonçalves, João Fonseca, Alberto Andrade, Gaspar Martins, Arlindo Fernandes, Joaquim Felgueiras e Armando Teixeira da Silva, são alguns dos nomes relevantes a destacar no movimento sindical do Porto. Entre os advogados constituídos como assistentes jurídicos do movimento sindical são de referir os nomes de João Amaral, José Afonso, António Tabora e Mário Brochado Coelho.

Os encontros de carácter mais cultural, não fossem os intelectuais, de uma forma geral, comprometidos com os movimentos da oposição, também assumiram um papel relevante enquanto espaços de oposição. Nesta medida, Sérgio e a sua objectiva estão presentes em alguns acontecimentos incontornáveis que poderíamos aqui designar como importantes para a história cultural do Porto das décadas de 60 e 70. São exemplos disso os encontros do CineClube realizado de 1967 a 1971, com a participação de cineastas, realizadores, técnicos, jornalistas e cinéfilos, como Manuel de Oliveira, José Fonseca e Costa, António Campos, Rui Mouzinho, André Oliveira e Sousa, Manuel Viegas, Faria de Almeida, Joaquim Médon, Alves Costa, Rui Lima Jorge, António Macedo, Alfredo Tropea, Sousa Lopes, Teixeira e Castro, António Cunha Teles, Manuel Fiúza, Fernando Condesso e José Gomes Bandeira; ou o lançamento da *Aparição*, de Virgílio Ferreira, na livraria Bertrand, no Porto, em 1969, onde estão presentes José Régio, Mário de Sacramento, Eugénio de Andrade, José Cruz Santos, Júlio Resende e Armando Alves, além do próprio Virgílio Ferreira; ou ainda o colóquio realizado no Clube dos Fenianos, em 1967, onde Alves Redol veio falar sobre a sua obra e onde estiveram presentes, entre outros, o juiz Sá Coimbra, o actor Rogério Paulo, Virgínia Moura, Dinis Jacinto, Artur Bártolo, Canijo, Arménio Losa e Ilse Losa.

Além disso, Sérgio não deixou de cobrir outros acontecimentos culturais importantes, como a exposição feita na Unicepe, cooperativa cultural da cidade do Porto, em 1965 ou 1966; as várias peças de teatro de vanguarda representadas no Grupo dos Modestos (1973) por vários actores portuenses conceituados, como Júlio Cardoso, Estrela Novais, Alfredo Correia, Diamantino Silvestre, Raúl Dique, Castro Guedes e António Reis (este último tendo sido também um destacado dirigente do Grupo dos Modestos). De salientar as peças *Histórias Para Serem Contadas e Humor Próprio*, onde entraram alguns destes actores referidos. No Grupo dos Modestos desenvolveram-se ainda muitas outras iniciativas, como colóquios e convívios. Esta foi, de resto, uma associação cultural com fortes tradições de convívio associativo e democrático nos anos que antecederam o 25 de Abril, à qual aderiram, no início da década de 70, vários jovens da oposição e do MJT. De destacar o papel relevante que Henrique Sousa do MJT teve dentro deste clube, como director e pelos contributos que deu para as actividades de animação cultural e para o teatro de vanguarda, assim como de toda a direcção da altura, responsável pelo renovado dinamismo cultural, democrático, interventivo e recreativo, num período em que a liberdade de expressão se encontrava seriamente em perigo.

Além de ter pertencido à direcção durante o ano de 1973 e de ter colaborado em várias actividades, antes e depois deste ano, Sérgio fez a cobertura fotográfica de muitas iniciativas, como exposições de pintura e de desenho, de uma peça de fantoches para crianças ou as referidas peças de teatro aí representadas.

Além destas associações de carácter sócio-recreativo, entre os anos de 1969 e 1974 Sérgio não

deixou de fotografar várias outras iniciativas de outras associações e cooperativas culturais, de associações estudantis (como a República dos Lisos ou a República 24 de Março) ou dos movimentos cívicos, alguns já referidos, como o MDP/CDE e Movimento de Jovens Trabalhadores, mas também do Movimento Democrático de Mulheres, com particular destaque para os convívios organizados com cantores de intervenção bastante conhecidos, como Zeca Afonso, Manuel Freire, Fausto, Luís Viegas, Fernando Martins e Victor Valente. Entre eles também se podia encontrar o actor e declamador de poesia Mário Viegas.

Se, depois de tudo isto, se torna inegável o valor histórico e patrimonial do espólio fotográfico de Sérgio Valente enquanto documentos que capturaram sequências de vários acontecimentos relevantes, ele é também importante como fonte de conhecimento sobre todos aqueles que neles tomaram parte, de ambos os lados. E aí podemos constatar o público envolvimento político de muita da elite política e intelectual, da altura e futura, nos movimentos de oposição. Entre algumas dessas personalidades, muitas das quais já aqui fomos referindo, encontramos Óscar Lopes, Armando de Castro, Raúl de Castro, Maria Barroso, Pereira de Moura, João Sarabando, Carlos Candal, Lindley Cintra, Carlos Candal, Flávio Sardo, António Neto Brandão, José Vareda, António Reis, Virgínia Moura, Lobão Vital, Macedo Varela, Cassiano Abreu Lima, Alexandre Barros, Teixeira de Sousa, Rui Sarmiento, Mem Verdial, Nuno Teixeira Neves, César de Oliveira, Papiniano Carlos, César Príncipe, João Maia, Arnaldo Mesquita, Sousa e Castro, Zeferino Coelho, Edgar Correia, Frederico Silvestre, Jorge Araújo, Egito Gonçalves, Armando Alves, Vasco Graça Moura, Vital Moreira, Humberto Soeiro, Coelho dos Santos, António Macedo, José Luis Nunes, Carlos Cal Brandão, Mário Cal Brandão, Luis Alves de Carvalho, Vilhena de Andrade, Fernando Namora, Victor Sá, Neves Fernandes, Sottomaior Cardia, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco da Gama Fernandes, Lino Lima, Henrique de Barros, Lino de Carvalho, José Tengarrinha, Santo Simões, Roque Lino, Marcelo Curto, Arons de Carvalho, Medina Carreira, Joaquim Felgueiras, Armando Bacelar, José Morgado, Joaquim Ribeiro (um dos primeiros prisioneiros do Tarrafal, que esteve a cumprir uma pena de dezasseis anos de degredo por haver participado na Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936), entre muitos outros, uns que viriam a fazer parte da elite política e cultural do Portugal democrático, outros que não deixariam de ser cidadãos anónimos.

Por outro lado, vemos também os agentes e os inspectores da PIDE, as autoridades policiais e os "bufos" que o regime utilizava para se infiltrarem entre os elementos da oposição. E que até às vésperas do 25 de Abril faziam sentir sobre a organização comunista clandestina as consequências nefastas das suas acções. É paradigmático o caso de José Carlos de Almeida, o referido funcionário clandestino do PCP com actividade no distrito do Porto (que chegara a ser controlador de Sérgio Valente) que, cinco dias antes do 25 de Abril em 1974, tinha um encontro marcado em Rio Tinto, para de manhã cedo, com dois camaradas operários têxteis: um de nome Rodrigues, que tinha sido ligado ao Partido há pouco tempo, e Celso, militante do Partido há mais de uma dezena de anos e da maior confiança das estruturas do Partido. A esse encontro só chegam a aparecer Rodrigues e José Carlos de Almeida, que são algemados e detidos por dez agentes da PIDE. José Carlos de Almeida seria levado para a prisão de Caxias nesse mesmo dia à noite - sendo libertado no dia 26 de Abril de 1974, mas Rodrigues seria libertado no dia seguinte à detenção de ambos com a intenção deliberada de fazer recair sobre ele as suspeitas de ter sido o delator. E, de facto, viria a sofrer por isso ameaças por parte de alguns elementos do PCP. Só mais tarde, depois de 1 de Maio de 1974, se viria a esclarecer toda a situação e a descobrir-se que era Celso, um elemento então considerado insuspeito, o verdadeiro informador da PIDE (ou "bufo", como eram designados). Celso fora, de facto, e durante anos, um militante comunista activo, tendo resistido a duas prisões, cedendo à PIDE só na terceira prisão, altura em que passa a ser informador da polícia política.

O registo fotográfico, mas sobretudo a vida de Sérgio Valente servem também para dar a conhecer quais os espaços de sociabilidade mais relevantes e que, na cidade do Porto, constituem os principais referenciais espaciais da memória da oposição ao Estado Novo. São eles a Praça da Liberdade e a Avenida dos Aliados, onde quase invariavelmente iam desembocar todas as manifestações públicas contra o regime e que era, precisamente por isso, um dos principais palcos da repressão do regime na cidade do Porto; a Rua 31 de Janeiro; o cemitério do Prado do Repouso, para onde se faziam muitas romagens de homenagem a várias individualidades conotadas à oposição; a delegação da PIDE no Porto, que ficava mesmo ao lado, onde a polícia política era desafiada/provocada por aquelas manifestações, mas importante sobretudo porque constituía o símbolo máximo da repressão do regime na cidade do Porto, uma vez que eram lá interrogados e espancados muitos presos políticos; o Tribunal de S. João Novo, onde se fizeram vários julgamentos plenários e que era o símbolo das arbitrariedades a que se permitia a ditadura que recorria ao sistema judicial para caucionar a subversão das suas próprias leis; as sedes de vários sindicatos nacionais; o Coliseu do Porto ou um qualquer dos pequenos cine-teatros ou salas de espectáculos da cidade do Porto ou dos concelhos vizinhos, como a sala da FNAT, na Praça da Batalha, onde se realizaram várias assembleias sindicais, o cine-teatro Constantino Nery, em Matosinhos,

o cine-teatro Vitória, em Rio Tinto, o cine-teatro Nun'Álvares, no Porto, onde se realizaram vários comícios eleitorais e comemoraram várias efemérides, como o Dia do Estudante ou o Dia da Mulher; o espaço de uma qualquer associação recreativa e/ou cultural, as mais importantes das quais foram o CineClube do Porto e os Modestos, onde se realizavam encontros de carácter eminentemente cultural, que tinham sempre subjacente a veiculação de uma mensagem política, ou sessões de esclarecimento sobre vários assuntos; os cafés da baixa portuense, os mais importantes dos quais eram A Brasileira, o Águia d'Ouro, o Guarani, o Estrela d'Ouro, o Ceuta, o Piolho ou o café Rialto, onde em surdina se conspirava e se pensavam formas de luta contra o regime, onde se discutia política e se trocavam opiniões, onde se recrutavam e avaliavam novos elementos para a oposição e onde se estabeleciam redes de contactos; ou, ainda, as repúblicas de estudantes universitários, como a República 24 de Março e a República dos Lisos, sendo esta última a mais importante e activa do Porto. E, porque não referir aqui, o próprio estúdio de fotografia de Sérgio Valente, na Rua Entreparedes, para quem este foi um dos mais importantes espaços de sociabilidade, por onde passaram dezenas de jovens que levavam para casa os livros da biblioteca aí existente e onde depois trocavam opiniões sobre os mais diversos assuntos. Neste espaço foram feitas algumas reuniões semi-clandestinas do MDP/CDE e foram tomadas várias decisões de luta contra o regime.

O envolvimento sempre activo de Sérgio Valente e os contactos que foi mantendo com várias pessoas da oposição foi-lhe permitindo ter uma percepção mais esclarecida acerca da evolução do regime. E isso deu-lhe a noção, pelo menos numa visão retrospectiva, do seu fim, em alguns acontecimentos em que participa. Foram, particularmente, o jantar de homenagem a Óscar Lopes, a escassos cinco dias de se dar o 25 de Abril, onde se fala abertamente do regresso de Álvaro Cunhal e de Mário Soares; o já referido comício do 31 de Janeiro de 1974, no Coliseu do Porto; e a informação que Henrique Sousa lhe dá, a dois dias do 25 de Abril, sobre a eventualidade de alguma coisa se poder vir a passar daí a uns dias, que lhe tornaram perceptível a iminência do fim da ditadura.

Quando se dá o 25 de Abril, é o culminar de anos de luta e de tensões acumuladas que explodem em manifestações de rua. Nas primeiras horas, Sérgio ainda tem algumas dúvidas sobre se se tratava de um golpe militar dos sectores mais reacçãoários do regime ou se era um golpe para o derrubar. Mas desde cedo se apercebeu que era qualquer coisa de importante que estava a acontecer. Por isso, não tardou a dirigir-se para o centro de tudo, a baixa portuense, para de alguma forma procurar saber o que se estava a passar. Passa todo o dia de 25 de Abril de 1974 em manifestações nas ruas do Porto. Nesse dia, a polícia, ainda sob o comando de Santos Júnior, carrega sobre os manifestantes e, por ironia, Sérgio Valente ainda é agredido pela PSP com uma bastonada na testa no primeiro dia de liberdade, tendo que ser suturado com dois agrafos no posto da Cruz Vermelha, na Rua Fernandes Tomaz, onde, ainda sem a certeza de qual a evolução dos acontecimentos, fornece um nome falso à enfermeira que o atende.

Mais tarde, na noite de 25 de Abril, dirige-se com os milhares de manifestantes à delegação da PIDE, na Rua do Heroísmo. No caminho deparam-se com a polícia de choque concentrada na Rua Rodrigues de Freitas, perto do Largo de São Lázaro, que volta a carregar à coronhada e bastonada sobre os manifestantes para os impedir de chegar à PIDE. Foi nessa altura que Sérgio, juntamente com outras pessoas, foi falar com um oficial do Exército (um grupo de militares havia aparecido pouco depois da carga da polícia de choque) pedindo-lhe que impedisse a polícia de atacar os manifestantes. Pouco depois, a polícia retirou-se. Mas, ainda assim, quando os manifestantes passaram em frente das instalações da polícia, esta ainda dispara uma rajada de tiros, que voou sobre as suas cabeças, levando a uma nova intervenção dos militares que obrigaram a polícia a recolher definitivamente para dentro das instalações da esquadra.

Sérgio participou nas manifestações que se fizeram em frente à delegação da PIDE durante toda a madrugada, estando acompanhado por Jorge Araújo, Matilde Araújo e vários jovens, regressando mais tarde a casa, não sem antes assistir às agressões de que dois agentes da PIDE são alvo por parte do grupo de jovens manifestantes que estavam ao seu lado. Soube depois que, na manhã do dia 26 de Abril, todos os presos políticos haviam sido libertados e que a população havia danificado várias viaturas da PIDE que estavam estacionadas no Largo Soares dos Reis, em frente à delegação da PIDE. Os agentes da PIDE que estavam ao serviço haviam já sido detidos pelos militares do Movimento das Forças Armadas (MFA). Na tarde desse dia Sérgio dirige-se para a Praça da República onde vários milhares de manifestantes prestavam homenagem aos militares.

Uma semana depois, nas comemorações do 1 de Maio, voltariam às ruas do Porto as manifestações de júbilo. Sérgio, por indicação do PCP, volta a ser incumbido de fazer parte da organização e condução, juntamente com algumas dezenas de operários metalúrgicos e de outros sectores profissionais, da primeira manifestação do 1 de Maio feita em liberdade. A concentração começou junto ao Sindicato dos Metalúrgicos, que se considerava a vanguarda da classe operária.

manifestação organizada teve início com muitos milhares de pessoas iniciando a subida da Rua 31 de Janeiro, passou pela Rua Santa Catarina até à Rua Gonçalo Cristóvão, passou em frente à sede do MDP/CDE, contornou a Rua de Camões e regressou à Avenida dos Aliados. Quando aí chegou, Sérgio Valente vê com muita alegria e emoção um acontecimento único e difícil de descrever: mais de 150 mil pessoas

já se encontravam concentradas até à Praça da Liberdade a assistir aquele que virá a ser conhecido como o maior comício de sempre realizado na cidade do Porto.

Estes momentos de grande apoteose constituíram para Sérgio Valente, assim como para várias centenas de milhares de pessoas, o corolário de muitos anos de luta contra a ditadura fascista, marcados por grandes sacrifícios pessoais. Mais de 35 anos depois, Sérgio nunca se arrependeu de arriscar a vida e de lutar, por nunca ter sabido viver num Portugal amordaçado. Nestes dias de Abril e de Maio, Sérgio viu concretizar-se o maior sonho da sua vida de ver cair a ditadura fascista e de poder sentir finalmente o prazer de viver em liberdade!

1958



Cerca de 150 000 pessoas aguardava a chegada do General Humberto Delgado, em frente à Estação de S. Bento, no Porto, em 1958.



General Humberto Delgado saúda a multidão reunida em frente à sua sede de campanha no Porto, na Praça Carlos Alberto, durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, em 1958.

1964



Almoço comemorativo do 1.º aniversário da Unicepe, Cooperativa Livreira, ligada ao movimento estudantil do Porto, realizado no restaurante da Legião Portuguesa, em Massarelos, em 1964.

A ideia de comemorar neste restaurante foi uma estratégia dos organizadores de forma a desviar as atenções do aparelho repressivo do regime fascista de Salazar. Aqui vêem-se alguns jovens estudantes que aguardavam pelo início do almoço: Joaquim Almeida Ribeiro (de óculos), Eugénia Lopes, Manuel Andrade e Maria José Freitas (em cima); José Garrett e Lusitano Correia (em baixo).





À mesa reconhecem-se Joaquim Almeida Ribeiro, Lusitano Correia e João Viana Jorge (em baixo).



Outra perspectiva do almoço do 1.º aniversário da Unicepe.

1965



Realização da II Feira Universitária do Livro, nas instalações da Unicepe, na Praça Carlos Alberto, no Porto, em 1965/66.



Recepção da II Feira Universitária do Livro. A meio da mesa, Marcela Torres.



Mário Pedrosa (à esquerda) e Eduardo Cardoso (à direita) foram alguns dos visitantes desta feira.

1967/68



Colóquio sobre a escrita e a censura no lançamento de uma das obras de Alves Redol, no Clube dos Fenianos Portuenses, em 1967/68. Entre os participantes, além de Alves Redol (ao centro), reconhecem-se Virgínia Moura, Dinis Jacinto, Artur Bártolo e Sá Coimbra (este último, magistrado do Porto).



De pé, na segunda fila, está Canijo no uso da palavra.



Nesta perspectiva do colóquio reconhecem-se na assistência, no centro, o actor Rogério Paulo, a escritora Ilse Losa e o seu marido, o arquitecto Arménio Losa.



Abel Costa, Aldina Frias e Óscar Lopes.



Joaquim Almeida Ribeiro, Rui Castro, Armando Morais e Castro e Carlos Lafuentes.

Jantar de convívio pelo 5.º aniversário da Unicepe e realização da VII Feira Universitária do Livro, em 1968. Entre os participantes, estão Joaquim Almeida Ribeiro, Cassiano Abreu Leiria, Sérgio Babo, João Viana Jorge, Sousa Pereira e Victor Mateus Branco.



Em pé, no uso da palavra, Amílcar Ribeiro, sócio fundador n.º 1 da Unicepe. Sentados estão Rui Castro, Joaquim Almeida Ribeiro, Cassiano Abreu Lima, Sérgio Babo, João Viana Jorge, Sousa Pereira e Victor Mateus Branco.



No uso da palavra, Abel Costa.

Intervenção de Edgar Correia, ladeado por Laura de Jesus, José Cardoso, Óscar Lopes, Abel Costa e Aldina Frias.



Elementos da República 24 de Março presentes no jantar na VII Feira Universitária do Livro e 5.º aniversário da Unicepe: Luís Ricardo, Mário Lopes, Abel Freitas, Artur, Miguel Bento, Jorge Matos e Cipriano Ricardo "Pepito", na fila de cima; Roberto Amaral, Alexandre Sacadura ("Xana"), Victor Mateus Branco, Mendonça, José Alberto e Agostinho Lopes, na fila de baixo.



Romagem ao túmulo do Professor Rodolfo de Abreu, no cemitério de Paranhos, por ocasião do 2.º aniversário da sua morte, em 1968. Óscar Lopes intervém durante a romagem.



Alexandre Barros.

Entre os presentes estavam também Alberto Proença, Laura Valente, Margarida Barros Moreira, Bernardino, Luís Alves de Carvalho, Maximiano Silva, Santos Júnior e Viriato Moura.





*Montra da Livraria Bertrand, na Rua 31 de Janeiro (na altura, Rua de Santo António), no Porto, aquando do lançamento do livro *Aparição* de Vergílio Ferreira, em 1968.*



Sessão de autógrafos com Vergílio Ferreira e alguns dos seus leitores, entre os quais Isabel Lagoa e Luísa Carvalho Lagoa.



Eugénio de Andrade, José Régio e Vergílio Ferreira (da esquerda para a direita).



José Régio e Mário Sacramento.



*Lançamento da
Aparição, no Porto,
em 1968. Eugénio
de Andrade, José
Régio, Vergílio
Ferreira, Júlio
Resende, José Cruz
Santos e Armando
Alves.*



Romagem ao cemitério de S. Mamede, em homenagem a Anastácio Ramos, em 1968. Neves Fernandes é o orador. Presentes estão José Salvador, Zé "Barbeiro", Celeste Fernandes, Zé Manel, Augusto Teixeira e Laura Valente.



Zé "Barbeiro", no uso da palavra. Ao seu lado, Nerina Miranda, Manuel Azevedo, Laura Valente e Diamantino de Carvalho.



Lálide de Anastácio Ramos, operário e activista político, conhecido pelos seus dotes de oratória.



CineClube do Porto, 1967/68. Colóquio que contou com a presença do realizador de cinema Manoel de Oliveira. José Gomes Bandeira está à sua esquerda.



Aspectos da assistência, onde se reconhecem António Campos, Ruivo Mouzinho, Rui Lima Jorge, Manuel Ribeiro e Jorge Faria.

1969

Zeca Afonso, um dos mais emblemáticos cantores de intervenção portugueses do século XX numa sessão de convívio para comemorar o Dia Internacional da Mulher de 1969 (8 de Março), nas instalações da Cooperativa Árvore organizada pela Cooperativa Confronto.



Entre a assistência está Elsa César, Benilde Viana ("Nini"), Virgínia Alves, Rui Fernando Figueiredo, Albertina Lemos, Maria Armanda Teles, Sampaio e Castro, Palmira Sampaio e Castro e Ruth Rodrigues.



Mais participantes para ouvir e conviver com Zeca Afonso. Reconhecem-se Carolina Castro, Matilde Bento, Henrique Magalhães, Manuel Fiúza, Victor Freire e Ruth Rodrigues.



Nesta fotografia reconhecem-se Sérgio Babo, Frederico Teixeira, Maria do Carmo Santos, Ana Maria Borges e Teresa Felgueiras, entre outros.



Aqui podemos ver Margarida Barros Moreira, Laura Valente, Sampaio e Castro e Palmira Sampaio e Castro.



Outro aspecto do convívio com Zeca Afonso. Com mais participantes, como Sílvia Santos Graça, Branca Castro, Rui Fernando Figueiredo e José Pedro Figueiredo.

Na continuação das comemorações do Dia Internacional da Mulher, em 1969, realizou-se uma mesa-redonda nas instalações da Ordem dos Engenheiros no Porto, organizada pela Cooperativa Confronto. Esta mesa-redonda, subordinada ao tema «A Mulher, a Sociedade e a Cultura», contou com a participação de Augusto Abelaira, Natália Nunes, Dulce Rebelo, Helena Portas e Velasco Hugo Fernandes. Mário Brochado Coelho, em pé, foi quem abriu a sessão.





Na assistência podem identificar-se Egito Gonçalves, Célio Costa, José Castro, Maria José Gouveia, Felisberta Reis, Luís Gouveia, António Araújo, Adelaide Araújo, Virgínia Alves, Arnaldo Mesquita, Maria Armada Teles, Hernani Silva, Maria José Ribeiro, David "Mineiro", Henrique Sousa, Machado Castro, Sílvia Santos Graça, Fernando Cunha, Eduardo Cardoso, Ruth Rodrigues, Victor Freire, António Graça, Arnaldo Araújo, Clotilde ("Clo") e Armando Castro. Em baixo reconhece-se Nuno Teixeira Neves, Alberto Soares Lopes e esposa.





Estudantes reunidos no famoso "Piolho", café do Porto muito frequentado por estudantes, professores universitários e por vários artistas e intelectuais da cidade do Porto. O "Piolho", café com cerca de 100 anos de história, era e continua a ser um dos mais emblemáticos espaços de convivialidade da cidade do Porto, palco de muitas tertúlias e conspirações. Na tertúlia aqui fotografada estão Teresa Felgueiras, Sousa Lopes, Tito Amorim, Adolfo Neves e Manuel Resende. Decorria o ano de 1969.



Passeio-convívio de barco à foz do rio Sousa, em 1969, organizado por trabalhadores e jovens do MJT. No barco, reconhecem-se João Moreira, Laura, Bernardino Pimenta, Florindo, Henrique Sousa, Teresa Felgueiras, Pedro Abecassis, Carlos Queirós, Victor Pires e Rui Caetano.





Passeio-convívio à foz do rio Sousa. Neves Fernandes fazendo uma sátira ao programa Conversas em Família de Marcelo Caetano.



Entre os convivas estão Joaquim Felgueiras, Margarida Barros Moreira, Alfredo Vilar, Joaquim Sá, Carlos Queirós, Teresa Felgueiras, Pedro Abcassis, Frederico Teixeira, Víctor Pires, Eduardo Cardoso, Henrique Sousa, Augusto Baptista, João Moreira, António Mota, Nélsón Bertini, Laura Valente, Sérgio Moreira Valente, Adriano Pereira, Joaquim Sá e Celso.



O grupo posa para a posteridade. Na fotografia podem ver-se Joaquim Sá, Zé "Barbeiro", Néilson Bertini, Armando Proença, Diamantino Carvalho, Victor Pires, Maria João Abecassis, Alberto Barros Moreira, Laura Valente, Sérgio Valente, Sérgio Moreira Valente, Dina Moreira Valente, Augusto Teixeira, Fernando Pires, António Pires, Henrique Sousa e Mário Baptista.



No regresso do passeio-convívio à foz do Sousa, em 1969, sob o tabuleiro inferior da Ponte D. Luiz I. Nesta fotografia vêem-se Augusto Baptista, João Moreira, Henrique Sousa, Victor Pires, Mário Baptista, Dina Valente, Florinda e Bernardino Pimentel.

Romagem ao cemitério do Prado do Repouso (Porto), no 5 de Outubro de 1969. Óscar Lopes (em cima) e Carlos Cal Brandão (em baixo) são os oradores. Entre a assistência encontram-se António Macedo, João Maia, Edgar Correia, Alexandrina Soares, Santos Júnior, José Dias Coelho, Branca de Lemos e Artur Carvalho.





Numa outra panorâmica da multidão presente na romagem do 5 de Outubro de 1969, reconhecem-se, entre outros, Mário Cal Brandão, José Luís Nunes, António Macedo, Virgínia Moura, João Maia, Armando Bacelar e Zé "Barbeiro", que ouvem os oradores sob a apertada vigilância da autoridade policial, de presença obrigatória nas actividades públicas da oposição democrática.

Noutra perspectiva podem ver-se Mário Cal Brandão, Zeferino Coelho, Luís Gouveia, Felisbela Reis, Armando Bacelar, Armando Castro, Alexandre Barros, Adelino ("ourives"), António Lopes, Agostinho Castro Lopes, Joaquim Felgueiras e Raúl Nogueira.



Alguns cartazes são exibidos durante a romagem. Podem ver-se na fotografia Bernardino, Alexandre Barros e Mem Verdial.



Depois das intervenções desfilaram em direcção à campa de Abel Salazar. Henrique Sousa e Bernardino Pimenta seguram o cartaz. Na frente vê-se Alexandrina Soares



Zé "Barbeiro", elemento da oposição portuense, deposita um ramo de flores na campa de Abel Salazar. Vê-se, do lado direito, Francisco Cordeiro.



Comício da Comissão Democrática do Porto (CDP) para a campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1969, no Coliseu do Porto. Num dos espaços mais importantes para a história da oposição democrática do Porto, fizeram-se algumas das mais significativas manifestações cívicas contra o Estado Novo. Entre os muitos presentes no palco, reconhecem-se Alexandre Barros, Frederico Teixeira, Francisco José Hortas, Armando Bacelar, Óscar Lopes, Zeferino Coelho, Armando Castro, Coelho dos Santos, Papiniano Carlos, Mem Verdial, Virgínia Moura, Joaquim Felgueiras e Teixeira de Sousa.

Óscar Lopes, interveniente em todos os comícios em que participava.



Panorâmicas da enchente do Coliseu. Entre a multidão podem identificar-se, entre muitos outros, António Veloso de Pinho, Fernando Cunha, (em cima) Vladimiro Lenine, Alexandrina Soares, Irene Castro, Carolina Castro, Alzira Leite, Sérgio Leite, Rui Castro e Carolina Castro (em baixo).





Mais um aspecto do Coliseu onde se pode ver Alzira Leite, Sérgio Leite, Rui Castro, Olívia de Vasconcelos, Maria José Ribeiro, Maria José Gouveia e Zé Manel.



Mais uma prova da participação maciça da população. Na galeria e na geral vêem-se palavras de ordem das mais importantes reivindicações populares afixadas por toda a sala. Conseguem-se identificar, na primeira fila do balcão, Laura Valente e o seu pai, Alberto Sá Moreira.

Entre a multidão presente podem identificar-se Bernardino, Ângelo Ferreira, Rosa Ferreira e Sousa Lopes.



Na galeria, algumas caras conhecidas, entre elas Agostinho Lopes, Agostinho Castro Lopes, Mário Viegas, Edgar Correia, Helena Medina, Eduardo "Obelix", Vasco Paiva, Joaquim Felgueiras, Manuela Felgueiras, Alexandre Almeida, Nunes, Alfredo "do Cobre", Francisca (esposa de Alfredo "do Cobre"), Machado de Castro, Nozes Pires, Pedro Baptista, Libertário Pinto, Lusitano Correia, Zé Manel, Barbot, Nogueira, Ângelo Sousa e Fernanda Castro.



Intervenção de Armando Cotta.



Aspecto geral do palco do Coliseu.

Armando Castro no uso da palavra, numa das muitas intervenções em que traçava o retrato da economia portuguesa da altura.



Na mesa, os vários oradores, aplaudindo de pé a intervenção de Armando de Castro. Reconhecem-se (da esquerda para a direita) João Maia, Armando Bacelar, Mem Verdial, Virgínia Moura, Coelho dos Santos, Joaquim Ribeiro, Papiniano Carlos, Zeferino Coelho, Joaquim Felgueiras, Teixeira de Sousa e Francisco José Hortas.



Uma panorâmica geral da enchente do Coliseu.



Eleições legislativas de 1969. Comício no Cine-teatro Constantino Nery, em Matosinhos. (Nem sempre Sérgio Valente está por detrás da objectiva. Podemos vê-lo aqui a intervir como um dos oradores.) Participaram ainda Nozes Pires, Lobão Vital, José Cardoso, Joaquim Ribeiro, João Maia, Armando Bacelar, Virgínia Moura, Armando Castro, Teixeira de Sousa, Papiniano Carlos e Joaquim Felgueiras.



Sérgio Valente no final da sua intervenção. Atrás de si, no palco, Papiniano Carlos, Virgínia Moura, Armando Castro, Joaquim Felgueiras e José Cardoso. Podemos ver ainda, do lado esquerdo da fotografia, Artur Silva Moreira.



Joaquim Ribeiro a usar da palavra. Sentados podem ver-se José Cardoso, Armando Bacelar e João Maia.



Armando Castro discursa no encerramento do comício para as eleições legislativas de 1969.



Centenas de democratas estiveram presentes no Cine-teatro Constantino Nery, com as habituais reivindicações claramente expressas. Presentes, entre outros, estão Eunice Salgado, José Salgado, José Mendonça, Luís Gouveia, Maria José Gouveia, Felisberta Dias, Alzira Leite, Sérgio Leite, Frederico Teixeira e Sara Silva.

Eleições legislativas de 1969. Sessão da campanha eleitoral da Comissão Democrática do Porto (CDP) no Cine-teatro de Coimbrões, Vila Nova de Gaia. No uso da palavra, Alexandre Barros, ladeado por Raúl Castro, Teixeira de Sousa, Virgínia Alves, Virgínia Moura, Joaquim Felgueiras, José Cardoso e Francisco José Hortas.



Virgínia Alves usa a palavra.



Intervenção de António Magalhães.



*Panorâmica do
Cine-teatro de
Coimbrões. João
Maia usa a palavra.*



*Centenas de
democratas
aplaudiram de pé
os oradores.*



Eleições legislativas de 1969. Comício no Cine-teatro Vitória, em Rio Tinto. Sob o olhar vigilante de um oficial da GNR, Teixeira de Sousa, no uso da palavra, acompanhado por outros oradores, como Zeferino Coelho, Virgínia Moura, Francisco José Hortas, Papiniano Carlos, Lobão Vital e José Cardoso. O cartaz pendurado na cortina lembra as agressões de que foi alvo Rui Luís Gomes, nesta mesma sala, em Julho de 1951, por altura da campanha eleitoral para a Presidência da República daquele ano, em que foi candidato pela oposição democrática.



Zeferino Coelho, dirigente do movimento estudantil do Porto, em mais uma das suas intervenções.



Lobão Vital, um dos grandes resistentes contra a ditadura fascista, no uso da palavra.



Duas panorâmicas do público presente neste comício para as eleições legislativas de 1969, no Cine-teatro Vitória em Rio Tinto. Entre outros, podem ver-se Alda Gomes, irmã de Rui Luis Gomes (fotografia de cima). Em baixo pode ver-se Rui Sarmento, Adriano Teixeira de Sousa, Emília de Sousa e Armindo Mendo.



Eleições legislativas de 1969. Na sede da CDP vários opositoristas intervêm perante uma assembleia de algumas centenas de pessoas. Os oradores são Mem Verdial (à esquerda) e Nuno Teixeira Neves (à direita). Presentes estão ainda Armando Bacelar, José Luís Nunes e Joaquim Felgueiras.



De pé, na mesa, estão Joaquim Felgueiras, Joaquim Ribeiro (um dos primeiros prisioneiros da prisão do Tarrafal) e a sua filha, Maria José Ribeiro, aqui a intervir.



Como oradores estão José Cardoso (à esquerda) e Alfredo “do Cobre” (à direita), ladeados por Augusto Teixeira, António Mota, Joaquim Felgueiras, Joaquim Ribeiro e Maria José Ribeiro.



Eleições legislativas de 1969. César de Oliveira é o orador. São ainda reconhecíveis Adolfo Neves e Francisca (esposa do Alfredo “do cobre”).



Eleições legislativas de 1969. Mais um comício da Comissão Democrática do Porto (CDP), agora no Cine-teatro Carlos Alberto (Porto). Entre os vários oradores podemos ver Laura Valente, Augusto Teixeira e Pedro Abecassis; na mesa, podemos observar também, Zeferino Coelho, António Mota, Júlio Sereno, Edgar Correia e Sousa Pereira.



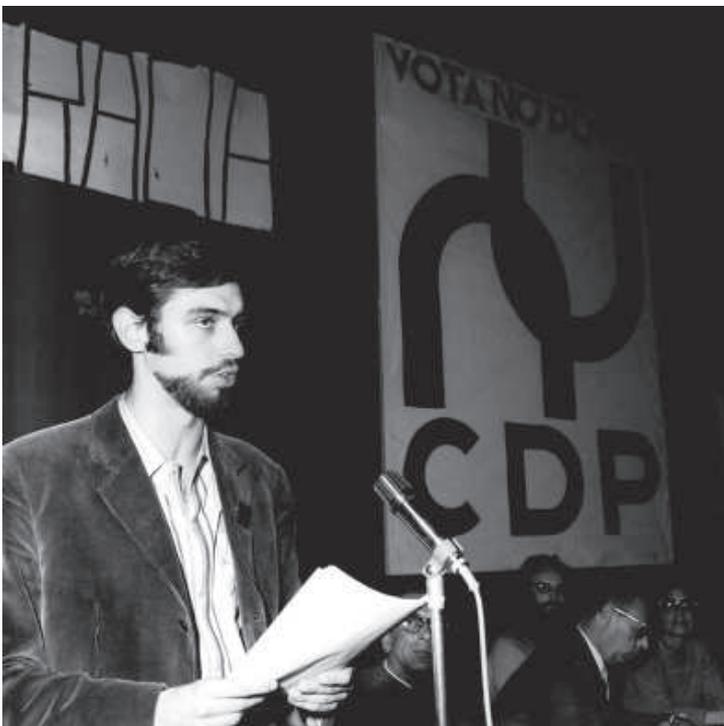
Na plateia reconhece-se, entre muitos outros, Neves Fernandes.



Entre os democratas presentes na plateia do cine-teatro Carlos Alberto, no Porto, estão, na primeira fila, Santos Júnior, Virgínia Moura, Joaquim Felgueiras; ao fundo podemos ver ainda Pedro Baptista, Vítor Valente, Francisco Melo, Carlos Queirós, Carlos Lafuente, Manuel Resende e Pacheco Pereira. Mário Viegas e João Frois vêem-se no primeiro balcão (terceiro a contar da direita).



Eleições legislativas de 1969. As várias personalidades da oposição portuense faziam campanha eleitoral em toda a região do grande Porto. Aqui, no Cine-teatro Garrett (Póvoa do Varzim), José Cardoso discursa na presença de Joaquim Felgueiras, Armando Bacelar, Zeferino Coelho, Virgínia Moura, Armando Castro, Ruth Rodrigues e Víctor Freire.



Outras intervenções de Víctor Freire e de Ruth Rodrigues.



Perspectiva da plateia do Cine-teatro Garrett, onde os cartazes afixados demonstram a coragem da oposição democrática em afrontar a ditadura com assuntos proibidos pela censura. Na fotografia de baixo podemos ver João Fonseca, Manuel Lopes e Celeste Alves, entre muitos outros democratas presentes.



Ainda no Cine-teatro Garrett, os oradores entoam A Portuguesa, no final do comício.



Eleições legislativas de 1969. Convívio na sede da CDP. O actor e declamador Mário Viegas sempre assumiu um envolvimento político activo. Cada poema declamado exaltava e incentivava à resistência contra a ditadura fascista. Entre os participantes podem ver-se, entre outros, Marques Gomes, Maria José Mota, Pacheco Pereira, Artur "À Gouche" e Bernardino Pimenta.



Quase invariavelmente, a participação cívica nos momentos eleitorais encheia as instalações onde se realizavam as iniciativas da oposição. Na imagem pode ver-se Carlos La Fuente, Valdemar, Sérgio Vinagre e Carlos Queirós.



Ainda Mário Viegas a declamar. Vê-se no rosto dos participantes a atenção que o poeta sempre despertava nas suas intervenções. Pode ver-se entre a plateia mais algumas caras conhecidas, como Sousa Lopes, Graça Castro, Teresa Felgueiras, Regina Alves, Alberto Barros Moreira e, sentado junto do poeta, Victor Valente.



Ainda o convívio na sede da CDP. Na viola está Pedro Ramajal acompanhado pelo cantor de intervenção Victor Valente, interpretando canções de intervenção.

*Eleições legislativas de 1969.
Um novo comício da CDP,
agora no Cine-teatro Vale
Formoso (Porto). Aspecto
geral do palco, vendo-se
como orador Armando Castro.*

*Também podemos ver
Francisco José Hortas, João
Maia, Teixeira de Sousa,
Virgínia Moura, Alexandre
Barros, Armando Bacelar,
Joaquim Felgueiras, José
Cardoso, e Papiniano Carlos,
Zeferino Coelho, Edgar
Correia e Nuno Teixeira
Neves.*



*Intervenção de
Virgínia Moura.*



*Teixeira
de Sousa.*



*Edgar
Correia.*



O público presente no Cine-teatro Vale Formoso aplaude entusiasticamente os oradores. Reconhecem-se Ambrósio Lopes Vaz, Armando Proença, Belmiro Pereira, Adriano Pereira, Nunes, Zé Manel, Zé “Barbeiro”, Adelino “Ourives”, Dulcília Barros, Celeste Fernandes, Neves Fernandes, Bernardino e Vladimiro Lenine. Na fotografia em baixo, podemos ver ainda, Júlio Gago, Agostinho Lopes, Gaspar Martins, Alberto Soares Lopes e esposa.





*No balcão,
algumas
palavras de
ordem.*



*Final do comício no
Cine-teatro Vale
Formoso (Porto).*



Eleições legislativas de 1969. Um outro comício eleitoral, no Cine-Teatro Valadares, Vila Nova de Gaia. Presentes várias personalidades da oposição democrática. No palco, Armando Bacelar discursa sob o olhar vigilante de um oficial da GNR. Sentados podemos ver Zeferino Coelho, Virgínia Moura, Lobão Vital, Teixeira de Sousa, Joaquim Felgueiras, Alexandre Barros, Júlio Sereno e Artur Bártolo.



Intervenção de Branca e Castro.



Virgínia Moura, figura carismática da oposição da cidade do Porto.



Duas panorâmicas da plateia, onde marcaram presença, entre outros, Virgínia Alves, Adelaide Araújo, Celeste Alves, António Araújo, Arnaldo Mesquita, Maria José Ribeiro, Laura Valente e Margarida Moreira. Em baixo, podemos ver ainda Santos Júnior e Zé "Barbeiro", entre outros.



Como era frequente nos comícios da Comissão Democrática do Porto (CDP), os democratas acorriam em força e enchiam as salas por onde passavam.



A terminar este comício para as eleições legislativas de 1969, no Cine-Teatro Valadares, em Vila Nova de Gaia, os oradores cantam A Portuguesa.

1970

Na Cooperativa Via Norte, em 1970. Comemoração do Dia Mundial da Mulher. As mulheres marcaram uma forte presença: Benilde Viana ("Nini") entrega a Sara Silva documentos do Movimento Democrático das Mulheres. (MDM). Podemos ver ainda Alberto Barros Moreira, Manuel Jorge e Pedro Passos (filho da "Nini").



Nesta fotografia podemos ver Laura Valente e Maria José Ribeiro, dando o seu contributo ao movimento.

Presença importante de Manuel Freire, conhecido cantor de intervenção, acompanhado de algumas crianças, entre as quais Eduardo Ribeiro (filho de Joaquim Ribeiro).





Vasco Paiva.



Os jovens também participaram nesta iniciativa.



Velasco Hugo Fernandes, de pé. Sentados estão António Lopes e Manuel Freire.

Neste convívio, entre os muitos participantes, vêem-se muitas caras já conhecidas do activismo político do Porto, como Alberto Barros Moreira, Manuel Jorge, Pedro Passos, Rosa Silva, Diolinda Sousa, Júlio "Metalúrgico", Francisca (mulher de Alfredo "do Cobre"), António Araújo, Benilde Viana, mãe da "Nini", Manuel Andrade, Clotilde ("Clo"), Neuza Monteiro, Libertário Pinto, Bernardino, Joaquim Ribeiro, Armando Proença, Frederico Teixeira, Alfredo Vilar, Margarida Barros Moreira, Vasconcelos e Zé Maria.



Nesta fotografia podemos ver Sílvia Santos Graça, Sara Silva, Ana Paula Ribeiro, (filha de Joaquim Ribeiro), Maria José Gouveia, Manuel, Víctor Pires, Jorge "Pisco", Carlos Macedo, Ermínio Bastos, Carlos Guimarães, Néelson Bertini, Diamantino Carvalho, António Pires, Ana Maria Borges, Zé Maria, Henrique Sousa, Sérgio Moreira Valente, filho de Sérgio Valente.

Festa de Carnaval na cave da Pensão Mirandeza, com elementos do Movimento de Jovens Trabalhadores (MJT) e estudantes, 1970. Entre o grupo fotografado estão Manel, Francisco Morais, Machado de Castro, Henrique Sousa, António Pires, Carlos Macedo, Graça Castro, Mário Batista, Vitor Pires e Teixeira Neves (filho).



Neste mesmo convívio de Carnaval participaram Elsa César, Henrique Sousa e Jaime Azinheira.

Convívio realizado numa mata em Canidelo (Vila Nova de Gaia), em 1970, organizado pelo MJT. Presentes Victor Pires, Nerina Miranda, Henrique Sousa, Ângelo de Sousa, Néilson Bertini, Jorge Mota, Mário Baptista, José Mendonça e Sérgio Valente.



Fernado Martins, à viola, canta canções de intervenção. Igualmente presentes estão Armando Proença e Diamantino Carvalho.



A iniciativa teve a participação de vários jovens.



Mário Viegas mais uma vez a declamar poesia de intervenção política.



O orador nesta fotografia é Ângelo de Sousa, um activista que virá a estar envolvido na luta armada levada a cabo pela Acção Revolucionária Armada (ARA), braço armado do Partido Comunista Português (PCP), sendo responsável por um atentado que resultará no rebentamento de vários helicópteros do Exército Português, que se destinavam às colónias portuguesas onde se desenrolava a Guerra Colonial.



Várias crianças bastante carenciadas apareceram neste encontro.

Sérgio Valente usa da palavra perante os jovens do MJT e outros democratas presentes. Juntamente com ele estão, entre outros, Laura Valente, Margarida Barros Moreira, Henrique Sousa, José Salvador, Adriano Pereira, Fernando Pires, António Pires, Ângelo de Sousa, Fernanda Castro, António José Valente e Mário Viegas.



Encontro de técnicos, de realizadores e críticos de cinema, realizado no CineClube do Porto em 1970, em que participaram José Fonseca e Costa, Faria de Almeida, António Macedo, José Manuel Viegas e Lopes Fernandes.

Na mesa pode ver-se Sousa Lopes, director do CineClube do Porto. Está a intervir Teixeira e Castro, ladeado por Vitor Pires e Machado (fotógrafo).



Na mesa, com alguns intervenientes, além de José Fonseca e Costa, Faria de Almeida e António Macedo, vêem-se Alfredo Tropa e José Gomes Bandeira.



António Cunha Teles, Monteiro, Manuel Fiúza e Jorge Faria alargam a discussão ao público presente.



*Cineastas e cinéfilos.
Entre o público está
Ruivo Mouzinho, Manuel
Fiúza, Henrique Alves
Costa, Joaquim Medon
e José Luís Nunes.*



*Reconhecem-se aqui
Henrique Alves Costa, José
Gomes Bandeira e Manuel
Fiúza, entre outros.*



Jantar/reunião do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos do Distrito do Porto, na Pensão Mirandeza (na Rua do Heroísmo, perto da delegação da PIDE do Porto), em 1970. À mesa vários sindicalistas destacados, entre outros, identificam-se Joaquim Sá, Agostinho Cruz, Silvino, Victor Ranita, Manuel Ferreira e Agostinho Pereira.



Durante o Jantar. Entre os sindicalistas reconhece-se José Afonso, advogado e jurista do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito do Porto, sua esposa Maria Irene e Manuela Araújo.



Joaquim Sá no uso da palavra.



Alfredo "do Cobre".



António Mota.



Libertário Pinto.



Joaquim Felgueiras.



À mesa, segundo a contar da esquerda, Artur Sousa Marques, advogado do Sindicato Nacional de Metalúrgicos do Distrito de Braga.



Victor Ranita, membro da direcção do Sindicato Nacional de Metalúrgicos do Distrito do Porto.



Sousa e Castro discursando.



A encerrar o jantar/reunião, António Taborda, advogado e jurista do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos do Distrito do Porto.



Convívio nas instalações do Sport Clube da Senhora da Hora (Matosinhos), em 1970. Neste encontro, organizado pelo Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna (MOJAF), participou o cantor de intervenção Zeca Afonso. Entre os participantes estão Toni "Metalúrgico", Jorge "Pisco", Cristina Ferreirinha, Henrique Sousa, Laura Valente, Dina Moreira Valente, Alberto Barros Moreira e Ricardo Moreira Vilar.



Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Profissionais Têxteis do Distrito do Porto nas instalações da FNAT, na Praça da Batalha (Porto), em 1970. Alguns membros da direcção sindical, entre os quais António Baptista Val, Álvaro Carvalho, Adelina (tecedeira), Mário Santos, Francisco Bastos Santos, Rodrigues, Júlia (tecedeira), Alberto Soares Lopes, Moisés Milhazes e Maciel.

Ambrósio Lopes Vaz, membro da direcção daquele sindicato, usa da palavra. Na mesa atrás de si estão Alberto Soares Lopes, Florindo, André Ferreira Cunha, Joaquim Ferreira Neves, Domingos Manuel, António Jesus Araújo e Celso (que veio-se a descobrir mais tarde, era informador da PIDE/DGS).



Os filiados do sindicato participaram em massa na Assembleia Geral.

Manifestação no Aeroporto de Pedras Rubras (actual Aeroporto Francisco Sá Carneiro), em 1970, em apoio a Rui Luís Gomes e ao seu regresso do exílio no Brasil, o que não veio a acontecer porque os governantes do regime não o permitiu. Entre os presentes que o aguardavam vêem-se Arnaldo Araújo, Rosa Ferreira, Adriano Pereira, Horácio Guimarães, Sousa Lopes, José Maria Fadista, Lisete, Adelaide Araújo, Teixeira de Sousa, Emília de Sousa e Valdemar.



Convívio com Luís Viegas, cantor de intervenção, que participou em várias iniciativas do MJT. Presentes estão António Carvalho, Dina Moreira Valente (filha de Sérgio Valente) e Deolinda Sousa

1971



Em 1971 alguns dos habitantes de Vilarinho das Furnas deslocaram-se ao CineClube do Porto, para a apresentação do filme do realizador António Campos, que se vê de pé, do lado direito.



Para além da população local, a sala estava completamente cheia de cinéfilos. Entre os participantes presentes encontram-se Francisco Melo, Teixeira e Castro, Zé Maria e Júlio "Metalúrgico" (em pé), que participaram no debate que se seguiu à exibição do filme.



Intervenção do realizador Ernesto de Sousa.



No final do debate pode ver-se na mesa o realizador António Campos acompanhado por Vergílio Pereira, Fernando Condesso, José Gomes Bandeira e José Vigário. A intervir está José Manuel Viegas.



Colóquio seguido de debate no CineClube do Porto sobre o Dia Mundial da Mulher, em 1971. Na mesa estão três membros do Movimento Democrático das Mulheres, Maria José Ribeiro, Branca e Castro e Celeste Fernandes. Entre os participantes podemos ver Nuno Teixeira Neves, Jofre Amaral Nogueira, Lobão Vital, Zé Maria e Alfredo Vilar.



Artur Bártolo, Felisberta Reis, Eduardo Cardoso, Romualdo Passos, Arnaldo Mesquita, António Lopes e Frederico Teixeira entre outros.

Numa outra perspectiva vêem-se Edgar Correira, Helena Medina, Henrique Sousa, Sara Silva, Sousa Lopes, Rosa Silva, Diolinda Sousa, Armando Castro, Vitor Pires, Teresa Felgueiras e Laura Valente.





Jantar de comemoração do 5 de Outubro, num restaurante do Porto, em 1971. Uma perspectiva da sala, em que são visíveis vários democratas anti-fascistas. Entre outros, podemos ver Benilde Viana ("Nini"), Emília de Sousa, Teixeira de Sousa, Virgínia Moura, Zé "Barbeiro" Laura Valente, Diolinda Sousa, Alcino Silva, Henrique Sousa, Fernanda Carvalho e Ângelina Carvalho.



Num outro ângulo da sala, vêem-se Mário Sousa Lopes, Guida Santos, Jorge Resende, Pina Moura, Eduardo Pinheiro, Isaura Pinheiro, Carlos Semedo, José Mira Fadista, Natália Prata Martins, Adriano Teixeira de Sousa, Tino Mesquita e Teresa Medina.



Laura Valente, Virgínia Alves, Adelaide Araújo, Sousa Lopes, Guida Santos, Pina Moura, Eduardo Pinheiro, Aranda Silva, Virgínia Moura, Zé "Barbeiro", Paulo Teixeira de Sousa e Maria de Jesus Peixoto.



Num outro ponto da sala, estão Maria José Ribeiro, Benilde Viana ("Nini"), Belmiro Pereira, Valdemar, Zé "Barbeiro", Adelaide Araújo, Cassiano Almeida, Mário Sousa Lopes, Nozes Pires, Agostinho Monteiro e Isolina Carvalho.



Usaram da palavra Bernardo Vilas Boas...



Presentes nesta fotografia estão Arnaldo Mesquita, Papiniano Carlos, Luís Gouveia, Felisberta Reis, Maria José Gouveia, Fernanda Carvalho, Virgínia Carvalho, Henrique Sousa, Alcino Silva e Branca e Castro.



... Nozes Pires...



... Alcino Silva...



... e Deolinda Sousa.



Aqui vêem-se Sara Silva, Paulo Teixeira de Sousa, Branca e Castro Deolinda Sousa e Laura Valente.



Finalmente, no jantar de comemoração do 5 de Outubro, no Porto, podem ver-se António Mota, José Salvador, Armando Teixeira da Silva, Armindo Mendo, Ângelo Ferreira, Rosa Ferreira, Sampaio e Castro e Palmira Sampaio e Castro.

1972



Jantar de homenagem a Arnaldo Mesquita num restaurante portuense, em 1972. Esta homenagem deveu-se à vitória conseguida, no Supremo Tribunal de Justiça, na luta contra as torturas praticadas pela PIDE/DGS, pela presença obrigatória de advogados nos interrogatórios feitos pela polícia política, sob pena da sua anulação. É Arnaldo Mesquita quem está de pé, a falar. Sentados estão António Araújo, Maria do Carmo Mesquita, Arnaldo Rui, Carlos Guilherme, Maria Alcina (esposa de Arnaldo Mesquita) António Mesquita, Isolina Carvalho, Adelaide Araújo e Emília Teixeira de Sousa.



Ao meio da mesa, em pé, Armando Bacelar, um dos muitos advogados que defendia, a título gracioso, muitos presos políticos.



Jofre Amaral Nogueira no uso da palavra. Também presentes estão Raúl Castro, Virgínia Moura, António Lopes, Fernando Filipe, Sousa Lopes, Palmira Sampaio e Castro, Cristina Ferreirinha, José Mira Fadista, Luís Cabral e Manuela Medina.



Sousa e Castro no uso da palavra, vendo-se ao fundo Arnaldo Mesquita e alguns dos seus familiares.

*Coelho dos Santos
durante a sua
intervenção.*



*Jorge "Pisco"
também interveio.*



Intervenção de Aranda da Silva.

*Nesta perspectiva da sala
vé-se, a usar da palavra,
Leonor Medina.
São ainda visíveis Eduardo
Pinheiro, Raúl Nogueira,
Isaura Vieira,
Guida Santos, Carlos
Semedo, Matilde Bento,
Adriano Teixeira de Sousa,
Edgar Secca, Raúl Castro
e Virgínia Moura.*





Exposição alusiva ao Dia Mundial da Criança (1 de Junho) no Grupo dos Modestos do Porto, em 1972, Com a colaboração da Unicefe e da Paisagem.





Exposição alusiva ao Dia Mundial da Criança no Grupo dos Modestos do Porto. Na fotografia em baixo, na fila da frente, estão Sérgio Moreira Valente e Dina Moreira Valente, filhos de Sérgio Valente.





Curso de teatro no Grupo dos Modestos do Porto, dirigido pelo encenador João Coimbra, em 1972.



Vários actores estão presentes. A actuar estão Alfredo Correia, Agostinho Dinis e Manuel Vitorino. A assistir estão Diamantino Silvestre, Fonseca Guimarães e Júlio Cardoso. Entre o público podemos ver outras caras conhecidas, entre elas Alfredo Vilar e Libertário Pinto. Na fotografia da direita podemos ver ainda Neves Fernandes e Celeste Fernandes.



Representação da peça Humor Próprio, em 1972, na sede do Grupo dos Modestos.



Castro Guedes representando a Estátua da Liberdade.

Actores que entraram na peça.
Entre eles estão Castro
Guedes, Augusta Fontes,
Moura Pinheiro, Cunha Rocha,
Branca Silva, Valdemar
Soares, Fernando Rocha, Raúl
Dique, Alfredo Correia e Júlio
Cardoso.





Representação da peça Histórias Para Serem Contadas, realizada na sede do Grupo dos Modestos do Porto. Nas três fotografias à direita vê-se, na de cima, Henrique Jales a segurar a bandeira; na do meio, Fonseca Guimarães com o tambor e Estrela Novais com o megafone; e, na terceira, Raúl Dique com o tambor.





Estrela Novais e Diamantino Silvestre.



Perspectiva do palco onde se pode ver, da esquerda para a direita, os actores Diamantino Silvestre, Estrela Novais, Fonseca Guimarães, Raúl Dique e Henrique Jales.

Na plateia, a assistir à representação da peça Histórias Para Serem Contadas, podemos ver Fernando Pires, Iracema Teixeira Pires, Barbosa dos Santos, Sequeira, Jorge "Pisco", Conceição Augusta, Sousa Lopes, Manuel Vitirino, Araújo de Barros e Agostinho Diniz.



Festa de convívio no Grupo dos Modestos do Porto, 1972/73. No palco, a actriz Estrela Novais a declamar, acompanhada à viola por Arnaldo Costa.



Sala completamente cheia. Entre os muitos presentes podem vêr-se Alfredo Correia, Olívio Neves, Conceição Augusta, António Carvalho e António Araújo.

Os participantes divertem-se com o ambiente de festa. No meio da animação algumas caras conhecidas: Deolinda Sousa, António Araújo, Toni "Metalúrgico", Alfredo Correia, Maria José Gouveia, Ricardo Fonseca, Adelaide Araújo, Américo, Fernanda Carvalho, Branca Carvalho e Sequeira Nunes.





Colóquio e debate sobre teatro no Grupo dos Modestos do Porto, em 1972. A presidir à mesa e de pé está Jofre Amaral Nogueira, ladeado por diversos actores e convidados. Ao fundo, do lado esquerdo e em pé, reconhecem-se Jorge Maciel e Teresa Maciel.

Um dos actores convidados, Rui Mendes, intervém no colóquio. Sentado na mesa, Jofre Amaral Nogueira e João Lourenço, entre outros.





*Sala repleta de participantes. Entre eles vêem-se
Nuno Teixeira Neves, Marinho, Jorge "Pisco",
Nerina Miranda, Sousa e Castro, Branca e Castro,
Maria José Gouveia, Agostinho Monteiro,
Berta Monteiro, José Salgadinho,
Céu Araújo, Araújo Moreira,
Iracema Teixeira Pires, Alfredo Correia
e Manuel Victorino, entre outros.*





Colóquio sobre informação e censura no Grupo dos Modestos do Porto, em 1972. Várias personalidades ligadas ao jornalismo e ao cinema estiveram presentes, tais como Júlio Sereno, Rui Lima, Jorge Henrique Alves Costa e Adelino Gomes.

Entre os assistentes, Manuel Vitorino, Júlio Cardoso, Henrique Sousa, Diamantino Silvestre, Jorge "Pisco", Luís Gouveia, Maria José Gouveia, Libertário Pinto, Herminio Bastos, Conceição Augusta, Arsénio Mota, Toni "Metalúrgico" e Joaquim Salgadinho.



Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito do Porto, no pavilhão Infante Sagres, no Porto. Ao centro da mesa, Avelino Pacheco Gonçalves, presidente do Sindicato. Reconhecem-se ainda Vasco Silva, Alberto Ibañes e Manuel Pinto.



Na mesa vários dirigentes sindicais, intervindo perante uma assembleia repleta de bancários.

1973



Cemitério do Prado do Repouso, no Porto, em 1973. Romagem junto ao monumento onde os democratas prestavam homenagem aos republicanos revoltosos que morreram na tentativa de derrubar a Monarquia, em 31 de Janeiro de 1891.



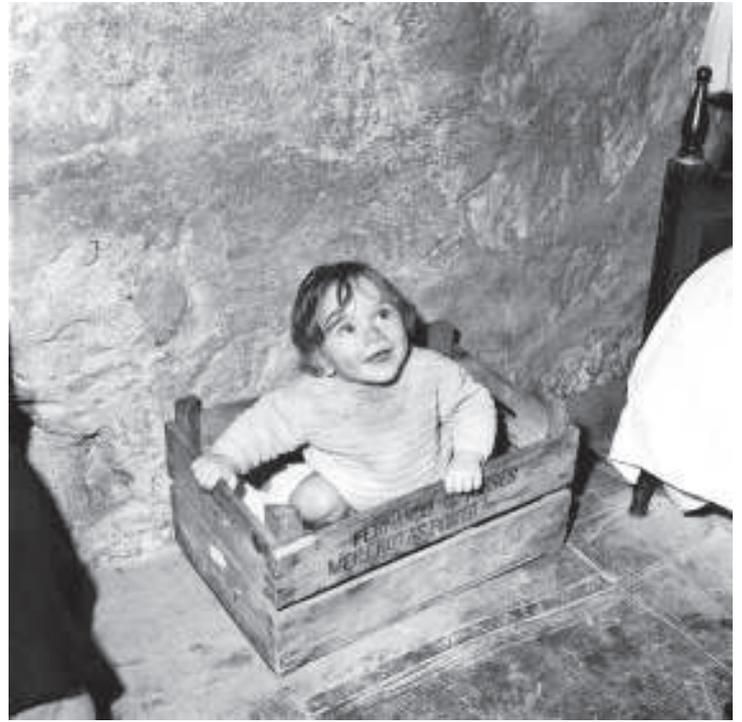
Mem Verdial no uso da palavra, acompanhado por António Macedo, sendo interrompido por um oficial da PSP quando se refere a um dos temas proibidos pela ditadura: a Guerra Colonial. O oficial da PSP dirige ameaças aos oradores caso voltassem a abordar a questão da Guerra Colonial. Nas fotografias seguintes vêem-se protestos de Raúl Castro e de Edgar Correia; presentes estiveram ainda Henrique Sousa, Cerveira Pinto, Helena Medina e Maria José Gouveia, entre muitos outros.



Após reacção popular à interrupção policial, Raúl Castro toma a palavra. Entre os democratas presentes estão Armando Cotta, Alexandre Barros, Bernardino, Barbosa, Artur Carvalho, Alexandrina Soares e Maria Armada Teles.



Nas páginas seguintes estão algumas fotografias da reportagem fotográfica que Sérgio Valente fez nos bairros da S e de São Nicolau, na cidade do Porto, em 1973, que testemunham as condies de extrema miséria e pobreza em que vivia grande parte da população portuguesa. Nesse ano, 1/3 da população portuguesa vivia abaixo do limiar da pobreza.



A família aqui retratada trabalha em casa para a fábrica de rebuçados Vitória. Vários elementos desta família tinham tuberculose e usavam a própria saliva para embulhar os rebuçados.









Mesa-redonda no CineClube do Porto, em 1973, com Óscar Lopes, Egito Gonçalves, Rebordão Navarro e Vasco Graça Moura (da esquerda para a direita).



3.º Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, Abril de 1973. Exterior do Cine-teatro Avenida.

Álvaro Seiça Neves faz o discurso de abertura, ladeado por Maria Barroso, Flávio Sardo, António Neto Brandão, João Sarabando, António Regala, Carlos Candal, Manuel Andrade e Joaquim Silveira.





Mário Rodrigues a intervir. Atrás de si, António Regala e Carlos Candal.



Manuel Tengarrinha, elemento destacado do Movimento Democrático Português (MDP).

Maria Barroso na sua entusiástica intervenção.



Ainda Maria Barroso. Sentados estão António Regala e Carlos Candal.

Uma plateia completamente cheia aplaudiu os oradores.



No final da sessão do primeiro dia do congresso, José Manuel Tengarrinha, Maria Barroso, Flávio Sardo, Álvaro Seiça Neves, António Neto Brandão, Santos Simões, João Sarabando, Manuel Andrade e António Regala cantaram A Portuguesa.



Gilberto Ramos e Henrique de Barros.



Victor Dias, Lino Lima e Vitorino Magalhães Godinho.



Na mesa da frente estão José Vareda, Lino Lima e Almor Viegas; atrás, só se reconhece Areosa Feio e Sottomaior Cardia.



Os congressistas aplaudem de pé.



No intervalo, saída para o átrio do Cine-teatro Avenida. Reconhece-se Vital Moreira, Pacheco Pereira e José Salgado.



Recepção do Congresso. Podem ver-se Joaquim Sá, Benilde Viana ("Nini"), Virgílio Rocha, Luísa Alberto, Sousa e Castro, Branca e Castro e Manuel Pereira.

Intervalo entre as sessões. No bar são reconhecíveis Arnaldo Araújo, Cassiano de Almeida, João Fróis, Manuela Praça e Luísa Rocha.



Durante o congresso também esteve patente uma exposição de fotografias de Sérgio Valente e vários expositores e revistas de documentação democrata, com destaque para a figura proeminente da democracia, Mário Sacramento.



Medina Carreira dialogando com outro membro da oposição.



Pereira de Moura e Jaime Gralheiro.



José Vareda, António Reis e Sottomaior Cardia.



Lino Lima e Artur Pereira Bártolo.



Vital Moreira no uso da palavra. Na mesa, Marcelo Curto.



Marcelo Curto, Alfredo Matos, Helena Neves e Caiano Pereira.



Numa das muitas sessões que se realizaram, estão Pacheco Pereira e Pereira de Moura.

*Mesa de uma das sessões:
Humberto Soeiro, Armando Bacelar,
Vasco da Gama Fernandes e
Alberto Arons de Carvalho.*



*Entre os congressista destacam-se Urbano
Tavares Rodrigues e Maria Barroso.*



Neca Barra, jovem operário metalúrgico intervindo.

Jofre Amaral Nogueira no uso da palavra. Na mesa, reconhecem-se Lino de Carvalho e Urbano Tavares Rodrigues.



*Multidão
concentrada nas
imediações do
Cine-teatro
Avenida.*

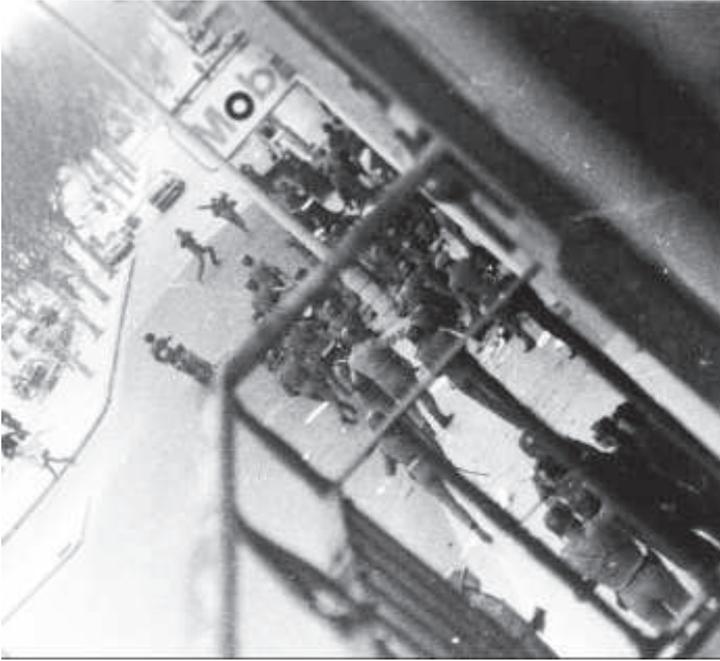


*Apesar da proibição das
autoridades policiais,
fez-se um desfile que
culminou numa tentativa de
romagem ao túmulo de
Mário Sacramento, que foi
violentamente reprimida.
Entre os presentes
reconhecem-se
Armando Castro, Armando
Bacelar, Manuel
Tengarrinha, Alfredo Matos
e Horácio Guimarães.*



Primavera Marcelista. Esta era a liberdade prometida pelo regime fascista de Marcelo Caetano. Nas fotografias seguintes podemos ver vários instantâneos que documentam a carga da polícia contra os manifestantes.







*Um agente da PIDE/
DGS empunha uma
arma de fogo contra os
manifestantes.*

*Vários congressistas e
transeuntes são
reprimidos violentamente
pelas forças repressivas.*



*Viaturas da
pólicia de
choque.*



*A polícia de choque
tomou conta das
ruas de Aveiro.*



Polícia de choque numa demonstração de força tentando intimidar os congressistas que se encontravam dentro do cinema.





Apesar da forte repressão policial, o congresso continuou ainda com mais vigor e determinação. Aqui podemos ver a intervenção calorosa de Henrique Sousa.



Álvaro Monteiro a fazer uma das várias intervenções do congresso.



Esta fotografia é bem demonstrativa do vigor e da determinação dos congressistas que não se deixaram intimidar pela repressão das forças policiais.



Lino de Carvalho é o orador. No palco reconhecem-se ainda José Varela, Henrique Sousa e Pereira de Moura.



António Abreu, militante activo do Movimento Democrático Português (MDP).



Mais uma panorâmica do congresso. Podem ver-se Jorge Araújo, Toni "Metalúrgico", Sottomaior Cardia e Urbano Tavares Rodrigues, entre muitos outros congressistas.

Lindley Cintra figura destacada contra o regime, é o orador. No palco vêem-se Virgínia Moura, António Neto Brandão, António Seíça Neves, João Sarabando, Manuel Andrade, Cristina Alexandre, Júlio Alexandre "Julião" e Urbano Tavares Rodrigues.





Já perto do fim do congresso, vêem-se o Professor Lindley Cintra, Virgínia Moura, António Neto Brandão, Álvaro Seça Neves, João Sarabando e Manuel Andrade.



Os congressista aplaudem entusiasticamente os intervenientes.



Sessão de encerramento do 3.º Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, Abril de 1973. Na sua declaração final reclamou-se o fim da Guerra Colonial, a reconquista de liberdades democráticas e o fim do monopólio capitalista dos grandes grupos económicos. Entre os muitos congressistas no palco, podemos ver Macedo Varela, Sérgio Vinagre, Sampaio de Castro, Palmira Sampaio e Castro, Lindley Cintra, Virgínia Moura, Maria José Ribeiro, António Neto Brandão, Seíça Neves, João Serabando, Urbano Tavares Rodrigues, Horácio Guimarães, Lino de Carvalho e Cristina Alexandre.



Funeral de Jofre Amaral Nogueira, conhecido activista da oposição democrática do Porto, em Junho de 1973.

Última homenagem a Jofre Amaral Nogueira. Pode ver-se Óscar Lopes no uso da palavra. Vários democratas estiveram presentes. Entre muitos outros, estavam Barbosa, Júlia, Lino Lima, Zé Alberto, Arnaldo Mesquita, Sousa Castro, Horácio Guimarães, Sampaio e Castro, Zé Rui, Artur Pereira Bártolo, Carlos Semedo, Eduardo "Óbelix", Zé "Barbeiro" e Nuno Teixeira Neves.





Jantar convívio do jornal Opinião (um semanário assumidamente anti-regime) realizado no Palácio de Cristal, em Junho de 1973, ano da sua fundação. Neste jantar participaram vários colaboradores deste jornal, alguns deles com grandes responsabilidades editoriais, como João Viana Jorge, (director), Jorge Araújo (grande dinamizador do semanário), Matilde Bento, Henrique Magalhães, Maria do Carmo Santos, José Garrett, Nozes Pires, Macedo Varela, Rui Sá Coimbra, Maria José Soares, Sérgio Valente, Joaquim Maia, Agostinho Monteiro, Berta Monteiro, Armando Esteves e Maria Rosa Moreira ("Romi").





Jantar-comício do 5 de Outubro no restaurante O Cantinho, em Grijó, no ano de 1973. O orador é o fotógrafo Sérgio Valente.



Horácio Guimarães no uso da palavra. Na mesa estão também Olívia Ferreira, Henrique Sousa, Alexandre Barros, Frederico Silvestre, Isolina Carvalho e Tino Mesquita.



Vários participantes do jantar, entre os quais Guida Santos, Isaura Vieira, Jorge Resende, Zé Rui, Agostinho Monteiro, Belmiro Pereira, Teixeira Lopes, Irene Castro, Emídio Ribeiro, Maria Armanda Teles, Adriano Pereira, Hermínio Bastos e Armando Teixeira da Silva.





Campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1973. Sessão de abertura com um grande comício no Coliseu do Porto. Óscar Lopes é o orador, acompanhado por Peixoto de Almeida, Sousa Pereira, César Príncipe, Raúl Castro, João Fonseca, Jorge Sarabando, Virgínia Moura, António Macedo, Armando Bacelar e Arnaldo Mesquita.



Nozes Pires discursa perante um Coliseu completamente cheio.



César Príncipe, um dos oradores, sempre muito incómodo para o regime.



Raúl Castro a intervir. Na mesa, ao seu lado, Célio Costa, Nozes Pires, Macedo Varela, Cassiano Abreu Lima, Horácio Guimarães, António Mota, Jerónimo Peixoto, César Príncipe, Óscar Lopes, Sousa Pereira, João Fonseca, Jorge Sarabando, Virgínia Moura, António Macedo, Armando Bacelar e Arnaldo Mesquita.

Podem ver-se vários panos com palavras de ordem que tanto incomodavam as autoridades policiais, particularmente as alusivas à questão da Guerra Colonial, tema que expressamente proibiam de se abordar em acontecimentos públicos.



Nestas fotografias podemos ver duas panorâmicas da sala, que mostram um Coliseu repleto.





Horácio Guimarães quando intervinha empolgava sempre a multidão. Um oficial da PSP prepara-se para tentar fazer calar a voz do orador.



Nestas fotografias vê-se a polícia a intervir na galeria, tentando arrancar os cartazes com as palavras de ordem que afrontavam o regime. Para evitar que a polícia ficasse com os cartazes, os jovens que os seguravam atiraram-nos para a plateia, criando uma onda de revolta contra a acção policial.



Campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1973. Sessão de campanha no Cine-teatro Constantino Nery. Intervenção de Pina Moura, um dos oradores que mais incomodava as autoridades policíacas com as suas intervenções nos comícios. Juntamente com ele, na mesa estão Jorge "Pisco", Alzira Leite, Célio Costa, Peixoto de Almeida, Francisco Carvalho e Ambrósio Lopes Vaz, que preside.



Um oficial da PSP procura controlar o uso da palavra e proibir as referências à questão da Guerra Colonial.

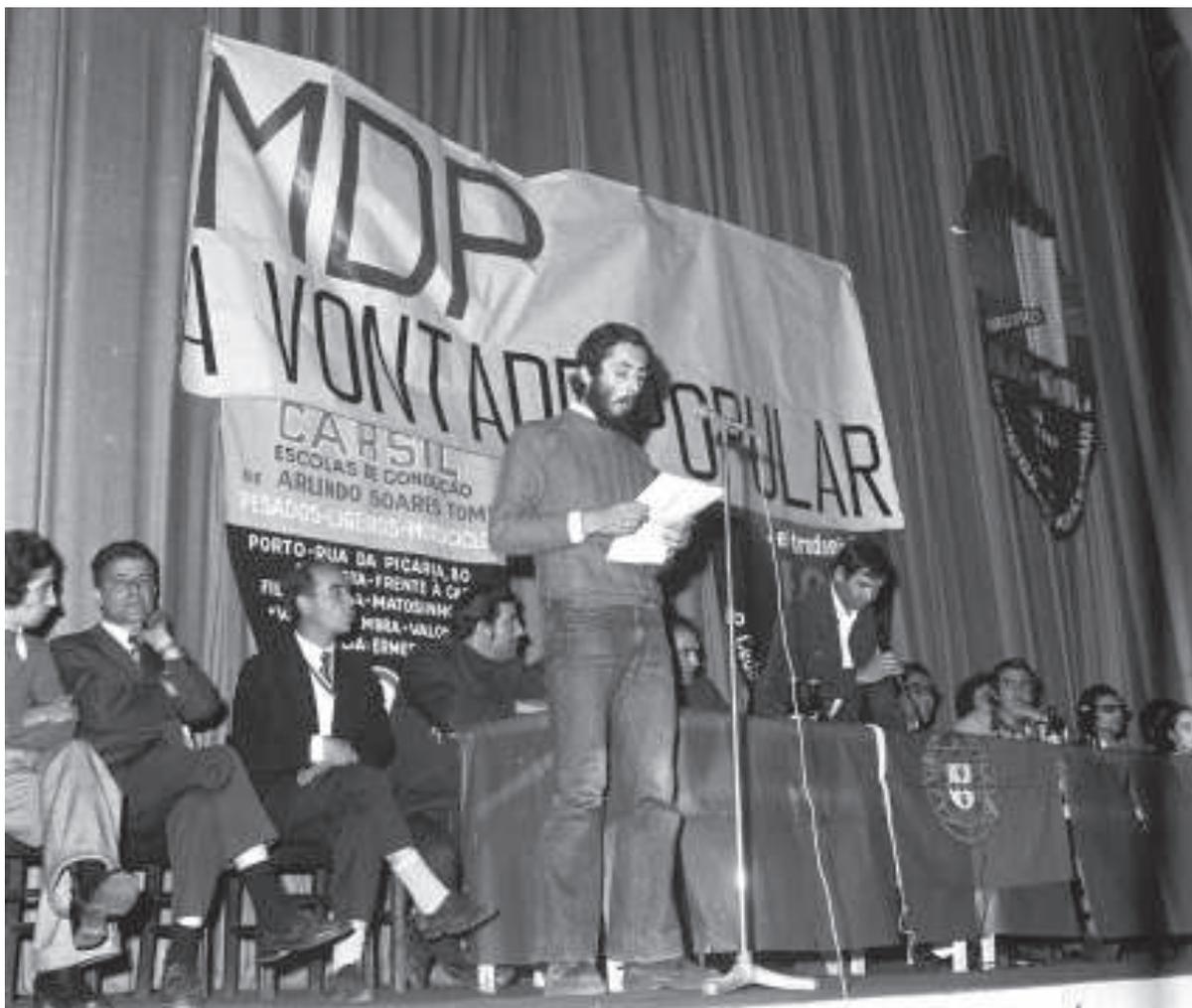


Mais uma intervenção da polícia. Pina Moura continuava a insistir no seu discurso. Na mesa estão vários intervenientes, entre eles Cêlio Costa, Peixoto de Almeida e António Mota.



Reacção do público à intervenção da polícia no Cine-Teatro Constantino Nery.

Campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1973. Sessão de campanha no Cine-teatro Carlos Alberto, Porto. Olívio Neves a intervir perante uma plateia completamente cheia.



Vista do palco, onde Pina Moura discursa.

Entre os elementos da mesa estão, entre outros, Valdemar, Américo, Adelino ("ourives"), José Salvador, António Mota, Conceição Augusta, Pina Moura, Horácio Guimarães, Olívio Neves, Berta Monteiro e João Gregório.



Panorâmicas da assistência, onde se vêem, entre muitos outros, Vladimiro Bronze ("Miro"), António Oliveira Alves e Joaquim Carvalhal.

Campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1973. Sessão de campanha no Cine-teatro de Santo Tirso. O orador é Cassiano Abreu Lima. Com ele no palco estão António Mota, Pina Moura, Joaquim Felgueiras, Macedo Varela, Agostinho Castro Lopes, João Gregório, César Príncipe, Berta Monteiro e Arnaldo.



Mais uma casa cheia. Ainda se pode ver, no meio dos participantes, duas figuras bem conhecidas do Movimento Democrático, Mário Fonseca Mourão e José Fonseca.

Campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1973, Cine-teatro Garrett (Póvoa de Varzim). A intervir Célio Costa, acompanhado por Horácio Guimarães, Branca de Castro, Cassiano Abreu Lima, António Mota, Peixoto de Almeida, Macedo Varela, Adelino ("Ourives"), Américo, João Fonseca (a presidir à mesa) e Manuel Lopes, entre outros.





Macedo Varela na sua intervenção sob o olhar atento de Branca e Castro e de Cassiano Abreu Lima.

Entre a assistência estavam Alda Varela, Celeste Alves, Virgínia Alves, Adelaide Araújo, Victor Freire, Ruth Rodrigues e Matilde Bento.





Eduardo Nascimento no uso da palavra.

Campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1973. Cine-teatro Valadares (Vila Nova de Gaia). O orador é Cassiano Abreu Lima, que também preside à mesa, ladeado por vários outros oradores, entre eles Sousa Pereira, Nozes Pires, Eduardo Nascimento, Fernando Peixoto e Sousa e Castro.



Mais uma sala cheia. Na plateia pode ver-se Adelino Mota, Machado ("jornalista"). Também se vê um oficial da GNR, no canto inferior direito, a querer mandar calar o orador.



Campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1973. Nova sessão de esclarecimento no Cine-teatro Constantino Nery. Aqui podemos ver Joaquim Ribeiro (presidente da mesa) no uso da palavra, acompanhado por Peixoto Almeida, Lurdes Sá Ferreira, Maria José Ribeiro, Alzira Leite, António Mota, Lobão Vital, Virgínia Moura, Célio Costa, César Príncipe, Nozes Pires, Cassiano Abreu Lima, Célio Costa e Sousa Pereira.



*Usaram da palavra
António Mota ...*



... Nozes Pires...



... Alzira Leite...



... e Berta Monteiro.



Campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1973, no Cine-teatro Garret, na Póvoa do Varzim. Alguns dos membros da mesa da sessão de abertura são Óscar Lopes, Virgínia Moura, João Fonseca, Armando Bacelar e Zé Rui.



Macedo Varela no uso da palavra. Atrás podem ver-se ainda Nozes Pires, Sousa Pereira, Óscar Lopes e Virgínia Moura.

Horácio Guimarães em mais uma das suas intervenções polémicas, por falar no tema da Guerra Colonial. Na plateia podem ver-se Belmiro Pereira, Lobão Vital, Francisca, António Araújo, Virginia Alves, Celeste Alves, Alfredo "do Cobre", Jorge Araújo, Mário Araújo, Papiniano Carlos, Tino Mesquita, Fátima Mesquita, Irene Cunha, Olívio Neves, Manuela Praça e Joaquim Carvalhal.



Microfone derrubado pela polícia por causa da insistência com que os vários oradores se referiam à Guerra Colonial. Deste modo a autoridade pretendia silenciá-los, o que não conseguiu.



Zé Rui (à esquerda), Nozes Pires (à direita) e todos os oradores que se seguiram não se deixaram intimidar. Apesar de não terem microfones, ninguém ficou sem os ouvir, repetindo aquilo que as autoridades não queriam. Também podemos ver na mesa César Príncipe, Vilhena de Andrade, Cassiano Abreu Lima, Macedo Varela, Pina Moura, Célio Costa, Peixoto Almeida, Santos Pereira, Maria José Ribeiro, Matilde Bento, Alexandre Barros, Neca Barra, Valdemar, Joaquim Sá e Jaime Sousa.

Peixoto de Almeida interveio apelando a serenidade devido ao mau clima criado pela autoridade.



Mais duas perspectivas da plateia, onde podemos ver, entre outros, Lobão Vital, Belmiro Pereira, José Salvador, Virgínia Alves, António Araújo, Francisca, Ângelo Ferreira, Bernardino, Alberto Proença e Toni "Metalúrgico".



Campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1973. Cine-teatro Coimbrões, em Vila Nova de Gaia. O orador, de pé, é Fernando Peixoto, acompanhado na mesa por Jerónimo Peixoto, Cassiano Abreu Lima, Horácio Guimarães, César Príncipe, Macedo Varela, Zé da "Micha", Sousa e Castro, Irene Castro, Virgínia Moura, Neca Barra, Toni "Metalúrgico", Osvaldo Ferreira, entre outros.





A autoridade policial, de dedo em riste, adverte Zé da "Micha" para mandar calar o orador Pina Moura, perante os apupos da assistência, com Hóracio Guimarães fazendo um apelo à calma.



Mais duas panorâmicas da sala onde podemos ver Adelino Mota, Mário Araújo, Tino Mesquita, Lobão Vital, Américo, Virgínia Alves, Romão Romano e António José Valente.



A confusão e revolta instalaram-se entre os participantes porque, mais uma vez, as autoridades tentaram retirar os panos alusivos ao tema da Guerra Colonial. Pode ver-se na assistência António José Valente, Fernanda Carvalho, Eduardo Coutinho e Tino Mesquita.



Grupo de operários, animados com o decorrer do comício.



Outro aspecto dos participantes, onde se destacam Fernando Barbosa, Lobão Vital, Adelaide Araújo, José Salvador, Virgínia Alves, Celeste Alves, Branca e Castro, João Ogando, José Gomes Bandeira, Isabel Jones, Rui Martins e Helena Raposo.



Campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1973, Coliseu do Porto. No palco César Príncipe a intervir. Na mesa, Armando Cotta, Armando de Castro, Teixeira de Sousa, Óscar Lopes, Sousa Pereira, Pina Moura, Virgínia Moura, João Fonseca, Alexandre Barros, Irene Castro, Raúl Castro, Baldemar, Lobão Vital, Joaquim Felgueiras, Manuel Pereira, Fernando Peixoto e Peixoto de Almeida. Na fotografia em baixo podemos ver Virgínia Moura a intervir.





O comissário Aníbal a tomar apontamentos, sempre numa pose intimidatória.



Durante a intervenção de Sousa Pereira, o comissário Aníbal dirige-se a Virginia Moura, advertindo-a para as consequências da referência a assuntos proibidos por parte dos oradores.



Horácio Guimarães na sua intervenção que, ao falar do fim da Guerra Colonial, provocou a intervenção da polícia, tendo-se instalado uma grande agitação na sala. Podemos ver sentado Vilhena de Andrade e Armando Castro.





Jornalistas presentes na cobertura do congresso: José Gomes Bandeira, Machado e Isabel Jones. Encostadas à cortina vêem-se Maria do Carmo Mesquita, Rosa Ferreira e Emília de Sousa.



Duas panorâmicas do Coliseu do Porto, nas quais se conseguem identificar entre a multidão Fernando Vieira da Costa, Nuno Teixeira Neves, Aida Gomes, Sérgio Babo e Cerveira Pinto.



Sede do Movimento Democrático do Porto (MDP), na Rua de Santa Catarina, em 1973. Alguns cartazes afixados.



Jovens a fazerem cartazes para sensibilizarem a população para assistir, no Tribunal de S. João Novo, ao julgamento do Padre Mário. Em pé podemos ver o jovem estudante Francisco Pimentel.



Fachada da sede do MDP, na Rua Santa Catarina, com alguns jovens democratas.



Jantar do 10.º aniversário da Unicepe no restaurante Abadia, em 1973. Presentes neste jantar-convívio estavam Ângelo, Helena Raposo, Horácio Guimarães, José Garret, Jorge Salgado, Abílio Almeida, Berta Monteiro, Agostinho Monteiro, Laura de Jesus, Manuela Morais, Manuel Torrão, Luísa Torrão, Elaine Wragg, Eduardo Freitas, Sérgio Valente, Laura Valente, Nozes Pires e Hernâni Silva, entre outros.

Aqui podemos ver Jorge Salgado, com a sua viola, a cantar. Entre os presentes estavam Manuela Vasconcelos, Filomena Gonçalves, Laura Valente, Deolinda Monteiro, Fátima Lima, Ana, Ângelo, e Cassiano Almeida.





Mais duas panorâmicas da sala, onde podemos ver a intervenção de Cassiano Almeida (à esquerda) e de Fernando Pessoa (à direita).



No final do jantar foi feita uma fotografia com alguns directores e empregados da Unicepe, entre eles Ângelo, Diolinda Monteiro, António Tavares, José Alberto, José Garrett, Hernâni Silva, Ana, Fátima Lima, Rui Sarmento, Laura Valente e Laura de Jesus.



Jantar/reunião de metalúrgicos num restaurante de Grijó, em 1973. Estão presentes vários sindicalistas e convidados. Aqui estão visíveis Rosa Ferreira, Maria Irene, José Afonso, Sousa e Castro, Alfredo "do Cobre", António Mota, Joaquim Felgueiras e Ângelo Ferreira.



Alguns membros do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito do Porto convidados pelos metalúrgicos: Gaspar Martins, José Gomes, Avelino Gonçalves e João Fonseca.



Intervenção de Ângelo Ferreira.



José Afonso, advogado e jurista do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos do Distrito Porto, no uso da palavra.

Jantar/reunião de metalúrgicos num restaurante de Grijó, 1973. Vêm-se vários dirigentes e sindicalista, tais como Joaquim Sá, Mário Correia, Agostinho Pereira e Francisca (esposa de Alfredo "do Cobre").





Teatro de Fantoques para crianças no Dia Mundial da Criança, realizado no Grupo dos Modestos do Porto, em 1973. Entre o grupo de cantores, ao centro, estão Clara Boleu, Nerina Miranda e António Pires.



Grande enchente de centenas de crianças que passaram um dia inesquecível. Na fotografia da direita vêem-se alguns dos organizadores desta iniciativa, tais como Henrique Sousa, Hermínio Bastos e José Mendonça.



Mais um convívio do Grupo dos Modestos. A seguir ao jantar seguiu-se um rally-paper para a entrega de prémios. Aqui podemos ver o actor/encenador Júlio Cardoso que foi incumbido de entregar os prémios.



Nesta fotografia vemos Henrique Sousa, director e grande dinamizador do Grupo dos Modestos, e Barbosa dos Santos um dos premiados a receber a taça.



Júlio Cardoso entrega mais uma taça a Henrique Joles; também se pode ver o actor Raúl Diqe.



Grande animação entre os participantes desta iniciativa. Entre eles podem ver-se Henrique Sousa, Neves Fernandes, Celeste Fernandes e Diamantino Silvestre.

1974



Comício de comemoração do 31 de Janeiro, no Coliseu do Porto, em 1974. Vêem-se afixados dois cartazes; um pedia o regresso dos soldados das colónias e o outro é alusivo à prisão do Pe. Mário de Oliveira, de Macieira da Lixa, que estava preso desde Março de 1973 e que desde Outubro desse mesmo ano tinha começado a ser julgado, no Porto, por «crimes contra a segurança do Estado» (por ter falado contra a Guerra Colonial nas suas homilias). Viria a ser libertado em Fevereiro de 1974.



Pode ver-se mais um pano na galeria com a polícia preparando-se para o retirar. Dava-se início à "corrida dos cartazes", que fizeram um percurso desde a galeria ao palco, passando pela plateia, num claro desafio às autoridades, que nunca conseguiram deitar-lhes as mãos tal era a firmeza dos democratas. Entre os participantes reconhecem-se, na fotografia da direita, Ernesto Campos Costa, Adalberto Campos Costa, Manuela Secca, Fernanda Costa, Eduardo Coutinho, António Jorge, Júlio Simões, Sequeira Nunes e Mário Alves.



Já com os panos no palco, reconhecem-se Fernanda Carvalho (a segurar um dos cartazes). Na plateia podemos ainda ver Cequeira Nunes, Branca e Castro e António Carvalho.



Comício comemorativo do 31 de Janeiro no Coliseu do Porto, em 1974. Raúl Castro, figura destacada do MDP, abriu a sessão.

Laura Valente, mulher de grande coragem, no uso da palavra, representando o movimento Democrático da Mulheres (MDM).



*António Mota no uso da palavra.
Dirigente destacado do Sindicato
dos Metalúrgicos do Porto muito
interventivo em toda a campanha
eleitoral.*

*A mesa era constituída por
Armando Bacelar,
Armando Cotta,
Óscar Lopes, Lobão Vital,
Virgínia Moura,
Teixeira de Sousa,
António Mota, Alçada,
José Salvador,
Macedo Varela,
Olívia Ferreira,
Vilhena de Andrade,
Raúl Castro,
Hóracio Guimarães,
César Príncipe,
Manuel Lopes,
Arnaldo Mesquita,
António Veloso de Pinho,
Pina Moura,
Fernanda Carvalho,
João Fonseca,
Manuel Costa, Isabel Jones
e António Mesquita.*



*Óscar Lopes, figura de vulto
do meio intelectual do Porto.*



No decorrer do discurso de Óscar Lopes, o comissário Aníbal tentou cortar-lhe a palavra, facto que criou um clima de revolta na sala do Coliseu. Macedo Varela (na fotografia, a intervir) teve que fazer um apelo à calma.

Depois de lhe terem tentado cortar a palavra, Óscar Lopes regressou à mesa. Podemos vê-lo aqui (sentado e encostado ao pano, com ar apreensivo). Com ele na mesa podemos ver Armando Cotta, Lobão Vital, Virgínia Moura e Teixeira de Sousa.



No seguinte conjunto de doze fotografias, podemos ver vários momentos que levaram ao célebre episódio do “bailado do microfone”. Os vários oradores que intervieram neste comício retornavam sempre ao discurso do orador anterior, sobre a Guerra Colonial, sempre que a palavra deste era cortada pela intervenção do comissário Aníbal. Quando este último intervinha, o público presente no Coliseu começava imediatamente a entoar as palavras “Palhaço! Palhaço! Palhaço!” e “Marcelo fascista! Assassino!”



Nestas imagens pode ver-se Pina Moura a ser interrompido.





João Fonseca discursa mesmo quando lhe tentam cortar a palavra. Na mesa vêem-se, à direita, Isabel Jones e António Mesquita, dois dos jornalistas que fizeram a cobertura deste comício.





Armando Bacelar (em cima) e Virgínia Moura no uso da palavra, também foram interrompidos.





Aqui pode ver-se o comissário Aníbal a preparar-se para interromper Horácio Guimarães.

Horácio Guimarães e Teixeira de Sousa disputando com o comissário Aníbal a posse do microfone, na altura em que este é fotografado de frente, ao mesmo tempo que era fortemente apupado pela assistência. Esta fotografia, que se tornou conhecida como o "bailado do microfone", acabaria por ser o último instantâneo recolhido por Sérgio Valente neste comício, uma vez que a voz de prisão de que é alvo, por parte do próprio comissário Aníbal, determinaram a necessidade de fugir para evitar ser preso pelos agentes da polícia que podemos ver ao fundo (entre eles, um graduado à paisana).





Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Operários Metalúrgicos do Distrito do Porto, nas instalações da FNAT, na Praça da Batalha (Porto), em 1974. Com uma direcção sindical composta por elementos da oposição ao regime, o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto era, como se pode ver, dos mais dinâmicos. Foi um dos sindicatos envolvidos na criação da Intersindical, a partir de 1970. Nestas imagens pode ver-se a participação massiva dos metalúrgicos da cidade do Porto.





Jantar de homenagem a Óscar Lopes, no restaurante Parque da Aguda, em 20 de Abril de 1974. Um jantar feito numa altura em que o fim da ditadura era tido como um acontecimento eminente. Óscar Lopes intervém para uma assembleia composta, entre muitos outros, por Arnaldo Mesquita, Fernando Namora, Victor Sá, Humberto Soeiro, César Príncipe, Egito Gonçalves, Sottomaior Cardia, Strecht Monteiro, Rui Martins e Urbano Tavares Rodrigues.



César Príncipe intervém. Além dele, estão na mesa Armando de Castro, Cecília Sacramento, Lino Lima, Victor Sá, Raúl Castro e Maria Amanda Teles.

Orlando de Carvalho no uso da palavra. Por trás dele, à sua direita, reconhecem-se, entre outros, Armando de Castro e, à esquerda, Viriato Pina Moura e Virgínia Alves.



Urbano Tavares Rodrigues.



João Seça Neves.



Sottomaior Cardia.



Manuel Torrão.



Margarida Monteiro.



Fernanda Carvalho.



Muitos jovens estiveram presentes. Entre eles reconhecem-se Viriato Pina Moura, Luís Carvalho, Margarida Monteiro e Olinda Pinto. Lobão Vital, Sampaio e Castro e Palmira Sampaio e Castro também estiveram presentes.



A aplaudir, entre outros, César Príncipe (de pé, do lado direito), Orlando de Carvalho, Armando Alves e Peixoto Almeida.



São reconhecíveis, entre os participantes, Agostinho Monteiro, Matilde Bento, Helena Raposo, Alda Varela, Joaquim Maia, Rui Sá Coimbra e Macedo Varela.



Aqui vêem-se António Araújo, Romualdo Passos, Virgínia Alves, Luís Gouveia, Artur Bártolo, Artur Santos, Sousa e Castro e Rui Martins.



À mesa, Rui Martins, Sousa e Castro, Artur Santos, Artur Bártolo, Eduardo Cardoso, Luís Gouveia e João Gregório.



Armando Esteves, Armanda Morais, Diolinda Monteiro, José Alberto, Amaro Costa, Eduardo Fins do Lago, Manuela Vasconcelos e Fróis "Mituxa".



*Flávio Sardo,
Rufino Cunha,
Armando Gouveia,
Armando Seabra
e Oliveira e Silva.*

*No jantar de homenagem
a Óscar Lopes. Podemos
ver Eldad Manuel Neto,
Victor Barros, Olinda Pinto,
Abel Costa, José Alberto,
Diolinda Monteiro, Jorge
Campos, Fernando
Pessoa, Sá Coimbra,
Dantas Ferreira, Adelina
Frias e João Gregório.*





Tarde de 25 de Abril de 1974, no Porto. Finalmente caía a ditadura fascista que, durante 48 anos, governara Portugal através da repressão e do terror prendendo e torturando milhares de pessoas, muitas delas até à morte. Vários milhares de populares ocorreram à Avenida dos Aliados.



Nestas duas fotografias vêem-se alguma dezenas de populares a correrem pela Praça Filipa de Lencastre, em direcção à Avenida dos Aliados, fugindo da polícia que, às ordens do comandante da PSP, Santos Junior, numa tentativa desesperada para proteger o regime, reprimiram à bastonada alguns dos manifestantes, entre eles Sérgio Valente. Mais tarde foram os próprios polícias a fugir devido à saída dos militares do quartel general para proteger a população, obrigando os polícias a refugiarem-se nas esquadras.



Manhã do dia 26 de Abril de 1974, no Porto. Podem ver-se duas figuras carismáticas da oposição democrática, Virgínia Moura e Óscar Lopes, que são recebidos por alguns dos oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA), nas instalações da delegação da PIDE/DGS, para poderem assistir à libertação de todos os presos políticos aí detidos. Embora não estando presentes nesta fotografia, também estiveram presentes os democratas Arnaldo Mesquita e Papiniano Carlos.



Militares em frente da delegação da PIDE/DGS para controlar a população durante a detenção dos elementos da polícia política e a libertação dos presos políticos. Nessa mesma manhã vários carros da PIDE foram destruídos pela população em fúria.





Tarde de 26 de Abril, na Praça da Republica, no Porto. Alguns populares olham para um veículo militar curiosos com tudo o que estava a acontecer.

Fachada do quartel do Comando da Região Militar do Norte, com milhares de populares nas ruas a festejar, juntamente com os militares, a conquista da liberdade.





Fotografias tiradas da varanda do quartel do Comando da Região Militar do Norte, na Praça da República, onde se pode ver a enorme manifestação popular em apoio ao Movimento das Forças Armadas (MFA).





Pode ver-se nos rostos da população o contentamento porque, ao fim de 48 anos de ditadura fascista, finalmente podiam manifestarem-se em liberdade.





Aqui podemos ver milhares de pessoas a caminho da Avenida da Liberdade, a apelarem ao fim da Guerra Colonial, porque, embora o regime tivesse caído, a guerra ainda continuava.





Sérgio Valente. Nem o facto de ter sido espancado no dia anterior pela PSP o fez parar. Aqui podemos vê-lo, ainda com o ferimento na testa, a gritar palavras de ordem levado em ombros pela população.

Horácio Guimarães, sempre presente, incentiva a juventude que o rodeia e lembra que a luta pelos direitos e liberdades fundamentais continua.



Manifestação do 1.º de Maio de 1974, no Porto. No primeiro 1º de Maio vivido em liberdade podemos ver Sérgio Valente com o megafone tendo sido incumbido, juntamente com outros camaradas, de dirigir a manifestação organizada, que começou na Rua 31 de Janeiro, passou por Santa Catarina, Rua Gonçalo Cristovão, Rua Dr. Alfredo Magalhães, Rua João das Regras, Rua de Camões, acabando na Avenida da Liberdade.



Os manifestantes quando subiam a Rua Santa Catarina. Reconhece-se nesta fotografia Margarida Barros Moreira a segurar o primeiro cartaz. Atrás dela vem Fernando Pessoa.

Na frente da manifestação podem-se ver Víctor Ranita com a sua esposa e Laura Valente a segurar um dos cartazes.



Um grupo de actores desta cidade. Reconhecem-se, Júlio Cardoso, Castro Guedes, Augusta Fontes, Diamantino Silvestre, Agostinho Dinis, Delfim, Fernando Rocha, José Pinto, Júlio Couto, Luís Correia, Moura Pinheiro e Fernando Filipe.





Já na rua Dr. Alfredo Magalhães pode ver-se uma camioneta com militares a serem saudados pela população.



Muitas caras conhecidas do meio oposicionista do Porto: Maria Albertina Diogo, Ilídio Esteves, Sérgio Vinagre, João Almeida, António Rainho, Fernando Pessoa, Manuela Silva, Mário Sarabando, Adriano Teixeira de Sousa, Arnaldo Araújo, António Carvalho, Rita Guerra, Fernanda Carvalho, Branca e Castro, Angelina Carvalho, José Ramos, António Mesquita, Rui Albergaria, Helena Meira, Norberta Silva, Diamantino Franquelim Carvalho, Zé Manel, Agostinho, Jorge Carvalho e Branca Carvalho.



Passagem pela sede do MDP. Podem ver-se na varanda alguns dos seus membros: Arnaldo Araújo, Fátima Baldaia, Maria José Sá Coimbra, Rui Sá Coimbra, Herculana Carvalho e Joaquim Pina Moura.

Sérgio Valente com o megafone, dirigindo palavras de ordem aos manifestantes. Nas fotografias que se seguem podemos ver a enorme massa humana que aderiu a esta manifestação organizada, que foi calculada em cerca de 20 mil. Como as próprias fotografias demonstram, várias palavras de ordem foram exibidas nos cartazes.



Chegada à Avenida dos Aliados. Na frente pode distinguir-se Alfredo Proença, Zé Manel, Bernardino, José Salvador, entre outros.





Aqui podemos ver alguns democratas, como José Luis Nunes, Armando Bacelar, Vilhena de Andrade e Fernando Peixoto.











Populares da Afurada com a cabeça arrancada da estátua de Henrique Tenreiro.



No palco improvisado, alguns populares seguram um cartaz do General Humberto Delgado.



Perspectiva do palco onde milhares de pessoas esperavam pelo início do comício.



Ângelo Veloso, elemento do Comité Central do Partido Comunista Português, a intervir (esquerda). Segui-se outro dirigente do PCP, José Carlos de Almeida (direita). Avelino Pacheco Gonçalves (em baixo) foi outro dirigente do Partido que interveio (que passado algumas semanas será o Ministro do Trabalho responsável pela instituição do salário mínimo em Portugal). No palco, estão Horácio Guimarães, Adriano Pereira, Valdemar, Alberto Soares Lopes, Joaquim Felgueiras, Artur Silva Moreira, Sérgio Valente, Ângelo Ferreira, Diamantino Carvalho, Artur Silva Moreira e Sérgio Valente.









O primeiro 1.º de Maio em liberdade, em 1974, registou o número recorde de cerca de duzentos mil manifestantes na baixa portuense. Era o sinal máximo da alegria de um povo que pôde, ao fim de 48 anos de ditadura fascista, sentir o prazer de viver em liberdade.

